



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA – BACHARELADO

**RACIALIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA EM CURITIBA
DISPUTAS PELO RECONHECIMENTO DA PRESENÇA DAS POPULAÇÕES NEGRAS
NA PRODUÇÃO MATERIAL DA CIDADE**

PEDRO LUCAS GIL SILVA

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA – BACHARELADO

**RACIALIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA EM CURITIBA
DISPUTAS PELO RECONHECIMENTO DA PRESENÇA DAS POPULAÇÕES NEGRAS
NA PRODUÇÃO MATERIAL DA CIDADE**

PEDRO LUCAS GIL SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Doutor André Luis André

Foz do Iguaçu
2017

PEDRO LUCAS GIL SILVA

**RACIALIZAÇÃO DA PAISAGEM URBANA EM CURITIBA:
REVERBERAÇÕES DO PROJETO CIVILIZATÓRIO EUROPEU NA ERA DO CITY
MARKETING**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor André Luis André
UNILA

Prof. Doutor Marcos Xavier
UNILA

Prof. Doutor Leandro Trevisan
UNILA

Foz do Iguaçu, 14 de Dezembro de 2017.

Dedico este trabalho a todas as pessoas realistas e não conformistas que se arriscaram a ser vozes dissonantes e me inspiraram ao longo dos anos. Pequenas vitórias cotidianas fazem jus a seus sacrifícios.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meus pais pelos incentivos diretos, e ora indiretos, para que eu me tornasse um leitor assíduo e seguisse nos estudos.

À minha família, que sempre me motivou com histórias de superação e, em especial, o ramo paterno, onde sempre cabe mais um.

Às pessoas com quem convivi nesse quatro anos de estadia em Foz do Iguaçu e que me ajudaram de alguma(s) forma(s): Angélica Reis, Mônica Lima, Thaynã Pascini, Dawson Júnior, Gustavo dos Santos, Jorge Madoz, Lucas Godoi, Sergio Arguello, Samuel Adami e, principalmente, à Katherine Haedo, ao meu orientador, André L. André, por sempre me mostrar outros caminhos, e Luciana Marques. E também aos membros do CNI e da Aquiles Jiu Jitsu e MMA. Sem vocês não teria conseguido chegar até aqui.

Aos professores que compõem a banca, por estarem sempre abertos ao diálogo e serem boas referências de rigor metodológico.

À todos os amigos de Parelheiros, principalmente o Johnny Pereira, a Nadja Nunes, o Simpson e o Bruno Alves, além de todos os outros que, mesmo não entendendo exatamente o que eu vim fazer aqui, sempre me apoiaram e declararam admiração. Na verdade nunca chegarei aos pés de vocês.

Ao Alan Maia (*in memoriam*).

E por fim, mas não menos importante, a todos os professores que marcaram positivamente minha vida, e em especial à Silvia Lopes e Filipe Pellozzo. Existem muitas influências de vocês neste trabalho.

*Eu era surdo quase mudo
Sabia gaguejar
Negro na raça e na pele
Com ideias para expressar
Negro não tem o direito de se expressar
Mas essa história eu mudei e vocês vão me aguentar
Situação do meu país
Eu andava lado a lado
Com falta do que nunca tive
Me declararam sábio
Com todo direito de me expressar
Todas as ideias, meus pensamentos
Para sempre...
Vão lembrar. **Devotos, Assis.***

*Sou um homem invisível. Não, não sou um espectro como aqueles que assombravam Edgar Allan Poe; nem sou um ectoplasma do cinema de Hollywood. Sou um homem com substância, de carne e osso, fibras e líquidos, e talvez até se possa dizer que possuo uma mente. Sou invisível – compreende? - simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Como as cabeças sem corpo que algumas vezes são vistas em atrações de circo, é como se eu estivesse cercado daqueles espelhos de vidro duro que deformam a imagem. Quando se aproximam de mim, só enxergam o que me circunda, a si próprios ou o que imaginam ver – na verdade, tudo, menos eu. **Ralph Ellison, O Homem Invisível, p. 25.***

SILVA, Pedro Lucas Gil. **Racialização da Paisagem Urbana em Curitiba**: Reverberações do Projeto Civilizatório Europeu na Era do *City Marketing*. 2017. 125 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a formação socioespacial de Curitiba, partindo de um breve histórico de seu desenvolvimento e apontando os elementos que compõem a identidade difundida desde instituições ligadas à elite política secular que orienta a produção do espaço urbano. Desde os primórdios da cidade, até os dias atuais, tais processos são marcados pela primazia do planejamento estratégico, que visa criar uma ambientação na paisagem urbana, de modo a inseri-la no mercado global do turismo. Para isso, parte do imaginário alimentado por políticos e intelectuais, frutos de uma continuidade na administração pública que remonta ao período colonial, é utilizado de forma a estabelecer uma identidade balizada por um forte discurso étnico restrito que reconhece majoritariamente o papel dos imigrantes europeus na conformação de Curitiba, tentando apagar deliberadamente as influências dos negros, sobretudo. Frente a isso, realizamos um trabalho de campo que percorreu o trajeto da Linha Preta, iniciativa do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, que busca apontar os elementos presentes na paisagem da cidade que remontam às influências não-europeias. Comparamos então os dados obtidos em campo com os do levantamento bibliográfico sobre os discursos que compõem a identidade curitibana, estabelecida por instituições como o Movimento Paranista e a própria prefeitura, partindo do pressuposto que o escamoteamento da importância de determinados grupos sociais no desenvolvimento sociospatial está diretamente ligado ao imaginário nacional com relação às relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Racismo. Urbanização. Curitiba. Paranismo. Planejamento.

SILVA, Pedro Lucas Gil. **Racialización del Paisaje Urbano en Curitiba**: Reverberaciones del Proyecto Civilizadorio Europeo en la Era del *City Marketing*. Año. 125 páginas. Trabajo de Conclusión del Curso de Geografía – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, ano.

RESÚMEN

La presente investigación busca analizar la formación socioespacial de Curitiba, partiendo de un breve histórico de su desarrollo y apuntando a los elementos que componen la identidad difundida desde instituciones ligadas a la elite política secular que orienta la producción del espacio urbano. Desde los primordios de la ciudad, hasta los días actuales, tales procesos son marcados por la primacía de una planificación estratégica, que pretende crear una ambientación en el paisaje urbano, para insertarla en el mercado global del turismo. Para eso, parte del imaginario alimentado por políticos e intelectuales, fruto de una continuidad en la administración pública que se remonta al período colonial, és utilizado para establecer una identidad balizada por un fuerte discurso étnico restringido que reconoce mayoritariamente el papel de los inmigrantes europeos en la conformación de Curitiba, tratando de apagar deliberadamente las influencias de los negros, sobre todo. Frente a ello, realizamos un trabajo de campo que recorrió el trayecto de la Línea Preta, iniciativa del Núcleo de Estudios Afro-Brasileños de la Universidad Federal de Paraná, que busca apuntar los elementos presentes en el paisaje de la ciudad que se remontan a las influencias no europeas. Comparamos entonces los datos obtenidos en campo con los del levantamiento bibliográfico sobre los discursos que componen la identidad curitibana, establecida por instituciones como el Movimiento Paranista y la propia alcaldía, partiendo del supuesto que el escamoteamiento de la importancia de determinados grupos sociales en el desarrollo sociopacial está directamente ligado al imaginario nacional con relación a las relaciones étnico-raciales.

Palabras-llave: Racismo. Urbanización. Curitiba. Paranismo. Planificación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Flyer Virtual do Aniversário da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.....95

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Vista Frontal das Ruínas de São Francisco.....	74
Fotografia 2 – Moeda Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura.....	76
Fotografia 3 – Painel com Linha do Tempo da História do Paraná.....	76
Fotografia 4 – Instrumentos Utilizado nos Castigos aos Escravos.....	77
Fotografia 5 – Vista Frontal da Igreja do Rosário.....	78
Fotografia 6 – Detalhe da Fachada da Igreja do Rosário.....	79
Fotografia 7 – Vista Geral do Largo da Ordem.....	80
Fotografia 8 – Placa da Fachada da Casa Romário Martins.....	81
Fotografia 9 – Vista Frontal da Igreja da Ordem.....	82
Fotografia 10 – Parte do Painel do Artista Sérgio Ferro no Memorial da Cidade.....	83
Fotografia 11 – Parte do Painel do Artista Sérgio Ferro no Memorial da Cidade.....	84
Fotografia 12 – Parte do Painel do Artista Sérgio Ferro no Memorial da Cidade.....	84
Fotografia 13 – Marco da Inauguração do Memorial da Cidade.....	85
Fotografia 14 – Placa do Pelourinho.....	86
Fotografia 15 – Escultura Água pro Morro.....	87
Fotografia 16 – Chafariz da Praça Zacarias.....	88
Fotografia 17 – Vista Geral da Praça Tiradentes.....	89
Fotografia 18 – Placa em Homenagem à Colônia Afro-Brasileira.....	90
Fotografia 19 – Estátua do Homem Nu.....	92
Fotografia 20 – Obelisco da Praça 19 de Dezembro.....	93
Fotografia 21 – Entrada da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.....	94
Fotografia 22 – Vista do Viaduto Capanema.....	96
Fotografia 23 – Viaduto Capanema	96
Fotografia 24 – Painel com Referência à André Rebouças.....	97
Fotografia 25 – Portal Africano.....	99
Fotografia 26 – Arco de Totens que Representam os Países Africanos.....	99
Fotografia 27 – Detalhe dos Totens.....	100
Fotografia 28 – Parte do Complexo Poliesportivo da Praça Zumbi dos Palmares.....	100
Fotografia 29 – Parte do Complexo Poliesportivo da Praça Zumbi dos Palmares.....	101
Fotografia 30 – Painel da Praça Zumbi dos Palmares.....	101
Fotografia 31 – Marco de Fundação da Praça Zumbi dos Palmares.....	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Circuitos Turísticos de Curitiba 2017.....	73
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – RAÇA, RACISMO, CIÊNCIA E GEOGRAFIA.....	17
1.1 O RACISMO BRASILEIRO.....	20
1.2 A GEOGRAFIA E A TEMÁTICA RACIAL.....	27
1.3 AS EVIDÊNCIAS NA PAISAGEM URBANA.....	39
CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE CURITIBA: RAÇA E IDENTIDADE.....	43
2.1 PERÍODO COLONIAL.....	44
2.2 IMPÉRIO E GESTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL.....	47
2.3 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL.....	48
2.4 A ESCRAVIDÃO NOS PRIMÓDIOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL CURITIBANA.....	49
2.5 FORJANDO IDENTIDADES.....	56
2.6 A EMERGÊNCIA DA CIDADE MODELO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS.....	67
CAPÍTULO 3 – PERCORRENDO A LINHA PRETA.....	70
3.1 RUÍNAS DE SÃO FRANCISCO.....	73
3.2 MUSEU PARANAENSE.....	74
3.3 IGREJA DO ROSÁRIO.....	76
3.4 LARGO DA ORDEM E O BEBEDOURO.....	79
3.5 MEMORIAL DE CURITIBA.....	81
3.6 ARCADAS DO PELOURINHO.....	84
3.7 ÁGUA PRO MORRO.....	85
3.8 CHAFARIZ DA PRAÇA ZACARIAS.....	87
3.9 PRAÇA TIRADENTES.....	87
3.10 PRAÇA SANTOS ANDRADE.....	88
3.11 PRAÇA 19 DE DEZEMBRO.....	90
3.12 SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE 13 DE MAIO.....	92
3.13 VIADUTO CULTURAL CAPANEMA.....	94
3.14 MUSEU FERROVIÁRIO.....	94
3.15 MEMORIAL AFRICANO.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
ANEXOS.....	114

**ANEXO A – REPRODUÇÃO DO FOLDER DISTRIBUÍDO PELO CONSULADO DO
SENEGAL SOBRE O PORTAL AFRICANO.....116**

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970 Curitiba vem se destacando frente as demais cidades brasileiras como modelo de desenvolvimento urbano a ser seguido. Marcada pelo primado do planejamento estratégico e do *city marketing* empregados desde a primeira administração municipal de Jaime Lerner, arquiteto indicado pelo então Regime Militar para assumir a prefeitura, a cidade suscita profundos debates sobre as consequências desse tipo de administração da questão urbana. Sobretudo por prezar por ações que beneficiam o mercado do turismo e a atração de investimentos privados em detrimento de atuar na mitigação de contradições sociais estruturais, não são poucas as críticas que diversos autores tecem ao caso curitibano.

Esse processo vem marcando a paisagem da cidade ao longo das décadas. Muitos parques e monumentos foram erigidos e/ou requalificados nesse período. A hipótese que levantamos é de que esse processo se dá no sentido de apagar deliberadamente algumas influências, sobretudo aquelas que não possuem consonância com o imaginário moderno difundido a partir da Europa, como a dos indígenas e dos negros, figurando assim uma prática com finalidades econômicas, políticas e culturais específicas, amparadas ideologicamente por uma concepção que visa limitar a cidadania a um espectro restritivo quanto a questões de classe e raça, fatores imbricados na construção da identidade nacional (RIBEIRO, 2007) e, mais especificamente, da identidade paranaense. Alguns deles procuram evocar a influência de diferentes povos na constituição da sociedade local, como é o caso do Bosque do Alemão, o Memorial Ucraniano, a Praça do Japão, o Portal Italiano e o Memorial Africano. Contudo, essas referências são apropriadas de diferentes maneiras pelo mercado do turismo, pelo poder público e pela população local. É flagrante a valorização, no âmbito do circuito turístico posto a partir da prefeitura, de determinados monumentos em detrimento de outros.

Essa diferenciação está diretamente relacionada com o imaginário que fundamenta a identidade curitibana e paranaense como um todo. Partindo de desdobramentos regionalistas do processo de construção da identidade nacional durante o século XIX, a elite local buscou articular elementos de sua história com vias a criar uma proximidade com a Europa, em detrimento da população local, seja indígena, negra e/ou miscigenada. Tal intento culminou na fundação do Movimento Paranista, iniciativa da intelectualidade paranaense de fomentar esse imaginário e criar

uma narrativa histórica oficial que excluísse os elementos sociais indesejados, que tem na organização da paisagem da cidade sua expressão concreta.

Por mais absurdo que possa parecer, esse empreendimento reverbera ao longo do século XX, até os dias atuais, por meio de intelectuais renomados no meio acadêmico brasileiro, como Romário Martins (1995), um dos fundadores do paranismo, Ruy Waschowicz (2010), destacado historiador paranista, e Wilson Martins, autor do livro “*Um Brasil Diferente*” (1989), em que afirma que, dada a rarefação dos negros no Paraná por conta da pouco expressiva inserção do estado na lógica escravista, a população local conserva traços físicos e culturais muito mais próximos à Europa, fato que faz com que seja um rincão distinto das demais unidades federativas, ou seja uma expressão diferente do Brasil miscigenado.

Propomos então uma análise da produção e reprodução do espaço urbano de Curitiba frente a essa influência, de modo a buscar evidências que atestem a importância da população negra, indígena e miscigenada em sua história, tanto a partir de levantamento bibliográfico, como em trabalho de campo, analisando a paisagem da cidade tendo como base esse discurso profundamente racializado. Na contemporaneidade esse apagamento está diretamente ligado às demandas do mercado do turismo, que visa articular a paisagem da cidade de modo a evocar a modernidade europeia, traço marcante no ambiente urbano de suas *urbis*.

A questão racial figura como uma polêmica frente a Ciência de uma maneira geral. Na história do pensamento científico não são poucos os exemplos do comprometimento com o fomento de discursos segregacionistas, fato que contribuiu para a noção de raça passar a ser vista com reserva pelos cientistas. Contudo, apesar das Ciências biológicas já terem atestado a inexistência de diferenciações raciais humanas, no plano social ainda são muitas as manifestações que partem para o sentido contrário. Neste sentido, o caso latino-americano, e mais especificamente brasileiro, merecem uma análise mais aprofundada, uma vez que a segregação racial se deu desde os primórdios da colonização e segue presente em nosso cotidiano, se adaptando de acordo com as características de cada contexto histórico.

Dada a magnitude com que se deu a escravidão no Brasil, no caso da realidade nacional a questão racial figura como um dado fundacional. Assunto de primeira ordem no processo de construção da identidade nacional, a diferenciação racial serviu como base para a limitação de

cidadania para grande parte da população, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção do status de uma elite política e econômica estrita. Por mais longínquos que possam parecer essas questões, elas ainda reverberam ainda hoje, marcando a produção/reprodução das relações socioespaciais brasileiras.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, marcado pela ação de diferentes sujeitos e agentes na dimensão da história coletiva que atuam como sustentáculo de projetos de alteração-transformação da sociedade, criando e recriando significados para si e para os demais grupos presentes nas cidades. Frente a isso, o processo de metropolização, entendido como resultado da contínua expansão da urbanização e do desenvolvimento do capitalismo, logo marcado por um planejamento específico, produz os pobres, bem como uma miríade de grupos sociais tidos como indesejáveis e os subalternização na produção do espaço urbano (CAMPOS, 2012).

A partir desses pressupostos buscamos então analisar o desenvolvimento urbano de Curitiba, buscando evidências da formação das identidades locais, que fomentaram a consolidação de um modelo baseado na articulação entre um imaginário calcado na valorização da trajetória dos migrantes que ali se estabeleceram, mas que preza por uma seletividade na escolha dos elementos que compõem a paisagem da cidade. Contudo, também se torna importante demonstrar outras influências observáveis e que contribuem para fomentar o debate e alimentar outras identidades, que partindo de seu caráter de resistência, reivindicam visibilidade, bem como o reconhecimento da cidadania de grupos sociais marginalizados não apenas na narrativa histórica oficial, como também no pleno acesso aos espaços públicos de Curitiba.

Estruturamos então a monografia da seguinte forma: no primeiro capítulo buscamos traçar um breve panorama sobre a questão étnico-racial a partir de uma abordagem científica, sobretudo no âmbito das Ciências Humanas, de modo a destacar a relevância da noção de raça na compreensão das relações sociais, ainda que no plano biológico a diferenciação humana de caráter racial já tenha sido refutada. Ainda nesta parte da monografia procuramos ao longo da história da Geografia moderna aproximações com a questão racial e explicitamos de forma mais detalhada a metodologia adotada; no segundo capítulo analisamos o desenvolvimento socioespacial de Curitiba, sobretudo nos imaginários que convergem na formação da identidade local e nos sentidos que as relações étnico-raciais se deram. Para isso percorremos os meandros da história do Movimento

Paranista e das reverberações do escravismo na sociedade local; por fim descrevemos o trabalho de campo que realizamos entre os dias 18 e 22 de maio de 2017, onde visitamos os pontos turísticos propostos pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que busca colocar em evidência as influências dos negros expressas na paisagem da cidade, e que são relegadas pelo circuito turístico convencional.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Raça, Racismo, Ciência e Geografia

CAPÍTULO 1 – RAÇA, RACISMO, CIÊNCIA E GEOGRAFIA

Antes de analisarmos a construção da identidade curitibana e suas implicações na paisagem da cidade, é necessário fazer uma breve discussão sobre a noção de “raça”, dada sua recorrência no presente trabalho, bem como na bibliografia consultada. Apesar de este ser o foco do trabalho e também por não haver espaço para esgotar o tema dada a sua complexidade, é necessária uma breve contextualização para embasar nossa análise. Este termo é o pivô de longos, e por vezes controversos, debates ao longo da história do pensamento científico. Sua origem remonta a épocas anteriores ao do descobrimento das Américas¹, mas é a desde então que, com o contato com povos e culturas diferentes, que ele começa a ser articulado de forma a criar uma hierarquia racial, na qual o homem europeu figura como expressão máxima de um padrão idealizado de civilidade, modelo esse que vai balizar as relações sociais no novo continente (QUIJANO, 2002).

A partir daí, sobretudo com a emergência da Ciência, tal discurso passou a buscar justificativas para a sua existência e manutenção, seja no plano religioso² ou científico³, culminando em eventos desastrosos como a escravidão indígena e negra, a colonização da África e até mesmo a ascensão de formas de fascismos durante o século XX, além de diversas outras tragédias silenciadas ou esquecidas pela narrativa histórica. É nesse momento em que a naturalização das raças torna-se um projeto teórico de pretensão universal e globalizante (SCHWARCZ, 2016).

Após a superação do pseudo-conceito no plano biológico e do estabelecimento de uma concepção realista da ciência, teoria segundo a qual os conceitos devem nomear entidades realmente existentes e observáveis pelos cientistas, visão oposta à do nominalismo, onde os conceitos podem estar condicionados a sua própria existência (GUIMARÃES, 2012), raça se tornou

¹ Sobre a construção do conceito de raça a partir da Europa, ver: HERING TORRES, Max S. “RAZA”: VARIABLES HISTÓRICAS. Revista de Estudios Sociales, n. 26, p. 16-27, 2007. No tópico intitulado “‘Pureza de Sangre’: España de los siglos XIV – XVII” o autor revisa o estabelecimento dos “Estatutos de Limpieza de Sangre”, um conjunto de leis que a partir de meados do século XIV limitava a cidadania de indivíduos que, mesmo sendo católicos, possuísem ascendência judia ou moura.

² Como destacado por Robert Crumb (2009, p. 216) em sua adaptação do conjunto de livros que compõem o Gênesis, há uma passagem onde Noé é flagrado alcoolizado por seu filho Cam, que conta para os outros irmãos, Sem e Jafé sobre a condição do pai. Possesso pela vergonha o patriarca o amaldiçoa as gerações descendentes de Cam à escravidão. Segundo uma interpretação racista dos desdobramentos dos fatos bíblicos, o povo africano descende de Cam, por isso estavam fadados a serem subservientes perante outros povos.

³ Schawrcz (2016) aponta que o racismo científico emerge no século XIX como uma reação ao ideal iluminista da humanidade una. A partir de uma abordagem profundamente influenciada pela biologia, institui-se o ideal do Poligenismo, que afirmava a existência de diferentes raças que se desenvolveram a partir de diferentes centros de origem, o que contribuiu para o aprofundamento das diferenças entre elas. Esse ideário surge em oposição ao Monogenismo, defendido pelos iluministas e anteriormente por grupos religiosos, que afirmavam que a raça humana era una. Tal interpretação também não deixa de ser problemática, uma vez que afirmava também que as diferenças entre os povos era condicionada por seus respectivos estados dentro de um quadro de evolução social. Cabia então aos povos mais desenvolvidos conduzir os demais em direção ao progresso. O Poligenismo também pode ser denominado Darwinismo Social e o Monogenismo relacionado com a perspectiva do Evolucionismo Social.

uma espécie de tabu no meio acadêmico, sobretudo nas ciências humanas, área que, aliada com o termo, teceu um profundo respaldo teórico na época das tragédias já citadas.

É importante aqui destacar que, apesar de a partir de determinado ponto a Ciência renegar o termo raça, é necessário remontar a história dessa relação entre o discurso científico e a discriminação racial. Adiante veremos como atua o racismo no contexto brasileiro, onde o fim da escravidão foi marcado pela negação veemente da participação do país no processo de sequestro e exploração da população africana. Fato que então, de base do sistema econômico nacional, converteu-se em motivo de vergonha social. Esse sentimento não estava calcado no antirracismo humanista, mas na concepção de que a escravidão representava o atraso do Estado brasileiro, frente a progressiva industrialização europeia (MALACHIAS, 2006), modelo de modernidade a ser seguido pela elite nacional.

Para justificar esse ideário que fundamentou a identidade nacional, diversos intelectuais ao longo do século XIX, forneceram a fundamentação teórica necessária para essa construção (MALACHIAS, 2006). Esse é o exemplo, no que toca à realidade nacional, de como a Ciência esteve comprometida em determinado momento com o fortalecimento das teorias raciais. Levando em consideração que essa breve relação promíscua contribuiu para embasar e renovar discursos discriminatórios, é necessário que tenhamos compreensão da necessidade de que a temática racial seja tratada no campo científico de modo a refutar conceitos e ideários que durante muito tempo a própria Ciência contribuiu para que fossem construídos.

Como veremos mais adiante, uma peculiaridade do racismo brasileiro é a negação veemente de sua existência, mesmo frente a toda a história de exploração e discriminação perante os negros e indígenas. Da mesma forma a comunidade científica não pode apenas ignorar o papel ativo que teve neste processo, uma vez que ele não se encerrou e marca até os dias atuais o cotidiano de diferentes sociedades.

Em contrapartida, mesmo a classificação racial tendo sido superada pelas Ciências biológicas, sua atuação no plano social continua latente. Muitos dos intentos que observamos na contemporaneidade de suprimir a utilização da noção de raça, tanto no meio acadêmico, quanto no cotidiano, parecem prezar unicamente por um discurso simplista que pressupõe a igualdade inalienável entre os grupos sociais, mas não levam em consideração como nossa sociedade ainda preserva a distinção racial, em muitos casos pela naturalização da questão racial⁴.

O fato é que não podemos analisar algo que não tenha nome. Suprimindo a noção de raça torna-se extremamente difícil, senão impossível, problematizar as discriminações diárias levadas a

⁴Um exemplo de como esse imaginário se manifesta de forma quase espontânea são os depoimentos mostrados em SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 11, 2014.

cabo contra diferentes populações: negros, indígenas e outras mais, em diferentes territórios e em diferentes contextos.

É nesse cenário que defendemos aqui o estabelecimento de um tipo específico de discriminação no trato da questão social (GUIMARÃES, 2012), não com a intenção de fomentar algum tipo de ideologia classificatória e hierarquizadora pautada nessas divisões, mas a fim de analisar o enraizamento de ideais racistas em nossa sociedade. Com esse intuito que aqui pressupomos uma diferenciação entre brancos, negros e indígenas, unicamente com vias a apreender as formas de sociabilidade derivadas de um imaginário que, ainda que de forma velada, preza por essa distinção. É relevante também explicitar a escolha do uso do termo raça em vez de etnia. A diferenciação étnica está fundamentada em características suscetíveis a mudanças, como os atributos culturais que pressupõem uma maleabilidade quanto ao contato com outras formas, enquanto que a racial, além de mais rígida, também utiliza os aspectos físicos como parâmetro de distinção (GUIMARÃES, 2012).

Tal diferenciação ocorre não apenas baseada em atributos físicos. A noção de raça a que nos referimos neste trabalho parte da definição proposta por Guimarães, que mesmo reconhecendo a importância dos aspectos fisionômicos na diferenciação posta pelo discurso racial, afirma que: “[...] os fenótipos seriam uma espécie de matéria-prima física e ganhariam sentido social apenas por meio de crenças, valores e atitudes (2012, p 24)”.

O autor afirma ainda que essa dinâmica, partindo de atributos genéticos, junto com características culturais, diferencia um determinado grupo racial, e que a supressão das características físicas nesse processo diferenciam grupos étnicos, marcados por comportamentos suscetíveis de mudança, o que não contribui para uma análise das relações sociais pautadas por raça, uma vez que determinadas culturas se encontram blindadas da interferência de outras, tema que desenvolvemos mais adiante.

Para Guimarães o racismo pressupõe três características básicas:

[...] uma desigualdade estrutural entre grupos humanos convivendo num mesmo Estado; [...] uma ideologia ou teoria que justifica ou respalda tais desigualdades; [...] desigualdades justificadas em termos do pretensão caráter natural da ordem social. (1992, p 28)

O autor ressalta também que essas características estão presentes em outras formas de hierarquização social, como por classe, gênero, etc. O que enfatiza a necessidade de deixar claro a atuação específica da diferenciação social sob a ótica racial através de uma doutrina que, partindo dos atributos físicos e culturais tidos como essenciais aos diferentes grupos humanos fomenta uma diferenciação no plano das relações cotidianas, base para o estabelecimento do conceito

“racialismo”, importante ferramenta para pesquisas relacionadas ao trato racial pois, segundo Guimarães:

No seu emprego científico, não se trata de conceito que explique fenômenos ou fatos sociais de ordem institucional, mas de conceito que ajude o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais” (IBIDEM, p 31)

Outra característica relevante dos ideais racialistas na conformação da sociabilidade é a naturalização da condição dos grupos raciais tidos como inferiores. Essa diferenciação extrapola o espectro biológico, uma vez que o ato de naturalizar uma condição social não está diretamente ligado às Ciências naturais. Essa naturalização, além de aparecer como uma característica constante em contextos sociais hierarquizados, também pode se “[...] assentar em bases tão diversas quanto a teologia (ordem divina), a ciência (endodeterminismo), ou a civilização (a necessidade histórica justificando a subordinação de uma sociedade por outra) (GUIMARÃES, 1995, p. 31)”.

Desta maneira justificamos a utilização do conceito racialismo em nossa análise, compreendendo-o enquanto fundamentação teórica baseada na diferenciação racial, tanto por atributos físicos e hereditários, quanto culturais, serve como aporte a discursos e práticas de hierarquização social que culminam no racismo, entendido como prática decorrente deste ideário. Esse imaginário também marca o espaço ao condicionar sua produção, utilização e representação, uma vez que ele reproduz sistemas de poder presentes na sociedade, inerentes à hierarquia dos sistemas produtivos que dele se apropriam, de modo a manter suas lógicas (RAFFESTIN, 1993). Entendendo este processo como fruto de uma construção histórica, torna-se necessária também uma breve análise dos ideais racialistas na sociedade brasileira, de modo que suas particularidades estejam explícitas no desenvolvimento do nosso trabalho.

1.1 O Racismo Brasileiro

Antes de tudo, é necessário destacar que a questão racial foi abordada nas origens das Ciências sociais brasileiras a partir de uma ótica racista ligada à problemática da identidade nacional (ORTIZ, 2005). Esse processo marcou profundamente a concepção do ser brasileiro e do posicionamento a ser adotado frente a questão racial no imaginário da população, tornando-a assim peça chave para a compreensão do racismo em nossa sociedade (CIRQUEIRA, 2014).

Para além dos ideais racistas aqui cultivados pelo colonizador europeu, é necessário reconhecer que produzimos, e ainda reproduzimos, a matéria-prima da hierarquização social posta e

que as ciências exerceram papel fundamental no decorrer dessa história, apesar do pretensível discurso de neutralidade que permeia o meio acadêmico.

A sociedade brasileira, de modo geral, recusa a noção de raça afirmando que a identidade nacional prevalece sobre qualquer outra possibilidade de diferenciação (GUIMARÃES, 2012). Esta concepção enraizada na mentalidade brasileira, é proveniente da construção de uma agenda antirracista por parte de uma elite liberal que, ignorando atuação de movimentos populares de pretos e mestiços, partiu de uma concepção científica realista para demonstrar o caráter mitológico dos discursos racistas. Essa narrativa tentava estabelecer um ideal de igualdade universal entre os homens, pavimentando os caminhos construídos sobre relações sociais hierarquizadas segundo critérios raciais para a chegada da modernidade, mas sem de fato contribuir para a mitigação das distorções e injustiças inerentes a fundação do tecido social brasileiro (GUIMARÃES, 2012).

A questão racial é um importante pilar da construção da identidade brasileira. Desde os primórdios do pensamento social estabelecido em nosso território as discussões em torno desse tema fundamentaram políticas públicas e alimentaram o senso comum a partir de diferentes perspectivas. Como ressalta Lilia Schwarcz (2016), numa tentativa de se afastar da América Latina e se voltar à Europa em busca de um modelo de conhecimento e civilidade, a elite brasileira buscou, sobretudo, a partir da primeira metade do século XIX, construir uma narrativa identitária que conservasse a rígida hierarquia social posta e assegurasse seu status.

Neste empreendimento tiveram papel fundamental a Ciência e uma variada gama de instituições públicas e privadas. Institutos históricos e geográficos, escolas de medicina e de direito figuram entre os centros que em diferentes regiões, sobretudo no nordeste e sudeste, desempenharam a tarefa de fundamentar a incipiente nação brasileira.

Baseando-se em ideais racistas provenientes da Europa, e inclusive em muitos modelos que já haviam sido superados, criou-se uma grande colagem de diferentes teorias que chegavam do velho continente (SCHWARCZ, 2016). A então incipiente identidade nacional foi fundamentada em valores eurocêntricos, a partir da língua, da religião e da raça, tripé que posteriormente servirá como base para a normatização jurídico-política (MALACHIAS, 2006). Tal processo marca a absorção de ideologias europeias na orientação das sociabilidades brasileiras, marcadas também pela imbricação entre questões raciais e de classe.

Diferente do caso europeu, nossa sociedade não foi organizada segundo uma diferenciação classista que possuía um mínimo de convergência quanto a necessidade de assegurar a continuidade de um projeto nacional. Aqui houve uma diferenciação entre as elites dirigentes, que contam com apoio das classes subalternas, e que se opõem à grande massa de oprimidos. Tal processo, ainda que coroado com os primados da miscigenação, é regido por diferenciações postas por ideologias

racialistas (RIBEIRO, 2007), cujas flagrantes consequências são facilmente observáveis quando nos atentamos para a composição racial das grandes periferias urbanas, bem como de populações tradicionais que resistem aos avanços do latifúndio no campo brasileiro.

É a partir de uma mistura entre ideais poligenistas e monogenistas que é estabelecida uma hierarquia que parece se sustentar até os dias atuais no senso comum brasileiro: ao homem branco estava relegado o papel de agente civilizatório; aos indígenas era posta a oportunidade de conquistar a dignidade ao se submeter à evolução social condutora ao progresso; e aos negros era reservado o esquecimento e a exclusão, tendo em vista a impossibilidade de sua inserção nos quadros sociais da emergente nação (SCHWARCZ, 2016).⁵ É nesse contexto que ocorre uma espécie de homogeneização racial dos negros e indígenas, marcando-os como símbolos do atraso (MALACHIAS, 2006).

Ainda neste sentido, é importante ressaltar como essa falta de compromisso com a ruptura do passado colonial, que em vez de haver sido empreendido através de um enfrentamento direto, se deu por pactos entre as duas classes em questão, as elites locais e as metropolitanas, sem chances de superação de nossa condição com relação aos países mais dinâmicos do centro do sistema capitalista. De modo a garantir seus privilégios a elite brasileira contribuiu apenas para a concentração de poder, riqueza e prestígio social na mão de organizações aristocráticas, plutocráticas e oligárquicas, que não possuindo outras fundamentações para justificar seu status, apelam para o discurso legalista e para ações autoritárias, logicamente amparadas por respaldo jurídico (FERNANDES, 2009).

Esse processo se dá na esteira do que diversos autores denominam Modernização Conservadora, e que no caso brasileiro se dá a partir do desenvolvimento dos processos produtivos a nível nacional, conduzido por uma estrita elite que não se preocupou em estender o reconhecimento da cidadania para parcelas significativas da população (PIRES, 2009). Tais características se tornam importantes para que o racismo brasileiro seja compreendido. Esse intento, que reverbera até os dias atuais, teve uma forte influência de ideais liberais, como afirma Malachias (2006, p. 116):

As regras de competição social e as noções de justiça competitiva (especialmente o princípio da estrita “igualdade de todos perante a lei”) dominantes

⁵Esse modelo hierárquico se enraizou profundamente na sociedade brasileira. Uma expressiva evidência é uma infinidade de obras artísticas, desde pinturas até a literatura, que retratam o encontro romântico do colonizador europeu com as mulheres indígenas. Talvez por influência daquela concepção do bom selvagem proposta por Rousseau, criou-se uma mística em torno da figura do indígena como um ser que, apesar de não ser branco, poderia ser civilizado de acordo com os valores ocidentais. Evidência de como esse discurso se sustentou por bastante tempo no meio acadêmico brasileiro é o capítulo “Matrimônio das Raças” da obra “Como Nasceram as Cidades do Brasil” (1978) em que Plínio Salgado tece um panorama extremamente harmônico das relações entre portugueses e indígenas nos primórdios do desenvolvimento urbano brasileiro, sem fazer uma única menção ao negros.

em nossa cultura ainda são aquelas herdadas do liberalismo clássico (tanto político quanto econômico). São essencialmente os códigos do mercado liberal, que preconizam a completa “neutralidade” ou “isenção” do Estado diante dos competidores. Essas regras não são, obviamente, capazes de produzir a igualdade como resultado. Muito pelo contrário, elas têm a igualdade como um pressuposto: expressam o ideal de justiça de uma república abstrata, de cidadãos abstratos, teoricamente iguais. São fundamentalmente a-históricas e seriam justas, talvez, em uma sociedade hipotética, onde as pessoas fossem rigorosamente iguais. Ou seja, em uma sociedade que nunca existiu. Em sociedades como a brasileira, onde as pessoas são brutalmente desiguais, elas são simplesmente hipócritas e tem como resultado a perpetuação e a ampliação das diferenças.

Em outras palavras, a escravidão foi de mote do modelo econômico vigente a motivo de vergonha em curto espaço de tempo⁶. A estrutura econômica brasileira, do modo como foi estruturada no período colonial, não teria sobrevivido se não fosse o emprego da mão de obra escrava. E apesar disso, toda a problemática que envolveu esta questão foi afastada dos debates subsequentes (NASCIMENTO, 2016), não por de fato evocar um passado brutal, mas para assegurar a manutenção da estrutura social. A escravidão não se tornou uma mancha na história do Brasil por conta das mazelas impostas ao negro africano, mas sim por estar ligada a um modelo de desenvolvimento tido então como atrasado frente ao trabalho assalariado e à industrialização que se desenvolviam na Europa.

Outro argumento que baliza o entendimento sobre as questões raciais no Brasil é de que a identidade nacional, sendo pautada na confluência de diferentes povos e, sobretudo, na miscigenação, torna impossível o desenvolvimento de sentimentos racialistas, pois nosso país seria fruto de uma grande mistura étnico-racial, argumento que parece mais com uma ferramenta que torna possível a suplantação de ancestralidades indesejadas⁷ (GUIMARÃES, 2012).

Por não termos em nosso país uma ideologia racial pautada pela hereditariedade, como ocorre em outros países como os EUA, muitas vezes afirma-se que a discriminação aqui encontrada se dá unicamente por conta da cor dos indivíduos, o que relega aos de cútis mais escura desvantagem em relação aos mestiços mais claros, evidenciando assim a mistura dos conceitos de raça (cor da pele), status e classe na ordem orientada pelas elites brasileiras, embasadas em concepções liberais do século XIX que atribuíam à pobreza uma marca de inferioridade nata (GUIMARÃES, 2012).

O discurso baseado nessas premissas encobre as relações que se desdobram de fato no cotidiano brasileiro. A dicotomia presente através das gradações de prestígio expressas em

⁶Evidência disso é a Circular n. 9 de 13 de maio de 1891 assinada por Rui Barbosa, que ordenava a queima de documentos e arquivos oficiais relacionados ao fato (NASCIMENTO, 2016, p. 58).

⁷Como apontado por Stuart (2000, p. 48): “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.”, argumento que evidencia o caráter construído da identidade nacional por uma determinada elite política, preocupada em direcionar a narrativa da história brasileira, em detrimento da realidade social.

elite/povo e branco/negro servem ao propósito de justificar e naturalizar a composição social ordenada desde cima (GUIMARÃES, 2012), diretamente relacionada ao caráter dependente e de tradição colonial da formação do nosso Estado e de sua inserção na modernidade, orientada segundo os interesses de uma elite seduzida pela europeidade (FERNANDES, 2009).

Balizada por esse ideário, as concepções de crioulização e de miscigenação foram instrumentalizadas de acordo com a necessidade de embranquecimento da identidade nacional. A primeira atuando na absorção do europeu e de sua transformação em elemento nacional, enquanto que a segunda resguarda a possibilidade de branqueamento nos momentos em que a hibridação⁸ pende mais para os elementos desvalorizados (GUIMARÃES, 2012).

A miscigenação evocada pelos defensores da imagem do Brasil como sendo uma democracia racial necessita maiores considerações, uma vez que é um dos argumentos mais utilizados para negar o racismo brasileiro. O conceito sofreu diversas mudanças desde o período colonial. Num primeiro momento tido como motivo de vergonha por parte da branquitude brasileira, progressivamente passou por diversas ressignificações, processo que contribuiu para o escamoteamento de sua essência.

Exemplo disso é o início das políticas de imigração europeia, que coincidem com a crise do modelo escravagista, momento crítico onde, tendo em vista a possibilidade de liberdade dos negros e sua inserção na vida pública, se colocava em evidência a necessidade de diluir culturalmente os traços miscigenados. Neste contexto também é flagrante a influência do imaginário que afere ao homem europeu o papel de portador do progresso e da civilidade, que trazendo do velho mundo o modelo industrial de produção, ou da experiência de organização social pautada por um Estado-Nação consolidado, insere o Brasil no panteão dos países desenvolvidos progressivamente, uma vez que essas eram tidas como características de povos avançados (MALACHIAS, 2006). A vinda dos imigrantes europeus neste contexto contribuiu para a manutenção do status de subserviência dos negros na sociedade, pois eles ficaram a margem do mercado de trabalho assalariado e, conseqüentemente, da possibilidade de conquistarem propriedades (NASCIMENTO, 2016).

Posteriormente, no governo Vargas a miscigenação foi o tema central da construção da identidade nacional, uma vez que a coesão em torno do projeto desenvolvimentista era extremamente importante, trazendo para o discurso oficial o reconhecimento da contribuição dos indígenas e dos negros na consolidação do Estado Brasileiro, fato que pode ter reforçado a recusa em mitigar o problema da discriminação racial ao diluir o tema numa lógica ufanista homogenizadora.

⁸Utilizamos aqui o termo de acordo com a definição proposta por Garcia (2013, p. XIX): “[...] entendo por hibridização processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.

É necessário apontar que esse processo de miscigenação não se deu através de relações afetuosas entre os senhores e suas escravas como, baseado na obra de Gilberto Freyre, o discurso identitário brasileiro sustenta no imaginário de intelectuais e do senso comum da população em geral. O processo se deu através do estupro e da exploração do corpo da mulher negra pelo seu senhorio, ao contrário do que afirma esse grande intento de estabelecer uma espécie de eufemismo racial no que diz respeito à apreensão dessa dinâmica (NASCIMENTO, 2016). Por conta da presença rarefeita de mulheres brancas no período colonial, era às escravas que os colonizadores recorriam para manter relações sexuais, o que contribuiu com a disseminação do modelo de relações exogâmicas entre brancos e negros no Brasil (MALACHIAS, 2006).

Com os atributos desenvolvidos pelo racismo científico no século XIX a miscigenação ganhou contornos de fenômeno social, para além do resultado do cruzamento de indivíduos, o processo também constituía uma importante ferramenta mantenedora da ordem social estruturante do Brasil (MALACHIAS, 2006). É essa mais uma evidência do papel ativo da ciência no fomento do discurso racial na construção de nossa identidade e de como a miscigenação, enquanto conceito, foi articulada de modo a reforçar uma rígida hierarquia que regulamenta a séculos o nosso cotidiano.

Esse imaginário tecido pela obra de Freyre, acredita piamente na constituição de uma morenidade metarracial em oposição às teorias de superioridade branca ou de negritude (NASCIMENTO, 2016). Daí a pretensa igualdade inerente entre os indivíduos no plano discursivo, mesmo que descolada da realidade prática, servindo mesmo como barreira para a discussão das contradições postas cotidianamente, uma vez que se torna argumento recorrente para justificar e mascarar essa valoração racial escancarada que observamos na sociedade brasileira. Somos paradoxalmente um povo miscigenado em diferentes níveis e ainda assim conservamos o racismo como forte atributo da nossa sociabilidade. Apesar se sua sutileza, o racismo brasileiro se encontra profundamente enraizado no nosso tecido social psicológica, econômica, política e culturalmente (NASCIMENTO, 2016). Neste sentido, é importante destacar a incompatibilidade dessa pretensa igualdade irrestrita dos indivíduos perante a lei, em relação ao cotidiano vivenciado pela população não branca no Brasil, influência dos ideais liberais as quais Malachias se referia, e que evocamos anteriormente.

No panteão do pensamento racial brasileiro que fundamenta nosso imaginário social, observamos também o mito da manutenção das influências africanas na cultura nacional. A sobrevivência desses traços se dá de forma tensa e conflituosa, uma vez que os atributos de nossa identidade são articulados de modo a absorver as práticas culturais como sendo patrimônios nacionais, muitas vezes escamoteando suas raízes de modo a aferir a elas o status de manifestações

brasileiras, pautadas no encontro harmônico entre os diferentes povos que formaram nossa sociedade, alimentando assim o ideário da democracia racial (NASCIMENTO, 2016).

Temos a compreensão de que práticas culturais se desenvolvem a partir de processos de hibridação que em grande parte são muito difíceis de desvelar, mas é possível apontar que determinadas sociedades estão mais ou menos propensas a se deixarem influenciar. Esse processo de hibridação cultural pode ocorrer sob as mais várias perspectivas, desde a absorção de fato até a ressignificação de práticas culturais alheias, dependendo do viés de determinada sociedade, se mais aberta ou fechada com relação a essa possibilidade (PETER, 2003). Nosso objetivo, no presente trabalho, é exatamente demonstrar como a cultura nacional, e conseqüentemente a paisagem urbana de Curitiba, entendida como expressão e condição espacializada desse discurso, atua no sentido de esvaziar de significados as influências das culturas não europeias na construção da identidade brasileira.

Podemos então definir o racismo brasileiro como fundamentado na hierarquização da cor da pele, partindo da mais clara e aceitável, para a mais escura e desvalorizada socialmente, da mesma forma que as características culturais variam das mais próximas à matriz europeia, até as de outras origens. Esse conjunto de valores está implícito em nosso cotidiano, devidamente coberto pelo véu de uma pretensa igualdade jurídica inerente aos indivíduos. Dentro dessa perspectiva, aqueles que não alcançam o desenvolvimento social pleno são vistos como preguiçosos, adjetivo que até hoje marca as populações marginalizadas, que em sua maioria são negras (NASCIMENTO, 2016), reproduzindo o ciclo de naturalização de determinadas condições sociais. A miscigenação aqui figura como pilar fundamental do escamoteamento dessa dinâmica através da idealização de uma nacionalidade pretensamente homogênea (MALACHIAS, 2006).

A partir dessa hierarquização social pautada na racialização, bem como de outras formas de diferenciação como classe e gênero, a identidade nacional foi construída e constantemente reinventada de forma que suas estruturas estejam devidamente escondidas, de modo que se reproduzam constantemente, escamoteadas por um discurso naturalizador conveniente para a manutenção do status daquela elite oligárquica apontada por Florestan Fernandes. Além disso, fica evidente que o projeto nacional brasileiro foi fundamentado de modo a buscar o branqueamento da população (MALACHIAS, 2006), seja física ou culturalmente.

As últimas linhas podem parecer uma espécie de discurso panfletário fundado apenas em preceitos ideológicos, mas veremos adiante como essa dinâmica influenciou diretamente a construção da identidade curitibana. É importante também ressaltar que o racismo brasileiro possui outras características e matizes que não foram aqui abordados por conta da necessidade de aprofundamento que o tema necessita, estando este trabalho direcionado a outro objeto. Também

omitimos algumas temáticas por não estarem diretamente relacionadas com o tema proposto.

É importante também salientar que o tema ganhou vulto no cotidiano nacional a partir, sobretudo, de três marcos históricos: o reconhecimento público e oficial por parte do Estado brasileiro, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, da existência do racismo em nossa sociedade; de em 2001 o mesmo governo ter sido signatário de um documento elaborado na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizado em Durban na África do Sul, em que se estabelecia o compromisso de elaborar políticas públicas voltadas a combater o racismo e a discriminação; e o estabelecimento de políticas de ações afirmativas, sobretudo para estudantes negros nas universidades, onde figuram como instituições pioneiras a UNB e a UERJ, que adotaram o modelo no ano de 2003 (CIRQUEIRA et al., 2017). Para além desses fatos, é importante também destacar a atuação de diversos sujeitos articulados em torno do movimento negro (FERREIRA et al., 2016).

Desde então o racismo brasileiro tem estado cada vez mais presente nos mais diferentes âmbitos da vida nacional. No ambiente acadêmico, sobretudo no que toca às ciências humanas, os debates têm ocorrido com maior ou menos intensidade, dada a abertura concedida pelas diferentes áreas do conhecimento. É a partir daí que nota-se o estabelecimento de diversos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação que visam dar conta de nossa problemática racial. No caso da geografia essa aproximação ocorre ainda de forma tímida (FERREIRA et al., 2016), o que torna necessária uma breve apreciação das discussões aí postas, para melhor fundamentar nossa metodologia.

1.2 A Geografia e a Temática Racial

Apesar da pertinência do tema para a compreensão de diversas dinâmicas observadas em diferentes níveis, do local ao global, em diversos países, de uma maneira geral a Ciência geográfica tem relegado à questão racial uma posição marginalizada (WINDERS et al., 2014) e obscura (KOBAYASHI, 2014) em sua história, faltando aos geógrafos sensibilidade no que toca o tema (MALACHIAS, 2006).

Talvez por conta do tabu que o conceito suscita, pelo fato de a disciplina em seu cerne moderno ter sido instrumentalizada de modo a atestar a valoração de diferentes grupos humanos em detrimento de outros, justificando através de uma geopolítica extremamente comprometida a conquista e pilhagem de territórios coloniais (GEORGE et al., 1973), ou até mesmo pela falta de diversidade inerente ao meio acadêmico, uma vez que os pesquisadores negros figuram entre os

mais engajados na questão, de maneira que apenas a experiência própria com situações que comprovam a urgência do tema pode trazer à tona nuances quase imperceptíveis ao expectador externo (KOBAYASHI, 2014).

É interessante também destacar o paradoxismo explícito no trato da questão pela geografia, uma vez que raça é uma noção fundamental para compreendermos não apenas as relações socioespaciais postas em diferentes contextos, como também é uma peça chave para compreendermos os tropeços da ciência geográfica em sua gênese, que em muito contribuíram para concretizar o (con)senso comum que sustentou ideais racialistas até os dias atuais.

A partir daí compreendemos que, além de traçar um breve histórico do uso da noção “raça” nas ciências sociais de modo a justificar seu uso no presente trabalho, é importante também trazer à tona um perfil das discussões raciais sob uma perspectiva geográfica. Não pretendemos com isso esgotar o tema, tendo em vista que a discussão aqui proposta não contempla diretamente essa questão. Buscamos sim analisar o desenvolvimento do tema, de modo a não apenas justificar a relevância desta monografia, mas também publicizar as abordagens geográficas disponíveis para realizar sua análise, tarefa de extrema importância na escolha de nosso método.

A bibliografia sobre a questão racial no que se refere a história do pensamento geográfico é ainda pouco expressiva. Algumas obras que encontramos versam sempre sobre contextos nacionais específicos. Desse modo, através da articulação de diferentes autores, acreditamos que podemos estabelecer uma linha do tempo que pode pecar ao deixar de fora determinados contextos, mas que oferece um amplo panorama de diferentes realidades nacionais e epistemológicas que podem ser relevantes para o desenvolvimento de nossa discussão.

Em uma proposta analítica que transita entre diferentes escalas, buscamos em autores que traçam um breve histórico sobre o trato das questões raciais sob uma ótica geográfica de acordo com diferentes experiências. Contudo, escolhemos centrar esse esforço nas realidades americanas, pois entendemos que o novo mundo possui particularidades socioespaciais no que diz respeito à dinâmicas étnico-raciais, uma vez que aqui esse processo foi profundamente marcado pela diáspora dos povos africanos, bem como no controle dos povos indígenas.

A origem da geografia foi marcada pela predominância de concepções diretamente ligadas à questão ambiental e majoritariamente deterministas, de modo a fomentar uma narrativa que sustentasse a superioridade da cultura europeia perante os demais povos, justificando assim seu expansionismo e seu papel de portador da missão civilizatória. Kant, o primeiro a obter um título formal de geógrafo ao lecionar na Universidade de Königsberg, procurou estabelecer uma relação entre clima e raça no início do século XIX. Em seu papel como intelectual formador da elite intelectual, comercial e política alemã, Kant afirmava a indolência dos negros e indígenas através de

questões ambientais, onde o clima quente figurava como determinante para a formação do caráter dos indivíduos de maneira negativa, diferentemente das características físicas da natureza europeia (KOBAYASHI, 2014).

Neste sentido ainda, o autor afirmava que as crianças africanas nasciam brancas e se tornavam negras após um breve período de exposição ao sol, o que acabava por deteriorar suas capacidades mentais. Como já destacado anteriormente, é esse tipo de classificação que justificará mais tarde o projeto histórico de colonialismo e de expansão do capitalismo durante o século XIX (KOBAYASHI, 2014).

A partir de então muitos foram os autores que procuraram estabelecer relações parecidas, ou que através da cartografia buscaram regionalizar a distribuição das diferentes raças presentes no planeta. O paradigma determinista, fundamentado na associação entre o desenvolvimento social e variáveis ambientais, se tornou então dominante no bojo da geografia até, pelo menos, o século seguinte (KOBAYASHI, 2014).

Tal concepção reverberou ainda no início do século XX, pois como afirmava o geógrafo norte-americano, e também presidente da Association of American Geographers, Ellsworth Huntington em 1924:

The pinnacle of geography is reached when we are able to explain why certain types of human character, certain manifestations of genius, and hence certain lines of progress and stages of civilization are localized in various parts of the world". (apud KOBAYASHI, 2014, p. 1104).⁹

Na mesma direção, Harlan Barrows em 1922, influenciado pelos estudos da Escola de Chicago em sociologia urbana propõe uma metáfora a partir do conceito de ecologia, tomado das ciências biológicas, para analisar o ambiente das cidades como uma porção do espaço onde diferentes grupos disputam recursos escassos e marcam a paisagem em um constante processo de invasão e sucessão (KOBAYASHI, 2014).

Apesar de Barrows não apelar para esquemas deterministas, ainda fundamenta sua teoria em uma plataforma naturalista. Se levarmos ainda em consideração o caráter extremamente segregacionista da sociedade norte-americana, fica fácil contextualizar seu pensamento, uma vez que o cenário proposto pelo autor parece de fato buscar um sentido, problemático de fato, em uma ordem socioespacial marcada pela divisão racial.

Almon Parkins, já na década de 1930, traz à tona uma análise da diferenciação entre o desenvolvimento do norte e do sul dos EUA, sendo a principal característica do primeiro a

⁹“O ápice da Geografia é atingido quando nos tornamos aptos a explicar por que certos tipos do caráter humano, certas manifestações de habilidades, e conseqüentemente certas linhas de progresso e estágios de civilização são localizados em várias partes do mundo (TRADUÇÃO NOSSA)”.

industrialização e o avanço tecnológico inerente ao processo, enquanto que o segundo era marcado pelo atraso proveniente da insistência no modelo agrário pautado no uso da mão de obra escrava que culminou na Guerra da Secessão.

Num primeiro momento Parkins parece convergir com o trabalho de alguns intelectuais brasileiros, como é o caso do sociólogo Octávio Ianni (1988), que afirma que a escravidão no Brasil, apesar da influência de pressões populares e exógenas, ruiu por conta de sua incompatibilidade frente ao novo estágio do capitalismo que se apresentava então. Porém, por mais incrível que possa parecer, o autor atribui ao negro escravo uma *“superabundance of hereditary tropical inertia (apud KOBAYASHI, 2014, p. 1105)”*¹⁰, o que legou aos seus descendentes uma indolência incompatível com o desenvolvimento econômico posto pela industrialização e pelas dinâmicas do trabalho livre e assalariado. Para ele a escravidão apenas servia como um impedimento para a importação da superior mão de obra europeia para o sul do país, diferente de Ianni (IBIDEM), que atribui a falência do sistema escravista à sua incompatibilidade com os pressupostos modernos que o capitalismo desenvolveu ao longo do século XIX.

No mesmo período podemos observar discursos semelhantes postos pelo pensamento geográfico brasileiro, e por que não, latinoamericano. Como já discutido no capítulo anterior, a própria construção do Estado-Nação brasileiro se deu sobre formas estatais discriminatórias de dominação racial. Processo que foi amparado pela fundamentação teórica de diferentes intelectuais (MALACHIAS, 2016), e onde a ciência geográfica figurou como peça fundamental.

Diferentes instituições, como o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (fundado em 1838), o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (1862), o Instituto Histórico e Geographico de Sao Paulo (1894) e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900) foram peças-chave na construção de uma tradição fundada em uma seleção criteriosa de eventos fundadores, prezando sempre pela negação da escravidão, tida como expressão máxima do atraso perante o incipiente processo de industrialização e estabelecimento da mão de obra livre e assalariada (SCHWARCZ, 2016).

De uma maneira geral, tais institutos eram ferramentas nas mãos das elites locais para pensar não apenas questões identitárias, mas também estratégias de caráter científico para a manutenção da missão civilizatória do homem branco. Num primeiro momento, a partir de um ponto de vista essencialmente determinista, os povos indígenas e os negros eram vistos como empecilhos para a constituição de uma nação. Mas é com o passar do tempo que é tecida uma esperança de branqueamento posta pela mestiçagem (SCHWARCZ, 2016).

No contexto latinoamericano, partindo aqui para uma escala mais ampla, que extrapola o

10“Superabundância de inércia tropical hereditária (TRADUÇÃO NOSSA)”.

cenário especificamente brasileiro, também podemos observar um movimento parecido. Como destacado por Roza (2004, p. 4):

“En la medida que la soberanía del Estado-nación moderno adquirió un marcado componente territorial, la geografía pasó a ser una herramienta de gobierno fundamental, relacionada con la demarcación, racionalización e intervención del territorio y la población.”¹¹

O autor destaca o papel ativo da geografia nesse processo ao analisar o contexto político em que foi estabelecida na Colômbia a chamada “*revolución de medio siglo*”, que a partir de uma série de reformas de caráter liberal que buscaram modernizar o país na segunda metade do século XIX. Neste empreendimento que se deu a fundação de uma *Comisión Corográfica* que teria como principal missão analisar os aspectos do desenvolvimento social da insipiente nação frente a suas características físicas.

A partir daí foi esboçada uma espécie de geografia racial e imaginária que relacionava cada área do país com uma determinada raça. Nas regiões montanhosas e de clima mais ameno estavam as elites criollas, estando às áreas mais quentes relegadas à população indígena e afrodescendente. Em um resumo, foi consenso de que a melhor forma de sobrepujar estes obstáculos seria através da mestiçagem e da hibridização cultural, sempre prezando, claro, pela supremacia dos valores eurocêntricos frente as tradições dos demais povos. Esse seria o duplo preço a ser pago em nome da consagração do destino manifesto da nação colombiana (ROZO, 2004).

De uma maneira geral podemos afirmar que esse tipo de pensamento permeia a intelectualidade latinoamericana. Na introdução de sua obra denominada *La Raza Cósmica*, um ensaio publicado em 1925, o filósofo mexicano José Vasconcelos afirma:

Vuelve, pues, la doctrina política reinante a reconocer la legitimidad de los mestizajes y con ello senta las bases de una fusión interracial reconocida por el Derecho. Si a esto se añande que las comunicaciones modernas tienden a suprimir las barreras geográficas y que la educación generalizada contribuirá a elevar el nivel económico todos los hombres, se comprenderá que lentamente irán desapareciendo los obstáculos para la fusión acelerada de las estirpes (1966, p. 2).¹²

Apesar de tentar estabelecer um sentido mais positivo à mestiçagem no contexto

11 “Na medida que a soberania do Estado-Nação moderno adquiriu um marcado componente territorial, a geografia passou a ser uma ferramenta de governo fundamental, relacionada com a demarcação, racionalização e intervenção do território e a população (TRADUÇÃO NOSSA)”.

12 “Volta, assim, a doutrina política reinante a reconhecer a legitimidade das mestiçagens e com ela se assenta as bases de uma fusão interracial reconhecida pelo Direito. Se a isso se acrescenta que as comunicações modernas tendem a suprimir as barreiras geográficas e que a educação generalizada contribuirá para elevar o nível econômico de todos os homens, se compreenderá que lentamente irão desaparecendo os obstáculos para a fusão acelerada das estirpes (TRADUÇÃO NOSSA)”.

latinoamericano propondo um possível desenvolvimento de uma raça que resultaria da confluência dos diferentes povos que aqui se encontravam, o autor não escapa do esquema que articula características sociais e ambientais. Ao mesmo tempo em que exalta a possibilidade de desenvolvimento e de progresso aos povos latinoamericanos, cria uma imagem idealizada dos indígenas que apesar de bem habituados em seus territórios, apenas a partir da chegada do conquistador europeu, com a sua missão de promover “[...] *la reincorporación del mundo rojo a las modalidades de la cultura preuniversal, representada, desde hace siglos, por el blanco* (1966, p. 7)”¹³. Neste contexto ainda afirma que a contribuição dos negros estaria circunscrita à espiritualidade e à sensibilidade artística.

Portanto, é seguro afirmar, após a apresentação de diferentes exemplos e contextos, que desde princípios do século XIX, até o início do século XX, a geografia foi fortemente influenciada pelos paradigmas das ciências biológicas. Da mesma forma, nesse período a questão racial era tida como fundamental no processo de consolidação dos Estados-Nação e suas identidades inerentes. Na convergência dessas duas características observamos o estabelecimento de teorias de caráter ambientalistas, que muitas vezes atestam um caráter determinista no desenvolvimento de diferentes povos, ou raças, prezando pela engenharia de cunho eugenista para a superação de contextos naturais tidos como empecilhos para o progresso.

Ratzel contribuiu para a formação dessa concepção ao criar as noções de *Naturvölker* e *Kulturvölker*, ou povos naturais e povos culturais, entendidos, respectivamente, como aquelas sociedades ainda limitadas pelos dados do ambiente que habitam, enquanto que os segundos, a partir do desenvolvimento técnico, obtiveram sucesso na suplantação da condição posta naturalmente (MERCIER, 2009).

Uma mudança nesse paradigma ambientalista/determinista na ciência geográfica ocorre com a introdução dos estudos do caráter cultural na formação espacial no período entre guerras, sobretudo na composição da paisagem, como é o caso da obra de Carl Sauer. Sua compreensão partiu do pressuposto de que a produção da paisagem estava ligada a sistemas culturais, estando sua composição carregada pela essência de suas respectivas sociedades. Apesar desse profundo câmbio epistemológico, nesse período a temática racial, mais especificamente no trato das relações étnico-raciais e do racismo, permaneceu em sua posição marginal (KOBAYASHI, 2014).

No pós-guerra se dá a chamada “Revolução Quantitativa”, onde a partir da introdução de novas tecnologias, sobretudo ligadas ao processamento de informações, buscou-se através da quantificação estabelecer padrões espaciais que ajudariam no desenvolvimento de uma sociedade

13 “[...] a reincorporação do mundo vermelho às modalidades da cultura pré-universal, representada, a muitos séculos, pelo branco (TRADUÇÃO NOSSA)”.

mais igualitária, sob grande influência do idealismo Kantiano. Mais uma vez a questão racial perpassa marginalmente o contexto posto à geografia, além de ser um período marcado por generalizações baseadas em diferentes estágios de desenvolvimento.

Algumas exceções podem ter havido, como é o caso do geógrafo norte-americano Robert Park, que partindo da influência que recebeu da Escola de Chicago, tentou propor uma teoria acerca da formação socioespacial urbana e a integração das populações afrodescendentes no âmbito de sua própria realidade nacional. O problema é que a Geografia Teorética, como viria a ser denominada no Brasil, esteve muito pautada na construção de uma concepção lógica do espaço, excluindo muitas vezes um aprofundamento do caráter humano da reprodução socioespacial, característica que torna a realidade muito menos exata do que seu arcabouço teórico (KOBAYASHI, 2014).

É neste período, mais especificamente no ano de 1948, que em seu primeiro livro publicado e intitulado “O Povoamento da Bahia”, fruto de uma tese apresentada no concurso para catedrático da cadeira de geografia humana do Ginásio Municipal de Ilhéus, Milton Santos vai tratar, pela primeira vez, da questão étnico-racial. Neste sentido, a obra é polêmica, uma vez que analisando a composição da população baiana a partir de três “elementos étnicos”, preza pela compreensão de uma coexistência harmônica entre eles, afirmando o ideário pautado na centralidade da miscigenação na formação da sociedade brasileira, como é flagrante nos seguintes trechos:

[...] o povoamento da Bahia por essa classe de gente [“lusobrasileiros e mestiços de toda ordem”] é obra exclusiva do português. Nenhum outro povo no mundo seria capaz de realizar, no Brasil, o que o português realizou, começando por plantar os lineamentos de nossa democracia racial [...] O português, na verdade, conseguiu o milagre de estabelecer “a única civilização nos trópicos”. O fracasso das tentativas dos outros europeus comprova, de sobejo, a tese de que só o português seria capaz de colonizar-nos, como o fez, com os reais proveitos que tiramos [...] (SANTOS apud. CIRQUEIRA, 2010, p. 122)

e

A regra geral, para felicidade nossa, foi o contrário: o predomínio do branco com a imposição de sua cultura, sua religião, de seus hábitos, mais tarde de sua língua, enfim uma completa assimilação, que, mais tarde, a miscigenação haverá de completar “Na colonização a felicidade nossa foi o predomínio do branco (IBIDEM).

É necessário, contudo compreender que a trajetória de um intelectual é marcada por diferentes fases e influências. Com certeza Milton Santos em seu período de formação, entre 1936 e 1948, tenha presenciado debates em torno do ideário que fomentou o desenvolvimento da identidade nacional naquele momento, onde a ideia de uma democracia racial estava sendo gestada. Evidência disso é o fato de o próprio autor, mais de 50 anos depois da publicação da obra, tecer

duras críticas a ela, afirmando inclusive que não fazia questão de mostrá-la para ninguém (CIRQUEIRA, 2010).

Milton Santos foi um dos mais proeminentes geógrafos brasileiros, obtendo inclusive reconhecimento internacional. “O Povoamento da Bahia” não consistiu em sua única aproximação das questões raciais. Sua obra possui outros momentos de aproximação com o tema que serão tratados mais adiante, de forma a seguir a ordem cronológica proposta.

Durante as décadas de 1960/70 alguns eventos marcaram o cenário mundial, como a luta pelos direitos civis nos EUA e a luta pela independência das colônias africanas remanescentes (CIRQUEIRA, 2010). É interessante ressaltar a atmosfera que se consolidou a partir dos acontecimentos do período, partindo de uma progressiva esperança na conquista por direitos em diferentes partes do mundo, desde os negros na América do Norte, a então embrionária Revolução Cubana, tida como um modelo de saída frente a influência ianque na América Latina, as manifestações estudantis de 1968, entre outras evidências de que uma profunda mudança estava por vir. Contudo, essa esperança aos poucos se arrefeceu frente aos desdobramentos de caráter reacionário que se estabeleceram na esteira das pressões populares (BERMAN, 2007).

Tal cenário contribuiu para a inserção de novas discussões no âmbito da Ciência geográfica, sobretudo após uma aproximação com o marxismo que culminou na chamada Geografia Radical. Alguns expoentes dessa vertente se dedicaram à temática racial, como Bill Bunge que, numa abordagem etnográfica, propunha um método baseado em trabalhos de campo no meio urbano, buscando através da investigação participante esmiuçar os fundamentos da reprodução social nas cidades norte-americanas (KOBAYASHI, 2014).

Partindo de suas concepções ativistas baseadas, entre outros aspectos, na luta antirracista, Bunge acreditava que a partir de seu trabalho poderia oferecer às populações mais socialmente vulneráveis ferramentas para reivindicar melhores condições. Dentro da perspectiva das relações étnico-raciais, o autor destacava a miopia dos geógrafos em relação a um tema que figurava como fundamental para compreender o desenvolvimento da sociedade norte-americana (KOBAYASHI, 2004).

A Revista Antipode figurou como a principal publicação dos geógrafos radicais. Além de Bunge, outros autores também se aproximaram da questão racial a partir de uma perspectiva crítica. Jim Blaut, por exemplo, estabeleceu relações entre classe e raça, entendendo que o racismo toma parte do sistema de dominação imperialista, afirmando que sua definição consistia na “[...] *white exploitation of the non-white world, a plague that began some 500 years ago on the West African coast and spread around the globe* (BLAUT, 1985, p. 1)”¹⁴.

14 “[...] exploração branca do mundo não-branco, um flagelo que iniciou à 500 anos atrás no oeste da África e se

Apesar de uma maior inserção do tema a partir de uma perspectiva crítica, a geografia radical, e a Ciência Geográfica como um todo, ainda se preocupava muito em levantar dados sobre a questão racial, mas sem aprofundar na ontologia do racismo como uma categoria social (KOBAYASHI, 2014).

Neste período também ocorre a chamada *virada humanista*, uma articulação entre pragmatismo, análise de interações simbólicas e métodos etnográficos, onde os geógrafos adeptos dessa corrente buscam captar as experiências dos sujeitos sociais no âmbito do lugar (KOBAYASHI, 2014). Destacamos aqui o estudo de David Ley sobre o graffiti na área urbana da Philadelphia, onde a questão racial aparece como uma constante nas dinâmicas postas pelas gangues da cidade e na segregação socioespacial que marca profundamente a distribuição da população (LEY, 1974), processos que criam tensões expressas por meio de símbolos e frases postas nos muros.

É ainda no final da década de 1950 que Milton Santos faz sua primeira viagem à África. Tal visita impacta profundamente a vida do geógrafo, pois o apresenta a um mundo que muito diferia da realidade brasileira e da europeia. Essa primeira aproximação rende o livro “Marianne em Preto e Branco” (1960), uma coletânea de artigos, das quais alguns foram publicados no Jornal da Tarde e que não se aprofundam muito em análises científicas, tendo Santos prezado por descrições jornalísticas com breves infusões na temática geográfica, sobretudo ao analisar os choques provenientes do encontro da cultura europeia com as tradições das nações africanas que visitou (CIRQUEIRA, 2010).

A partir de uma segunda visita em 1962, Milton Santos publica no jornal tunisiano *Jeune Afrique* um artigo intitulado “A África Vista por Um Negro Americano”, onde mais uma vez analisa as contradições postas pelo encontro de duas realidades distintas, uma *África Negra* e uma outra *África Branca*, nos âmbitos político, econômico e cultural. Santos ainda postula a necessidade de as nações africanas galgarem autonomia no trato de suas problemáticas sociais, com vias a alcançarem um desenvolvimento próprio, não necessariamente no mesmo sentido imposto pelos colonizadores. O autor ainda vai mais além ao analisar as relações e diferenças entre os fatores territoriais postos no continente africano e na América Latina (CIRQUEIRA, 2010).

Tendo como ponto de partida essas aproximações com a África e os desdobramentos políticos postos no Brasil e em muitos outros países do continente latino-americano, marcados por forte pressão dos EUA na tentativa de barrar um suposto avanço do comunismo ao fomentar golpes de Estado e brutais ditaduras, é que, na condição já de exilado, Milton Santos começará a propor uma análise crítica sobre o desenvolvimento urbano dos países do terceiro mundo. Tais apreciações espalhou pelo globo. (TRADUÇÃO NOSSA)”.

serão publicadas no livro *Manual de Geografia Urbana* (1981). Nessa obra, em sua quinta parte, intitulada “O Espaço Interno”, Santos analisa como se dá o desenvolvimento intraurbano nas cidades das nações subdesenvolvidas. No que diz respeito à realidade africana, ele analisa as marcas da segregação racial que condicionaram e ainda influenciam as cidades (CIRQUEIRA, 2010).

Neste sentido, Kobayashi (2014) ressalta a importância da atuação de geógrafos negros, no contexto norte-americano, para trazer a tona a temática racial, e mais especificamente os aspectos geográficos e propostas para o enfrentamento ao racismo nessa perspectiva. Como apontado por Winders (et al., 2014), uma maior diversidade nos quadros profissionais ligados à geografia contribuem para uma ampliação de pontos de vista que contribuem para garantir uma ciência mais democrática e que se atente para as contradições sociais de forma mais abrangente.

No contexto norte-americano essa maior inserção dos negros e, conseqüentemente da temática racial na geografia, veio na esteira dos movimentos pelos direitos civis. Tal processo trouxe à tona as limitações que a geografia possuía como ferramenta para compreender as nuances da comunidade negra dos EUA. Bobby Wilson (et al., 1972, p. 1) é categórico em ata do simpósio *Black Perspectives on Geography* ocorrido na Clark University:

*Geography, a relative new profession for the black academic, and dominated by a white epistemological framework, is faced with the problem of dealing with a black community which is becoming aware of its own lived world experience and values. This inconsistency between the Black Imagination and the Geographical Imagination was perhaps the major impetus of a symposium which took place between March 9th and 11th, 1972.*¹⁵

Milton Santos, ainda que efetuando parcas aproximações com a questão racial em sua vasta obra, faz afirmação parecida ao elucidar suas motivações para analisar a urbanização dos países subdesenvolvidos:

[...] a minha presença na França foi muito importante na vontade de elaborar uma outra teoria da urbanização do Terceiro mundo [...] Na realidade eu tinha uma leitura de segunda mão, através de Pierre George, mas sobretudo de Tricart e também um pouco de Rochefort, René Dugrand, Bernard Kayser, com quem sempre mantive relações muito boas, porque Tricart me sugeriu ir visitar todos esses jovens geógrafos que escreviam teses em 1956-1958. Dando aula na França, cheguei à conclusão que aquilo que eu ensinava, lido na Escola Francesa, não me satisfazia. Comecei, então, a querer fazer outra coisa e é daí então que vem essa vontade de teorização sobre urbanização, que vai desembocar nos livros que eu publiquei ainda na França e depois nos EUA e na Inglaterra e que são, digamos assim, uma outra forma de ver o Terceiro Mundo, a partir de uma cabeça do Terceiro Mundo

¹⁵“Geografia, uma profissão relativamente nova para os acadêmicos negros, e dominada por uma estrutura epistemológica branca, é afrontada com o problema de lidar com uma comunidade negra a qual começa a se tornar consciente de seu próprio mundo vivido de experiências e valores. Essa inconsistência entre o Imaginário Negro e o Imaginário Geográfico era talvez o maior ímpeto de um simpósio que ocorreu entre 9 e 11 de março de 1972 (TRADUÇÃO NOSSA)”.

(SANTOS apud. CIRQUEIRA, 2010, p. 134).

A partir da década de 1990 em diante ocorre uma influência das teorias pós-estruturalistas e pós-colonialistas na geografia, podendo ser destacados três desenvolvimentos básicos que figuram como marcos no período, segundo Kobayashi (2014): a emergência de uma abordagem ontológica da questão racial, levada a cabo sobretudo pela chamada escola britânica de antirracismo na geografia, que possui Peter Jackson como um de seus principais expoentes; a aproximação das pesquisas e das lutas antirracistas no âmbito acadêmico com esforços parecidos, mas ligados a formas de opressão diversas, onde as intersecções entre as questões de classe, raça e gênero entraram na pauta das reivindicações por uma maior justiça espacial; e também a crescente atuação dos geógrafos negros nos EUA que, a partir da progressiva inserção no meio acadêmico geográfico durante as décadas anteriores, começavam a pavimentar os caminhos de suas carreiras ao receberem seus PhDs ao longo da década.

Nesse período Milton Santos propõe uma abordagem que atue no sentido de desvelar os significados de ser negro no contexto brasileiro. Colocando a população negra como elemento fundamental na constituição da nação brasileira, o autor chama a atenção para a necessidade de se levar em consideração a formação de nossa identidade, em vez de adotar posturas universalistas pautadas na realidade de outros países, de modo a assegurar a cidadania plena a todos os brasileiros. Para isso ele estabelece três dados centrais para a compreensão da questão:

O primeiro é a corporalidade, o segundo é a individualidade e o terceiro é a questão da cidadania. São as três questões que vão ser a base da maneira como estamos juntos, da maneira como nos vemos juntos, da maneira como pretendemos continuar juntos. Resumindo, a corporalidade inclui dados objetivos, a individualidade inclui dados subjetivos e a cidadania inclui dados políticos e propósitos jurídicos. A corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugaridade), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí aparece em resumo, o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade. A individualidade permite, a partir do bom senso, alcançar certo grau de exercício da transindividualidade, e aí aparece a minha consciência, a consciência de mim, a consciência de nós, a consciência do outro e dos outros, a consciência do mundo. E afinal a cidadania, que é o exercício de direitos e supõe a ciência dos direitos que temos a capacidade de reivindicar seu exercício pleno e também de reivindicar mais (SANTOS, 1996/1997, p.134-135).

O autor ainda afirma que a escravidão é um fato que marcou nossa história e ainda marca nossa sociabilidade, de modo que ao negro seja negada a condição de cidadão, âmbito na qual deveria se desenrolar a luta antirracista, na busca por galgar esse espaço e garantir plenos direitos, em pés de igualdade com os demais membros da sociedade.

A questão da cidadania ganha destaque no pensamento de Milton Santos uma vez que, para além da brutalidade já posta no tecido socioespacial brasileiro, observa-se no período a emergência da globalização, processo que a partir de uma maior inserção da lógica corporativa no território nacional, constituiria cada vez mais uma ameaça à garantia de direitos à população, uma vez que seu ethos preza pela consolidação de uma identidade cidadã ligada ao consumo, não ao acesso a melhores condições de vida de maneira democrática.

Assim como no contexto norte-americano da década de 1990, observa-se no Brasil um aumento de produções voltadas à discussão da questão racial sob um prisma geográfico, como apontado por Cirqueira (2014) em um levantamento nos programas de pós-graduação. Dois dos possíveis fatos que influenciaram esse movimento crescente foram a inserção de ações afirmativas discriminatórias que possibilitaram a entrada de mais negros no ensino superior público a partir do início da década de 2000, e também uma ampliação e grande difusão de pesquisas quantitativas de órgãos institucionais sobre as desigualdades étnico-raciais no país.

Contudo, o autor destaca que apesar do aumento é flagrante a falta de espaço reservado ao tema em escala nacional, sobretudo na região sul, onde ocorre um processo histórico de apagamento das influências das culturas de matriz africana. Também alerta para a ausência de uma devida imbricação entre a questão étnico-racial e as teorias geográficas. Cirqueira afirma que muitos trabalhos acabam partindo para uma análise das relações sociais e não se aprofundam em suas expressões espaciais, ou prezam muito pelo referencial geográfico, relegando às dinâmicas postas pelo racismo como um mero apêndice.

Não pretendemos esgotar aqui o assunto. Este primeiro capítulo torna-se necessário frente as polêmicas que a questão racial evoca, sobretudo no contexto brasileiro, onde o debate neste âmbito é negado em nome de uma pretensa igualdade entre os indivíduos que permeia os fundamentos de nossa identidade nacional. Da mesma forma, buscamos demonstrar a relevância do tema para a geografia a partir de um breve panorama de seu desenvolvimento neste campo científico. Estamos conscientes das limitações postas a um aprofundamento nesta questão dado o objetivo deste trabalho se concentrar em outra direção.

Fica evidente através dessa breve reconstrução da relação entre a geografia e o conceito de raça que muitos caminhos tortuosos foram pavimentados e trilhados ao longo do breve período compreendido entre sua institucionalização enquanto ciência e os dias atuais, assim como a necessidade de trilharmos novas rotas, a partir de pontos de vista mais diversos possível.

1.3 - As Evidências na Paisagem Urbana

A proposta da presente monografia é analisar as evidências presentes na paisagem da cidade de Curitiba que mostram a presença da população negra em sua história, avaliando, a partir dos discursos que constituem o imaginário ligado à identidade curitibana, se tais marcos estão em evidência da mesma maneira que outros atributos, associados a nacionalidades ou ascendências europeias.

A paisagem, conceito que remonta a trajetória da geografia desde seu início, é aqui entendida como “[...] a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (SANTOS, 2006, p. 103)” e que figura como “[...] o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (IBIDEM)”. Tal atributo toma um lugar central no desenvolvimento do espaço urbano contemporâneo, cada vez mais orientado segundo uma lógica de mercado que visa uma ambientação das cidades, de modo a torná-las parte de uma experiência a ser vivida de acordo com temáticas específicas (AMENDOLA, 2000). Como apontado por Castro (2006, p.156):

Mais do que fonte de sobrevivência, a terra é um registro simbólico por excelência e, apesar de a racionalidade moderna ter conquistados os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções.

Desse modo, entendemos que neste âmbito possamos seguramente encontrar traços dos discursos que têm atuado na produção do espaço urbano de Curitiba, tendo sempre como hipótese a exclusão de marcas ligadas a grupos sociais tidos como indesejáveis, uma vez que a paisagem consiste em um elemento revelador de uma cultura em determinada época, consistindo assim no resultado da convergência dialética da ideia com a matéria (MORAES, 2005), onde uma é influenciada e ao mesmo tempo influencia a formação da outra.

Esse processo se dá a partir de uma concepção específica do planejamento urbano que receberá considerações mais aprofundadas nos capítulos seguintes. Porém, podemos adiantar que não são poucas as evidências de que essa forma gestão pode acabar por legitimar mecanismos de controle e manter uma ordem espacial limitadora, uma vez que a cidade contemporânea pode ser compreendida como locais de concentração de diferentes formas de dominação, expressas em relações de poder no mundo globalizado, como é o caso do racismo, do sexismo e do elitismo (DE OLIVEIRA, 2014), condição que no caso latinoamericano possui o agravante de direcionar as sociabilidades desde os primórdios da colonização, como já destacado.

Neste sentido, buscamos trazer à tona a necessidade de se construir uma cidade que preze pela diversidade no reconhecimento da cidadania dos grupos sociais que a compõem, respeitando o

legado de diferentes povos em sua história. Entendemos que

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem” (SANTOS, 2006, p. 55).

Neste ponto, trazemos a perspectiva colocada por Audrey Kobayashi (2014), sobre a necessidade de compreendermos a questão racial não apenas como uma construção social, mas buscando analisar o status ontológico de sua manutenção, pois como afirma a autora:

I take social construction as a starting principle, therefore, but the principle does not take me very far toward understanding the dialectical conditions through which the concept of race is organized and lived. In other words, the issue is less about whether race has been reified than with the social transformations that have come about through its reification (p. 1103)¹⁶.

Tomamos o espaço, enquanto expressão das relações sociais que ali se dão, ao mesmo tempo em que atua no sentido de reproduzir sua orientação, como ferramenta de reificação das relações étnico-raciais pautadas na diferenciação e supervalorização de atributos de determinados povos em relação a outros.

Para melhor explicitar o desenvolvimento dessa dinâmica, recorreremos ao conceito de ideologias geográficas proposto por Moraes (2005), que consiste no ideário que alimenta as políticas territoriais do Estado, bem como a consciência dos grupos sociais frente ao espaço e sua relação com ele, ou seja, toda elaboração política que atua sobre temas espaciais e que tem no espaço sua condição de existir. As ideologias geográficas, para além de suas reverberações políticas, estão fundamentadas em preceitos culturais, uma vez que as leituras prévias do espaço, bem como as representações coletivas de uma nação é que darão o tom da organização territorial.

Sob o prisma de nossa formação cultural, é importante destacar que a cultura brasileira é sinônimo de relações de poder, uma vez que a disputa pela formação de uma identidade autêntica foi um modo de delimitar práticas políticas que se definiram como legítimas (ORTIZ, 2005), culminando nessa articulação entre a cultura e a política que vai deixar marcas no espaço geográfico, onde ocorre a materialização dessa dinâmica (MORAES, 2005).

Como salientado por Milton Santos (2006), há uma dialética presente na relação entre a sociedade e o espaço. Compreendemos por espaço, ainda a partir da conceitualização proposta por

¹⁶“Eu tomo construção social com um princípio inicial, portanto, mas o princípio não me leva muito adiante na compreensão das condições dialéticas através da qual o conceito de raça é organizado e vivido. Em outras palavras, a questão é menos sobre se raça tem se materializado do que com as transformações sociais que têm surgido através de sua materialização (TRADUÇÃO NOSSA).”

Santos, o plano material marcado por objetos técnicos provenientes do trabalho humano organizado em torno de determinados valores. Segundo o autor, as formas se tornam espaço a partir de concepções pré idealizadas, tornando-as assim formas-conteúdo, ou “[...] *objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor (IDEM, p. 109)*”. No mesmo sentido Jackson (2003) afirma que as estruturas espaciais “[...] *are implicated in the production and reproduction of social relations in the sense that particular territorial forms both produce and reflect particular social processes (p. 3)*”¹⁷.

Pretendemos a partir daí sustentar o argumento de que o espaço constitui um eficiente conduto de relações de poder (MORAES, 2005), aqui mais especificamente na sustentação de um discurso que preza pela invisibilidade de determinados grupos sociais e a hipervisibilidade de outros. Contudo, entendemos que tal processo não se dá da mesma maneira em diferentes períodos, de acordo com os contextos históricos vigentes, dada a mutabilidade de orientações influenciadas pelo desenvolvimento humano, e mais especificamente pelo caráter dinâmico do sistema capitalista em sua reprodução. Para além disso, a condição periférica da América Latina perante o sistema internacional marca o papel das metrópoles latino-americanas de receptáculo das ordens expressas pelos países que ocupam um papel central nessa dinâmica, fato que influencia as dinâmicas socioespaciais aí inseridas dados os mandos externos (ANDRÉ, 2016).

Frente a isso, é necessário que busquemos compreender como o discurso identitário paranaense se volta muito mais a sua herança ligada aos imigrantes europeus de origem germânica do que aquela proveniente da confluência entre os indígenas, os negros e os portugueses. Levamos em consideração que esse ideário não mais se fundamenta da mesma maneira que na época dos institutos histórico-geográficos, mas pode ser observado como uma peculiaridade local que ainda orienta a ocupação do território curitibano, agora inserido em uma rede global de cidades que disputam investimentos por meio da construção de amplas campanhas de marketing (VELTZ, 2009; COMPANS, 2009).

17 “[...] são implicadas na produção e reprodução de relações no senso que formas territoriais particulares também produzem e refletem processos sociais particulares (TRADUÇÃO NOSSA)”.

SEGUNDO CAPÍTULO

A Formação Socioespacial de Curitiba: Raça e Identidade

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE CURITIBA: RAÇA E IDENTIDADE

Para embasar nossa pesquisa, é necessário uma análise breve, dada a magnitude das questões envolvidas, porém minuciosa nos limites postos por uma monografia, da formação socioespacial de Curitiba. Entendemos tal formação na imbricação entre os elementos presentes no espaço e as relações sociais que os estabeleceram, ou que são por eles influenciados. Esse movimento se dá a partir da dinâmica a qual se refere Santos (1977):

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem

uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *praxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais (SANTOS, 1977, p.92).

A formação socioespacial, portanto, como resultado dessas práticas que são dados sócio-economicamente, fornece evidências para o geógrafo das relações que influenciaram seu desenvolvimento. Contudo, compreendemos também que o modo de produção capitalista, apesar de seus pressupostos básicos, está em constante transformação, provocando mudanças expressivas tanto no âmbito econômico, quanto social.

Propomos então uma breve contextualização do desenvolvimento socioespacial de Curitiba, a partir de diferentes períodos geopolíticos, marcados por diferentes formas de relação entre o Estado, o território e a população, de acordo com sua inserção no sistema internacional. Tal processo é marcado por diferentes posições e oposições entre esses três elementos segundo os primados do modo de produção que orientam as sociabilidades em cada período (ANDRÉ, 2016).

Essa dinâmica ainda ganha contornos específicos no contexto latinoamericano dada a posição periférica do continente no sistema internacional e onde a urbanização pode ser entendida como ponto de inserção dessa lógica moderna, através de um intenso fluxo de pessoas, ideias, mercadorias e capitais (ANDRÉ, 2017), todos direcionados segundo as especificidades das relações sócio-econômicas em voga.

É frente a esse processo que Curitiba se desenvolveu e chegou aos dias atuais com uma população estimada em 1.908.359 de pessoas para o ano de 2017 (CIDADES, s.d.) e figurando como o município polarizador de um Região Metropolitana que congrega outras 25 cidades. A capital paranaense também vem se consolidando, desde a década de 1970 em modelo de planejamento urbano, sendo reconhecida mundialmente como exemplo de administração racional e sustentável dos recursos territoriais. É em sua história e na construção de suas identidades que iremos nos concentrar nos próximos itens.

2.1 - Período Colonial

Com o estabelecimento das Capitânicas Hereditárias por parte da Coroa Portuguesa em 1534, na área que compreende o sul da Baía de Paranaguá até Laguna (Santa Catarina), foi situada a Capitania de Santana, conferida à administração de Pedro Lopes de Souza. Mais tarde, em 1543, a

partir do norte da mesma baía é estabelecida parte da Capitania de São Vicente, atribuída à Martim Afonso de Souza. São esses os dois marcos principais da presença portuguesa no extremo leste do que, mais tarde, viria a constituir o território do Estado do Paraná (LAZIER, 2003).

No ano de 1668 foi erguido o pelourinho na região onde hoje está a cidade de Curitiba. Tal processo sofreu influência direta de Gabriel de Lara, capitão-mor nomeado pelo Marquês de Cascaes, herdeiro direto dos irmãos Souza, administradores das Capitanias de São Vicente e Santana, que é tido como o principal nome ligado à fundação da cidade. Este dado é importante pois seu estabelecimento marcava o território em questão como jurisprudência da coroa portuguesa. A partir daí, em 28/03/1693 foi fundada a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, que em 05/02/1842 ganharia o status de cidade, passando a chamar-se efetivamente de Curitiba (LAZIER, 2003).

Neste primeiro momento a cidade fica sob jurisdição da recém-estabelecida Capitania de Paranaguá (1660), condição que dura até 1812, quando a coroa portuguesa transfere a capital de Paranaguá para Curitiba e lhe afere o título de segunda comarca de São Paulo. Em 1832 torna-se a 3ª comarca, em 1833ª 5ª e em 1852 a 10ª. É apenas em 1853 que se institui a Província do Paraná, mantendo-se, contudo, a mesma capital (LAZIER, 2003), mas isso mais tarde, já dentro de uma estrutura política e territorial caracterizada pela formação de um Estado-Nação.

A região figurava como limite meridional do domínio português, dado que leva o estado do Paraná a ser dividido pelos historiadores em duas partes para analisar o período: o lado português, que compreende a baixada litorânea e o primeiro planalto, onde está localizada Curitiba, e o espanhol, que vai do segundo planalto até a fronteira com Paraguai e Argentina. A cidade foi fundada então quando ainda fazia parte não do estado do Paraná, mas sim da Capitania de Paranaguá.

Até a chegada dos portugueses a região era habitada por cerca de 200.000 mil indígenas, distribuídos entre cerca de 50 povos, que por sua vez pertenciam a três famílias étnicas principais: Tupi-Guarani, Crem e Ge. Alguns desses povos, através de enfrentamento direto, ou alianças com os portugueses, foram responsáveis por conter o avanço espanhol na área (LAZIER, 2003).

Com o início da colonização e o estabelecimento da escravidão indígena, a região atraiu caçadores, assim como informações à época de que haviam jazidas de ouro também atraíam mineradores. Estas duas atividades, a caça por mão de obra cativa e a mineração, contribuíram com o início da ocupação da porção portuguesa do Paraná. A população indígena em 1500 é estimada em aproximadamente 200.000 indivíduos, contra os pouco mais de 15.000 contabilizada em 2003, estando a maioria abrigada em reservas (LAZIER, 2003). Os ameríndios foram as primeiras vítimas do processo de colonização, que para além do genocídio e da escravidão, também expropriou seus

territórios, local de reprodução de sua cultura.

Contudo, a mineração no planalto curitibano não atraiu a atenção da coroa portuguesa. Evidência disso é o fato de a fundição do ouro dali retirado ter de ser feita em Paranaguá. Tal atividade figurou como motor das atividades produtivas no período de 1650 à 1750, tendo seu auge ocorrido em 1700 (IANNI, 1988).

Com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais no final do século XVII houve uma grande migração para lá. A partir da demanda por alimentos na aglomeração populacional procedente da exploração mineral mais ao norte, no Paraná português se desenvolveu a cultura pecuária, com vistas a fornecer aos mineradores tanto gado, quanto animais de tração, como a mula e o cavalo (IANNI, 1988; LAZIER, 2003).

A pecuária se desenvolveu posteriormente no sentido da criação, como também da caça do chamado Gado do Vento, animais que foram introduzidos na região pelas missões jesuítas. Constantemente atacadas pelos exploradores espanhóis e pelos bandeirantes desde o início do século XVII, as missões acabaram extintas e seus animais passaram a viver de modo selvagem (LAZIER, 2003). Destaca-se aqui o fato de Curitiba constituir o ponto de encontro de duas atividades econômicas que marcaram profundamente seu desenvolvimento: a mineração que se dava na região do litoral e a pecuária que vinha sendo implantada mais ao interior, em campos e pastagens (DE MELLO PEREIRA, 1996; IANNI, 1988), contando com a força de trabalho majoritariamente dos indígenas escravizados em seu início.

Com a abertura do trecho curitibano da estrada que ligava Viamão à Sorocaba em 1730 a pecuária se consolidou como a atividade que desenvolveu a região. Por muito tempo a porção meridional do Brasil esteve povoada por pequenas agrupações, distantes e com poucos vínculos, tanto entre si, como em relação aos principais centros. Tais povoamentos são listados por Ianni (1988, p. 33):

Grosso modo, houve no sul um foco de irradiação na área das missões do Uruguai; outro expandia-se de Viamão; o litoral catarinense foi também uma região relativamente isolada; e, da mesma forma, a marinha paranaguara e o planalto curitibano.

Podemos a partir daí compreender a importância do estabelecimento dessa rota para a região.

Através dessa estrada se dava a atividade das tropas que levavam o gado para ser comercializado no norte. Curitiba é tida como a matriz do tropeirismo no sul do Brasil, atividade construída a partir das andanças dos mineradores e do nomadismo indígena, e que influenciaria diretamente o estabelecimento da identidade do homem curitibano. Para além dessa hibridização cultural, no sentido racial o tropeirismo também configurava como um exemplo de miscigenação,

uma vez que grande parte dos tropeiros eram caboclos, mestiços ou mesmo negros (IANNI, 1988; LAZIER, 2003).

Ao longo do século XVIII é que se introduz progressivamente a cultura da erva-mate na região. Tal desdobramento se deu, sobretudo, pela expansão do mercado consumidor no Prata, bem como do empenho da coroa portuguesa em expandir a presença de seus colonos no extremo sul do Brasil. Esses dois dados contribuíram para o aumento exponencial do fluxo de capitais disponíveis para o estabelecimento dessa cultura (IANNI, 1988). Mais tarde, no século XIX, durante e após a Guerra da Tríplice Aliança, esse mercado voltou a ser favorecido, desta vez pela destruição da indústria paraguaia (PENA, 1999).

No início, a produção da congonha, como também é conhecida a erva-mate, servia como forma de obtenção de outros produtos, como sal e algodão, através de permuta, sobretudo com a Vila de Paranaguá, no litoral. Contudo, é necessário destacar que este mercado, mesmo em seus tempos áureos, era extremamente oscilante, dadas as políticas protecionistas dos países consumidores, bem como a má fama do produto curitibano, frente às práticas fraudulentas que eram levadas a cabo para aumentar o volume da erva produzida. A derrocada desse ciclo produtivo, apoiado então no trabalho da mão de obra indígena escravizada, se deu a partir dos estímulos conferidos pelos governos argentino e uruguaio para seus produtores locais. Além disso, esses dois países muitas vezes compravam erva-mate cancheada, isto é, semielaborada, dos produtores paranaenses, de modo a alimentar suas indústrias (CUNHA STECA et al., 1950).

É importante salientar que o período colonial marca a imposição de uma forma específica de território, marcada pelos pressupostos da modernidade, que então já ia se desenhando, com vias a estabelecer uma formação sociospacial ancorada em pressupostos racionalistas e instrumentais (ESCOBAR, 2015). Tal processo culminou na constituição do Estado-Nação moderno no século XIX, que no contexto latino-americano não esteve relacionado a um rompimento com uma cosmovisão anterior, como se deu no caso europeu, sua gestação se deu restritamente a partir de um elite política e econômica que manipularam os pressupostos da modernidade de forma a assegurar seus privilégios e sujeitar os setores da sociedade que não possuíam espaço no novo projeto (QUIJANO, 2002), alicerçado pelo ideal do progresso. Como já abordado, o perfil do homem universal, inserido nos novos modelos de cidadania modernos, estava muito mais próximo ao europeu que aos indígenas e os negros.

2.2 - Império e Geração da Identidade Nacional

Neste contexto, é a partir da década de 1860 que é iniciado o processo de inserção de imigrantes europeus em Curitiba. São estabelecidas na então periferia da cidade colônias de italianos, poloneses e alemães em sua maioria, mas também encontravam-se ali franceses, suíços, ingleses e suecos, além de outras nacionalidades (LAZIER, 2003). A introdução destes colonos é uma constante em todo o estado, bem como em todo o Brasil, porém com mais fôlego no sul do país, de maneira a contribuir com o branqueamento da população, causando cambios profundos, sobretudo no âmbito produtivo e no mundo do trabalho.

Dorfmund (1963) denomina o período como o ciclo da agricultura, no qual através da inserção de técnicas de plantio e de culturas que visavam, em um primeiro momento atender ao mercado interno, diversificou-se a produção que até então estava voltada apenas à exportação. É neste momento que, a partir da vinda dos imigrantes, são estabelecidos novos municípios no interior do estado do Paraná, mais voltados à produção agrícola, ao passo em que os europeus que possuíam alguma experiência em atividades artesanais ou industriais, contribuíram para o desenvolvimento de uma expressiva indústria local em Curitiba. Articuladas em torno de uma pequena burguesia formada a partir da indústria ervateira, essas indústrias progressivamente irão complexificando cada vez mais o espaço urbano curitibano ao longo do século XX (IPARDES, 2006).

Ao que nos parece, a já estabelecida elite política, em conjunto com essa incipiente burguesia, bem como os imigrantes, que progressivamente ocupam lugares de destaque na sociedade local, é que vão alimentar o imaginário que funda a identidade curitibana no decorrer do século. Esse processo é marcado pela seletividade de influências a que se remete, evidenciando muito mais aquelas ligadas à Europa, ou a cultura indígena desde um viés romantizado, do que a das populações afrodescendentes.

2.3 - A Consolidação do Estado Nacional

A partir de então, Curitiba se consolida como uma das mais importantes capitais brasileiras. Frente a isso, é nas décadas de 1950 e 1960 que o poder público, estadual e municipal, iniciará uma série de estudos no sentido de pensar em um planejamento nas escalas urbana e regional. Desse processo que resulta o estabelecimento da Região Metropolitana de Curitiba na década de 1970, a partir de uma articulação local que era esboçada desde 1967, apesar dessa ação estar na jurisdição da União como destacava a Constituição Federal vigente, sendo ratificada na Lei Complementar

Federal nº 14/1973 (BOTEGA DO CARMO, 2017).

É importante destacar aqui que, nesse contexto, ocorrem algumas mudanças no desenvolvimento capitalista, que passam a progressivamente aferir ao espaço urbano o status de uma grande arena de investimentos (CASTELLS, 1983). A metropolização então passa a marcar um novo padrão de desenvolvimento capitalista através da articulação de redes urbanas que, com o fim da Guerra Fria e a emergência da Globalização, irão se consolidar progressivamente de maneira global (VELTZ, 2009). Esse processo marca o estabelecimento das Regiões Metropolitanas, gestadas a partir dos primados do nacional desenvolvimentismo que marcava a condução da política interna.

É então que, a partir da gestão de Jaime Lerner, indicado à prefeitura de Curitiba em 1971 pelo regime militar, que a cidade vem sendo produzida e manejada de acordo com um planejamento urbano voltado à criação de uma imagem articulada em torno de um imaginário baseado no discurso da sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida (MOURA, 2009). É exatamente essa Curitiba, cidade modelo desse padrão de planejamento que visa uma inserção estratégica no mercado global até os dias atuais, que figura como objeto da presente monografia.

Este período não escapa ao processo de apagamento das heranças não europeias do imaginário nacional como um todo, uma vez que a ideia de democracia racial é reforçada pelo Regime Militar, que busca estabelecer um consenso através da negação da existência de segregações no que diz respeito à questão das relações étnico-raciais no Brasil (NASCIMENTO, 2016). Como veremos mais adiante, esse projeto de cidade pensada a partir do planejamento estratégico contribui muito para a despolitização no trato das contradições socioespaciais presentes no meio urbano.

2.4 A Escravidão nos Primórdios da Formação Socioespacial Curitibana

Mais a frente discorreremos sobre a formação das identidades paranaense e curitibana, sobretudo em seus aspectos que tangenciam a questão das relações étnico-raciais. Para balizar a discussão é necessário contudo uma contextualização da escravidão como marco do estabelecimento desse imaginário, uma vez que, a despeito da narrativa “oficial” irradiada desde as instituições responsáveis pela produção e reprodução dessas identidades, a região também estava inserida na lógica produtiva escravista. Fomentaremos então uma análise da formação socioespacial

na escala urbana, buscando entender as imbricações entre as sociabilidades postas a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista no contexto da escravidão.

A princípio com a exploração dos indígenas e depois com os negros, tanto no extrativismo mineral, quanto na pecuária e na produção de erva-mate, outra atividade responsável pelo desenvolvimento econômico da região e que fez emergir uma pequena elite econômica e política. É recorrente na literatura que analisa a história do estado do Paraná a afirmação de que ali foi empregada pouca mão de obra escrava proveniente do tráfico de africanos, daí o fato de não haver presença expressiva de negros em sua composição demográfica e, conseqüentemente, em sua narrativa histórica que baliza a identidade local.

Apesar de realmente ter havido um número menor de negros empregados nas atividades produtivas ali desenvolvidas, não pode ser ignorado o fato de que Curitiba foi inserida na mesma lógica escravista que o restante do país, fundada ali no uso do trabalho do indígena, do negro e de seus descendentes. Levantaremos aqui algumas evidências que corroborem esse argumento, demonstrando como a escravidão constituiu em uma instituição que permeou diferentes âmbitos da vida social curitibana e que foi sempre em seu sentido que tendeu o uso da força de trabalho (IANNI, 1988).

Num primeiro momento o tráfico de escravos indígenas foi uma atividade tão forte por ali que há relatos de uma expedição de bandeirantes paulistas em 1628, responsável pela captura de 60.000 mil pessoas, empreendimento que inflacionou de oferta o mercado escravagista em São Paulo, reduzindo de forma considerável o valor da “mercadoria” (LAZIER, 2003). Além disso, seu uso deu, num primeiro momento, na atividade da mineração, primeiro ciclo produtivo de expressão na região. Ao discorrer sobre os primórdios dos arraiais mineradores do planalto Ianni destaca menção aos “Índios Mineradores” trazidos pelos mineradores que subiram de Paranaguá (1988, p. 27).

Com a improficuidade da atividade mineradora, a população local passou a dedicar-se a outras atividades. Desenvolve-se então a agricultura e a pecuária com vias a subsistência. Apenas mais tarde essas atividades propiciam um escambo e atividades de trocas comerciais com outros povoados do litoral. Neste período é utilizada a mão de obra indígena, bem como a de mestiços destes com os brancos (IANNI, 1988). A mestiçagem já consta como uma prática recorrente, tendo em vista que alguns povos indígenas da região possuíam o costume de oferecer mulheres de suas aldeias aos colonos brancos, como sinal de aliança (LAZIER, 2003).

A exploração da mão de obra indígena não prosperou de maneira geral pois, de acordo com a cultura dos cativos, era considerado humilhação para os homens se aplicarem em atividades tradicionalmente levadas a cabo pelas mulheres. Além de que havia forte oposição dos jesuítas no

uso dos povos autóctones como escravos (WACHOWICZ, 2010).

Os primeiros negros chegaram na baía de Paranaguá e no planalto curitibano através de bandeiras paulistas que por ali passavam vasculhando o território em busca de riquezas, ao lado de brancos, indígenas e mestiços. A mão de obra cativa de origem africana foi ali inserida pelos bandeirantes, uma vez que figuravam como produtos do mundo social de Piratininga e não dos colonos que ali se encontravam (IANNI, 1988).

Com o estabelecimento da mineração na região, foi política posta pela coroa portuguesa a maior atribuição de terras àqueles dispostos a explorá-la que possuíssem mais escravos. Com essa condição se atendia à duas necessidades postas no contexto: a ocupação do território a partir do desenvolvimento de atividades lucrativas, assim como um controle da mão de obra que evitasse o desvencilhamento do trabalhador livre, criando a possibilidade de também se tornar proprietário. Ao escravo, resignado perante a brutalidade inerente do regime a ele imposto, ficaria relegado o trabalho submisso, propiciando assim um maior controle do processo por parte da metrópole. O trabalho escravo evita assim qualquer possibilidade de emancipação ou ascensão social. Ainda em fins do século XVIII a população escrava em Curitiba alcançou o expressivo patamar de 34 % da população local (IANNI, 1998).

Dada a variedade de situações em que o ouro poderia ser encontrado na região, os esforços para a sua mineração aumentavam cada vez mais, o que demandou o uso da mão de obra escrava como mote do processo:

O uso de pequenas vasilhas, ou pratos de estanho, e bateias; o represamento, desvio ou escoamento das águas; a construção de canais; as escavações às margens dos rios ou nas encostas dos morros; o transporte das terras e pedras retirados nessas escavações, o processo de pescar o ouro com saco de couro cru em pontas de varas; a cata de minério por meio do mergulho nas águas que não podem ser desviadas, processo introduzido pelos negros pobres, ou faiscadores; a lavagem dos seixos; essas são algumas das principais atividades ligadas à mineração do ouro e que foram em maior ou menor escala utilizadas nos arraiais do planalto (IANNI, 1988, p. 25).

Assim, a medida que aumentava a complexidade e a lucratividade das tarefas a serem empreendidas, mais convinha o emprego do maior número de cativos na atividade produtiva. A partir de então que o modelo escravagista começa a se consolidar, pois com a crescente arrecadação consequentemente foi possível importar cada vez mais mão de obra proveniente do tráfico negreiro (WACHOWICZ, 2010).

Esse processo vai estabelecer com o tempo uma sensível diferença no desenvolvimento da escravidão, enquanto que na região do litoral e do primeiro planalto os negros serão o mote do processo produtivo, no restante do que hoje compreende o território paranaense, o segundo e

terceiro planaltos, os indígenas, na medida do possível, continuarão como cativos (LAZIER, 2003).

O maior envolvimento de mão de obra cativa nos processos produtivos que então se davam demandou uma série de regulamentações normativas por parte da coroa portuguesa durante o século XVIII. Desde a tributação sobre o número de escravos que os proprietários possuíam, até a limitação nas relações com os comerciantes da região, fomentaram o estado jurídico que regulamentava a vida social da colônia, estabelecendo aos brancos e negros diferentes lugares nessa dinâmica (IANNI, 1988).

O âmbito jurídico é uma importante fonte de evidências na análise da escravidão no Paraná. Desde os primórdios da ocupação do Brasil meridional, estando os cativos juridicamente atribuídos aos colonos como “administrados”, artifício que buscava escamotear as relações escravagistas aí postas, foram estabelecidas leis que, de uma maneira geral, buscavam consolidar a diferenciação entre as classes dominantes e as populações tidas como inferiores e que recebiam a alcunha de “não morigerados”, e que podiam congregiar também trabalhadores livres, como veremos mais adiante. É importante aqui destacar o papel exercido por Curitiba, sobretudo a partir da sua oficialização como capital da província já no século XIX, na difusão de leis que regulamentavam a vida social frente a escravidão. A legislação ali posta era copiada pelos demais municípios da província (DE MELLO PEREIRA, 1996).

Em Curitiba, no século XIX, a punição aos escravos era tema constante nos autos das discussões na Câmara Municipal:

A lei de 1º de outubro de 1828, que ficou conhecida como Regimento das Câmaras Municipais do Império, não determinava em nenhum dos artigos e parágrafos do Título III - Posturas Policiais - que caberia às Câmaras legislar sobre o escravo. Apesar disso, a estréia dos escravos na legislação municipal foi precoce. O Código de Curitiba de 1829, em alguns de seus artigos, já fazia menção a eles (DE MELLO PEREIRA, 1996, p. 57).

Num primeiro momento, tais leis prezavam pela limitação das relações entre os cativos e a população livre, buscando assim definir o lícito e o ilícito num cotidiano onde a divisão entre esses dois planos da hierarquia social se tornava etérea frente a complexidade das relações interpessoais. Emergia assim o problema da punição: deveriam os livres e os escravos serem punidos na mesma medida? Por maioria decidiu-se pela reserva à multas ou penas de prisão aos primeiros, e aos últimos o castigo do chicote (DE MELLO PEREIRA, 1996).

A respeito da importância dessa delimitação dos papéis sociais como pilar do sistema escravista, bem como da amplitude de um e outro espectro, Ianni (1988, p. 32) afirma:

[...]a estrutura econômico-social fundou-se na existência de homens livres e

escravizados, fato básico para a caracterização da ordem social que se constituiu na comunidade. Evidentemente as posições sociais assimétricas marcam as avaliações sociais recíprocas de uns e outros. Há aqueles que são compradores de escravos e há aqueles que são vendidos como escravos; há cidadãos, brancos, homens bons, livres, e há índios, negros, mestiços, escravos, semoventes.

Com o passar do tempo os debates na câmara passaram a tender para o “relaxamento” desses castigos, não como uma prova de humanismo por parte da classe política da época, mas por conta de uma contradição inerente ao sistema escravista. Quanto mais maltratados os cativos, mais disseminados eram os casos de fugas, revoltas e até mesmo assassinatos de senhores, além da possibilidade de os escravos reduzirem o empenho no trabalho, baixando conseqüentemente a produtividade (DE MELLO PEREIRA, 1996).

Tais arremedos jurídicos foram estabelecidos paralelamente a algumas concessões no plano cotidiano, como a possibilidade de os escravos empreenderem festas em algumas datas específicas, e sempre tuteladas pela autorização de seus respectivos senhores, ou pela autoridade municipal. Tidas como símbolo de cordialidade por parte das elites brancas do período escravista, tais atitudes agiram mais no sentido de oferecer uma flexibilização nas relações sociais com vias à manutenção do sistema (IANNI, 1988).

Eram postas ainda outras possibilidades de ascensão social aos escravos, óbvio que de maneira limitada de acordo com as hierarquias postas. Podia-se atribuir ao escravo negro ou mestiço o papel de capataz, ou até mesmo de capitão do mato, relegando a ele assim o papel de mantenedor da ordem e da disciplina em meio aos cativos. Às mulheres poderia ser assegurada uma posição de prestígio e a atribuição de tarefas mais fáceis se cedessem aos ímpetos sexuais dos senhores. Desta maneira assegurava-se ainda tratamento diferenciado aos filhos resultantes dessa junção (IBIDEM).

É recorrente o uso dessas especificidades da escravidão brasileira como argumentos para atribuir a esse regime uma suposta cordialidade que de fato não encontra embasamento empírico. Tais aproximações entre senhor e escravo foram utilizadas unicamente como subterfúgio para o manutenção do status quo, criando assim a ilusão em meio aos cativos que existia a possibilidade de ascensão social, mesmo frente a uma hierarquização tão rígida.

Ainda no século XVIII, com a decadência da mineração e o estabelecimento de uma cultura agropecuária, ocorreu a transferência de parte da mão de obra cativa para os garimpos de Minas Gerais, mas houve também a inserção do escravo nas novas atividades, sendo esse regime de trabalho predominante nas fazendas. Pode-se afirmar que a terra e o escravo consistiam nos fatores fundamentais de produção neste tipo de empreendimento (IANNI, 1988).

Com o passar do tempo instituiu-se nesse meio o uso do escravo como sinônimo de status. Muitas produções começavam com o caráter de agricultura familiar, mas a medida que prosperavam as famílias buscavam introduzir escravos em suas fazendas para alcançarem maiores níveis sociais, tornando assim estes em fundamento econômico da empresa agropecuária (IANNI, 1988).

É importante ressaltar aqui que, apesar de a mão de obra indígena ter sido considerada inapta ao regime escravista, seu uso continuou pelo menos até o século XIX. Em Carta Régia de 1808 enviada ao Governador e Capitão-Geral de São Paulo por D. João VI em que é expressa a preocupação pela situação da região, submergida em conflitos entre os indígenas e os colonos. Estes, ao travarem confronto com aqueles, poderão “[...] segurar alguns índios” e assim “considerá-los por quinze anos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier[.]” (apud. IANNI, 1988, p. 40).

Essa evidência demonstra a complexidade da instituição escravista no Brasil e a consequente dificuldade posta aos pesquisadores no intento de desnudar suas dinâmicas. A escravidão indígena é posta em muitos trabalhos como uma prática circunscrita nos primórdios da colonização, contudo, apesar de suas limitações, foi utilizada, ainda que em pequena medida durante quase todo o período que remonta até a abolição da escravatura, como atestada pela passagem da Carta Magna de D. João VI.

No mesmo sentido, muitas foram as formas de mascarar a condição de escravo. Juridicamente poderia-se denominar um cativo como “administrado”, ou tratá-lo socialmente como um agregado da casa, papel na maior parte das vezes ocupado por um mestiço ou indígena, e que na prática consistia em uma relação de semiescravidão perante um senhor, figura central do regime patriarcal-escravista posto (IANNI, 1988).

Paralelo à progressiva inserção da erva-mate como mote da economia curitibana ainda no século XVIII, a escravidão ali continuava consolidada como dado fundamental da reprodução do modelo econômico e social. Mesmo frente a possível mecanização da produção que se estabelece no século seguinte, muitos produtores ainda levarão algum tempo para abandonar o uso da mão de obra escrava nesse ramo (IANNI, 1988).

Mesmo com a proibição do tráfico pela Inglaterra em 1831, o porto de Paranaguá ainda recebia escravos, tornando-se assim um importante ponto de desembarque para os navios negreiros que ainda praticavam a atividade de forma ilegal (LAZIER, 2003). Foi ali onde se desenrolou a emblemática Batalha do Cormorant em 1850. Amparado pelo bill Aberdeen Act instituído cinco anos antes e que autorizava a perseguição a navios negreiros, o cruzado inglês HMS Cormorant adentrou a baía e iniciou uma batalha com parte da população instigada à reação frente a violação do território brasileiro por uma embarcação estrangeira. Nesse episódio traficantes de escravos

afundaram deliberadamente seus navios para que não fossem apreendidos, ainda que estivessem carregados com os cativos (WACHOWICZ, 2010).

Com a ascensão da cultura do café na região de São Paulo na segunda metade do século XIX, muitos negros acabaram enviados para lá (LAZIER, 2003). Este argumento também é recorrente na justificativa do porquê a população do sul do Brasil é tão embranquecida, o que na realidade parece servir muito mais para abafar qualquer tipo de discussão relacionada ao tema, o que não é surpresa, dada a natureza das discussões em torno da questão racial no caso brasileiro que já evidenciamos anteriormente.

A progressiva crise do modelo escravagista brasileiro, que culmina na abolição da escravatura em 1888, abriu precedente para a absorção da mão de obra europeia, uma vez que não se prezava pela inserção do negro no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na composição do tecido social. O início da imigração no estado do Paraná se inicia em 1829, com a vinda dos primeiros colonos alemães. Mais tarde, ente 1869 e 1908, deu-se o processo de imigração para a Curitiba, onde foram estabelecidas colônias na região periférica da cidade. Em meio a este contexto, a população negra do Estado do Paraná figurava como 42,9% em relação ao total (MARTINS, 1999), fração que passou a decrescer com a política de embranquecimento ali empreendidas (IANNI, 1988).

O processo de emancipação dos escravos no Brasil é complexo e extremamente contraditório. Em meio a diferentes narrativas que situam o fato de acordo com diferentes pontos de vista, ora se exalta a figura da Princesa Isabel, signatária da Lei Áurea em 1888, bem como das elites que, supostamente, acataram o ato em um despertar humanista, em outros momentos se atribui papel de maior importância aos movimentos abolicionista, e há ainda outra vertente que atribui ao estado de desenvolvimento em que se encontrava o capitalismo o estabelecimento de um contexto pouco propício à escravidão frente ao novo modelo industrial, baseado na mão de obra assalariada.

Acreditamos que tal fato deve ser compreendido a partir de uma convergência de diferentes fatores. De certa maneira, houve um progressivo desgaste do modelo escravagista. No entorno Curitiba, ao passo em que a cidade crescia e aumentava assim a complexidade das relações econômico-sociais ali postas, houve um aumento na aproximação entre a população livre e os escravos. Desse modo, através do estabelecimento de laços afetivo-sociais cada vez mais profundo, muitos cidadãos livres se compadeciam com a situação dos cativos e auxiliavam em suas fugas, fato que demandou o estabelecimento de leis específicas, no sentido de punir os cidadãos que auxiliassem e/ou abrigassem escravos em fuga. De Mello Pereira (1996) elenca uma miríade de atividades onde escravos e trabalhadores livres, tanto brasileiros como imigrantes, trabalharam

juntos, inclusive em alguns momentos com os primeiros supervisionando o trabalho dos segundos.

Paralelamente, os ideais liberais que prezavam pelo estabelecimento do regime de trabalho assalariado como modelo ligado à concepção de modernidade, em detrimento da escravidão que representava o atraso à que estava então relegado o Brasil, influenciaram inúmeros debates políticos sobre a abolição. De Campos Graf (1981) destaca o surgimento das sociedades emancipadoras e abolicionistas durante a década de 1880, no limiar do regime escravocrata. Em Curitiba a primeira foi a Sociedade Emancipadora Paranaense, fundada em 8 de julho 1883, em cerimônia solene realizada no Museu Paranaense. Na esteira vieram a Sociedade Libertadora do Paraná, fundada em 28 de setembro de 1883 e o Clube Abolicionista do Paraná, estabelecido em 24 de janeiro de 1885. Tais instituições possuíam forte caráter propagandístico, organizando eventos e arrecadando fundos para a compra de cartas de alforria. Uma exceção foi uma sociedade denominada Ultimatum, fundada em 12 de junho de 1887 e que agia tanto lícita, quanto ilícitamente.

Paralelo a isso havia as estratégias dos próprios escravizados para a conquista da liberdade, que se resumiam, segundo De Campos Graf (1981), em: empréstimos contraídos para a compra da carta de alforria e que, em geral, eram pagos em trabalho após a emancipação; trabalhos extras que rendiam pequenas quantias e gradualmente possibilitavam a compra da própria liberdade; jogos de loteria; alforriados que pagavam para libertar familiares; pedir esmolas, ação que chegou a ser regulamentada por legislação estadual em 1862 para punir os escravos que obtinham renda e utilizavam para fins diversos à própria alforria (DE MELLO PEREIRA, 1996); recorrer aos clubes e sociedades abolicionistas como respaldo legal; fraudes, ao se passar por um escravo que tenha sido alforriado; fugas; e roubos.

Como já salientado também, a mecanização da indústria da erva-mate de fato restringiu o uso da mão de obra escrava. Tal fato não contribuiu diretamente com o fim da escravidão em Curitiba, uma vez que os cativos foram progressivamente transferidos para outras ocupações, seja na cidade, dado o seu crescimento e a diversificação das atividades produtivas, ou para outros estados. A demanda por mão de obra nos cafezais paulistas aumentou o tráfico inter-provincial (PENA, 1999).

Essa evidência colide com a afirmação de que houve um movimento “natural” de negação à escravidão frente o desenvolvimento do capitalismo, pois a racionalidade do trabalho cativo se choca com a do trabalho assalariado, que seria o mote do período industrial do modo de produção. Como contatado por Pena (1999, p. 88) “[...] são justamente as migrações para fora da província as maiores responsáveis pela diminuição da população escrava paranaense entre 1873 e 1884”.

Segundo o mesmo autor, além dessa corrente de pesquisadores que analisam o fim da escravidão segundo sua incompatibilidade com o capitalismo industrial, há outra que defende o uso

da mão de obra cativa como processo embrionário do estágio capitalista da segunda metade do século XX. Acreditamos que essa premissa está mais de acordo com as evidências aqui expostas, no sentido de colaborar com o estabelecimento de uma narrativa histórica que não esteja comprometida com o escamoteamento das brutais relações que fundaram nossa sociedade.

2.5 Forjando Identidades

Todo esse esforço que têm sido feito para construir uma narrativa que privilegie apenas alguns pontos da história do Paraná, e conseqüentemente de Curitiba, atua no sentido de fundar uma identidade diferenciada do restante do país. Nesse sentido, ao analisar brevemente os fundamentos identitários paranaenses usaremos aqui o conceito de cultura segundo a definição proposta por Santos (2007, p. 81):

[...] forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento.

É importante levar em consideração que essa formação cultural necessita estar amparada ideologicamente, o ocorre a partir do que Hobsbawm (et al., 1984) denomina de “invenção de tradições”, processo onde ainda que se faça “*referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial (p. 10)*”, visando assim estabelecer ou legitimar “*instituições, status ou relação de autoridade (p. 17)*”. Neste sentido, De Oliveira (2001) afirma que o Brasil meridional é marcado pela convergência de três mitos fundadores: o guarani, o português e o polonês. Segundo o autor o “*mito se torna realidade quando parte de um projeto que se concretiza na ação (p. x)*”, marcando assim os discursos que orientam as relações socioespaciais ali postas.

As terras do litoral, entre Cananéia e o Rio Grande do Sul, bem como na extensão oeste até o Rio Paraguai e os limites com o Império Inca, eram ocupadas pelos guaranis, povo que possuía profícua mentalidade religiosa e mítica. Os cronistas cristãos possuíam dificuldade na compreensão do imaginário religioso guarani a partir de seus preceitos escolásticos. Neste panteão cultural que se dá a origem do mito da Terra sem Mal, que consistia em “uma espacialidade e temporalidade imaginárias nas quais o esforço pela vida seria superado pela plena abundância e as hierarquias não existiriam. Seria um novo paraíso sem morte e sem mal. A procura da Terra sem Mal provocava

migrações e deslocamentos territoriais e exigia movimento e mudança. Na tradição do profetismo tupi-guarani a Terra sem Mal ficaria na “*direção leste, por trás de montanhas altas (DE OLIVEIRA, 2001, p. x)*”.

Já o mito português está relacionado com o símbolo religioso ocidental mais antigo presente em Curitiba: a imagem de Nossa Senhora da Luz. Feita de terracota a imagem já estava no primeiro templo religioso erigido no planalto de Curitiba, ainda no século XVII. Segundo sua lenda, a imagem instalada então no povoado de Atuba sempre amanhecia com o olhar voltado para a direção de uma região chamada pelos indígenas de Curitiba. Os habitantes do povoado resolveram então se mudar para aquela localidade, onde foram bem recebidos pela população autóctone, onde uma das lideranças locais indicou onde deveria ser estabelecido o novo povoado, selando assim um acordo de paz e cordialidade entre os dois povos. No local assinalado pelo indígena foi construído um novo templo, onde hoje está a Praça Tiradentes, no centro da cidade (DE OLIVEIRA, 2001).

A figura de Nossa Senhora da Luz, contudo, está presente no imaginário português desde seus primórdios, como destaca De Oliveira (2001, p. xi):

O culto de Nossa Senhora da Luz possui um santuário em Carnide, arredores de Lisboa, sendo o culto de Santa Maria em suas várias invocações um dos principais valores do reinado de Portugal, desde uma visão concedida ao primeiro Rei de Portugal, Dom Afonso Henriques em 1111. O surgimento do reino de Portugal apresenta visíveis manifestações milenaristas e messianistas. Portugal possuía um centro religioso na Abadia Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça como parte de suas raízes e razões ideológicas de Estado. A primeira dinastia de Borgonha estava vinculada à Ordem de Cister desde os primeiros dirigentes.

Essa narrativa estava consolidada na base do expansionismo que se deu no século XVI, no contexto das grandes navegações, bem como no conturbado cenário político posto na Península Ibérica, com o domínio do reino português pela Espanha de 1580 a 1640, quando se deu a chamada Restauração do trono português:

Em 1610 foi publicada a *Historia do Insigne Aparecimento de Nossa Senhora da Luz, e suas obras maravilhosas*. Escrita pelo Padre Fr. Roque de Soveral, teólogo e religioso da Ordem de Cristo. Essa obra faz parte do ambiente espiritual de resistência em Portugal desde os acontecimentos de 1578 (batalha de Alcácer-Quibir) e de 1580 (domínio filipino). As instituições que haviam sido os pilares espirituais da existência e expansão de Portugal nas dinastias anteriores incrementam a produção de um discurso de excepcionalidade e originalidade do projeto português. Os centros religiosos como o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça desenvolve a historiografia da monarquia Lusitana, como Frei Bernardo de Brito. A Ordem de Cristo, herdeira espiritual da velha Ordem dos Cavaleiros do Templo, nacionalizada pelo Rei Dom Dinis, tornara-se a responsável pelo Mosteiro da Luz. Os frades dessa Ordem, cujo símbolo era ostentado pelas caravelas nas navegações, divulgavam o culto de Nossa Senhora da Luz pelo vasto Império do qual eles foram sustentáculos (IBIDEM).

Por fim, o terceiro mito fundador do imaginário paranaense está remonta a uma lenda do século XIX proveniente de alguns segmentos do campesinato polonês. Cercados por uma realidade pautada na constante opressão e miséria amargados por grande parte da população polonesa fomentou o aparecimento da seguinte narrativa:

Diz a lenda que o Paraná até então estava encoberto por névoas e que ninguém sabia de sua existência. Era a terra em que corria leite e mel. Então a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido camponês polonês lhe dirigira, dispersou o nevoeiro e predestinou-lhe o Paraná. Tal decisão da Virgem Maria havia sido comunicada ao Papa, o qual sensibilizado pelo destino da cristandade polonesa, convocou todos os reis e imperadores da terra, para sortear a posse de tal território. Por três vezes consecutivas foi tirada a soquete, e sempre o Para era o contemplado. Então o papa solicitou ao Imperador brasileiro que distribuisse essas terras aos poloneses, para que a tivessem à fartura e ali pudesse viver felizes, expandindo o seu cristianismo (WACHOWICZ apud DE OLIVEIRA, 2001, p. xiii).

É flagrante o caráter religioso dos mitos portugueses e polonês. A narrativa religiosa é uma constante na fundamentação de diversos mitos ao longo da humanidade. Podemos afirmar neste sentido que a religião consiste em uma “[...] gigantesca utopia, isto é, a mais gigantesca ‘metafísica’ que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar, em uma forma mitológica, as contradições reais da vida histórica[...]” (GRAMSCI, 1987, p. 115).

Para além dessas três narrativas, há ainda uma outra que também merece destaque e que também parte do imaginário português e permeia a sociedade paranaense até a atualidade, como veremos mais adiante. Esse quarto mito fundador é o do Quinto Império, ligado a um projeto articulado na junção do nacionalismo português no período da Restauração com o imaginário católico, tendo sido o seu maior expoente o Padre Antônio Vieira, difusor da hegemonia do, então recente, império português, destinado a governar e evangelizar os povos de todo o mundo. Tal ideal expansionista prezava pelo estabelecimento de uma mística imperial em função da fé, prezando assim pelo espiritual ante o econômico (MARQUES, 2004)

O imaginário do Quinto Império se baseou em uma passagem do velho testamento, do segundo capítulo do livro de Daniel, onde, por volta do final do século VII a.C., o rei da Babilônia, Nabucodonosor, sonha com uma estátua compósita e conclama os sábios de seu reino para interpretá-lo, mas sem que ele conte o conteúdo de sua experiência onírica. Perante a impossibilidade de ser atendido, Nabucodonosor ordena a execução de todos os sábios da Babilônia. Frente ao perigo de ser executado, Daniel foi à presença do rei pedir por misericórdia e afirmou que seu Deus poderia fornecer a resposta demanda, mas que só poderia fornecê-la no dia seguinte. Durante aquela noite foi revelado a Daniel o conteúdo do sonho e este no dia seguinte transmitiu sua interpretação a Nabucodonosor, que o nomeou governador da Babilônia em

retribuição (SOARES, 2006).

Segundo tal interpretação, a estátua a qual o rei encarou em seu sonho tinha a cabeça composta por ouro, peito e braços de prata, abdome e coxas de bronze, as canelas de ferro e os pés deste último material misturado com argila. Cada parte da composição representaria um reino de grande expressão, sendo a cabeça representada pela Babilônia. A este império seguiriam outros, não tão nobres quanto o primeiro, de acordo com o valor atribuído a seus respectivos materiais. O último, expresso nos pés da estátua, representaria um império fragmentado posto que sua composição era de ferro e argila, demonstrando dualidade entre um material forte e outro fraco. Se desprenderá então, sob desígnio divino, uma pedra da montanha posta próximo a estátua, que destruirá essa reino dual. Essa pedra representa um império que, sob a benção de Deus regulará todo o mundo eternamente, pondo fim à regência dos anteriores (SOARES, 2006).

Há uma miríade de interpretações acerca da metáfora posta por essa alegoria com relação aos reinos a que se refere. No caso aqui exposto, Vieira atribuía a esse império fragmentado a situação política de Portugal e Espanha pré restauração. Com o rompimento do julgo espanhol “[...] dentro da melhor tradição épica nacional – guerreira e missionária – fizera ressurgir a viabilidade próxima do sonho do Quinto Império (MARQUES, 2004, p. 6)”.

A peculiaridade do esquema proposto por Vieira está na coexistência de um projeto espiritual, na qual e estabelecido um contato direto com Deus na fundamentação deste reino, que está fundamentado materialmente no Estado português, que será o responsável pela manutenção deste legado por toda a eternidade. De acordo com a proposição do padre, há um Estado escolhido para levar a cabo tal tarefa, não um rei especificamente. Essa predestinação estava desenhada já no mito fundador de Portugal, conhecido como O Milagre de Ouriques:

O evento conta que em 25 de julho de 1139, um ano antes de D. Afonso Henriques de Borgonha começar a usar o título de Rei, cristãos portugueses conseguiram vencer a batalha contra o mais numeroso exército mouro. Este evento ganha contornos milagrosos a partir do século XV, como traço fundador da nacionalidade, buscando ilustrar as conquistas quase inexplicáveis empreendidas por um país tão pequeno e um povo tão reduzido. Por meio deste ‘mito’ se poderia indicar o destino de glória reservado a Portugal, confirmando a ‘vontade de Deus’ em fazer de Portugal um país livre e dedicado a levar a fé por todo o mundo. Vale lembrar que sobre o ‘milagre de Ourique’, o primeiro texto escrito foi de Duarte Galvão. Publicado em 1505 com o título de *Crônica d’El-Rei D. Afonso Henriques* (MANDUCO, 2005, p. 14).

A convergência dessas profecias que permeavam o imaginário português dotaram o reino de uma exclusividade dada a percepção de sua história: seria Portugal então a nação portadora da missão de conquistar e cristianizar todo o mundo. Tal projeto esteve extremamente ligado ao contexto histórico do momento, onde podia-se observar a progressiva consolidação do modelo

estatal de governo, bem como da importância da tecnologia naval para a conquista de novos territórios e, conseqüentemente novas fontes de riqueza. Tais evidências endossam a afirmação de Dussel (2000, p. 46) que o projeto moderno é inaugurado de fato desde a emergência da Espanha como primeira nação “Moderna”, pois a partir daí,

[...] con un Estado que unifica la península, con la Inquisición que crea de arriba-abajo el consenso nacional, con un poder militar nacional al conquistar Granada, con la edición de la Gramática castellana de Nebrija en 1492, con la Iglesia dominada por el Estado gracias al cardenal Cisneros [...] abre la primera etapa “Moderna”: el mercantilismo mundial.¹⁸

Podemos observar que toda o imaginário que permeia a narrativa do Quinto Império estabelece, desde a Restauração, do rompimento do julgo espanhol, caminhos semelhantes para Portugal. Antonio Vieira acena, a partir de uma sustentação teológica, a necessidade, bem como a viabilidade, do fortalecimento e exaltação conjunta do Estado católico moderno e da igreja Romana, enquanto que paralelamente buscava convencer o capital de que o melhor caminho para a sua aplicação se dava através do Estado português (Manduco, 2005).

Neste sentido, podemos definir o mito do Quinto Império se sustenta em um

[...] universo de sentido latente no seu projeto de redenção final e continuada, [...] um vasto horizonte ao qual a visão profética, o comentário exegetico, a razão teológica, o conhecimento histórico-geográfico, a análise psicológica, o discurso político e – por último, mas não menos importante – o senso comum patriótico-religioso intentam fixar um lugar e um tempo de eclosão mundana. O lugar é o Portugal divino-humano em que o mito enforma a história e a profecia plasma um destino existencial (IBIDEM, p. 6).

Reverberações desse imaginário podem ser observadas através de alguns discursos políticos já da segunda metade do século XX destacados por De Oliveira. Traçando uma ligação direta com o papel exercido pelos colonizadores, Bento Munhoz da Rocha Neto, Deputado Federal Constituinte em 1946 e de 1959-1963, e que chegou até mesmo a cumprir um mandato como Governador do Paraná de 1951-1954, por exemplo, em discurso proferido na sessão de 22/08/1960 no evento denominado “O V Centenário do Infante Dom Henrique – O Triunfo da Cultura Portuguesa”, atribui ao Brasil o papel de desdobramento da cultura e da civilização portuguesa, estando a unidade nacional diretamente ligada a esse imaginário que deveria ser posto como base comum:

É pela cultura luso-brasileira que estamos construindo no sul, o mesmo

¹⁸ “[...] com um Estado que unifica a península, com a Inquisição que cria de cima-abaixo o consenso nacional, com um poder militar nacional ao conquistar Granada, com a edição da Gramática castelhana de Nebrija em 1492, com a Igreja dominada pelo Estado graças ao cardeal Cisneros [...] abre a primeira etapa “Moderna”: o mercantilismo mundial (TRADUÇÃO NOSSA)”.

Brasil de sempre, o mesmo Brasil ralhado para sobreviver, um Brasil mais branco, loiro, em que são sensíveis os traços culturais europeus não portugueses, um Brasil que se diversifica, que se distingue com seus aspectos próprios, mas que é o mesmo Brasil, igual ao de qualquer parte da América portuguesa, porque a cultura é a luso-brasileira, com a surpreendente força assimiladora dos seus caracteres essenciais, que se apresentam sem querer ostentar muita força, que aparecem frequentemente, frágeis, mas que ressurgem e asseguram a unidade cultural e, portanto, a unidade espiritual da pátria brasileira. A cultura luso-brasileira [...] está superando definitivamente, a sua fase decisiva. É no sul, como em qualquer parte, uma cultura que se defende e que se perpetua. Brasileiros de todas as origens europeias estão hoje integrados, à perfeição, na comunidade brasileira. Sentem como nós sentimos. Vivem como nós vivemos. E com pouco ou nenhum sangue português, são pela cultura, brasileiros (apud. DE OLIVEIRA, 2001, p. xxvi).

Contudo os debates que se deram no sentido de evocar uma tradição portuguesa presente na cultura paranaense, e do sul de maneira geral, muitas vezes fundamentaram o estabelecimento de um ponto comum na absorção das culturas recém-chegadas da Europa até a primeira metade do século XX. Muitos intelectuais da época, comprometidos com o projeto nacional proposto a partir da década de 1930 desde o governo de Getúlio Vargas, argumentavam a favor da oficialização do português como língua oficial do Brasil. O idioma seria o ponto de convergência das diferentes culturas aqui presentes para a identidade brasileira (DE OLIVEIRA, 2001).

É necessário aqui apontar, como ressaltado no início da seção através da conceitualização da invenção das tradições a partir de Hobsbawn, o quão frágil e artificial é a continuidade posta no estabelecimento das tradições. O mesmo Bento Munhoz que em 1960 evocou a continuidade do projeto expansionista e civilizatório português, anos antes, em 10/07/1946, numa sessão da constituinte na Câmara dos Deputados onde ocorria um debate sobre a conceitualização da língua nacional, afirma:

Vejo ainda na tendência à denominação de brasileira à nossa língua um resquício de mentalidade colonial que aspira a todas as emancipações e ao rompimento de todos os laços com o passado. É uma atitude espiritual, ainda insegura, que receia ameaças e absorções. É, no fundo, uma confissão de fraqueza, incompatível com a evolução, a importância que atingimos no 'mundo que o português criou'. Já temos bastante personalidade para reconhecer e proclamar, sem timidez, as nossas origens, das mais nobres da família européia (apud. DE OLIVEIRA, 2001, p. xxv).

Tal discussão se dava num contexto em que a língua serviria como ferramenta para a absorção dos imigrantes na identidade nacional. Como já ressaltado no primeiro capítulo, a cultura brasileira foi sendo construída através de hibridizações que hora conclamavam a inserção de mais elementos europeus e, quando esse processo culminava na possibilidade de fragmentação do imaginário posto, se prezava pela mistura com elementos do conjunto cultural institucionalizado.

É importante aqui ressaltar que as relações étnicas, que pressupõe a possibilidade de trocas e

permeabilidade entre determinadas culturas, parece apenas serem positivas com os povos europeus. Aos imigrantes provenientes do velho continente é concedida a possibilidade de continuidade em suas práticas tradicionais, nos marcos da identidade nacional claro, mas não observamos essa mesma receptividade com os povos escravizados, tanto indígenas, relegados a uma visão romântica que atribui a eles a possibilidade de serem civilizados, como aos negros, vistos como expressão do atraso.

Há ainda dois fatores que marcam profundamente o imaginário paranaense. Em primeiro está a figura do tropeiro, que no discurso difundido pelo movimento paranista, a qual teceremos maiores considerações adiante, atribui a responsabilidade pela fundação de diversas cidades do estado. Mais especificamente em Curitiba, que é tida como a matriz do tropeirismo no sul do Brasil, se deu o centro da cultura sulista baseada na pecuária. As atividades do tropeiro por sua vez foram diretamente influenciadas pelo nomadismo indígena que nos referimos no início do capítulo (LAZIER, 2003).

Durante muito tempo, o que pode ser atestado a partir de inúmeros relatos de viajantes que por ali passaram entre os séculos XVIII e XIX, a figura do tropeiro foi tida como a imagem do homem curitibano (LAZIER, 2003). Para além disso, é importante relatar que essa atividade contou com a participação de muitos negros e, mais ainda, de mestiços (IANNI, 1988), outra evidência do enraizamento da escravidão na sociedade curitibana, além da expressividade da mestiçagem em sua história.

Outra característica da identidade paranaense, mais precisamente no sentido de sua formação política, é a manutenção de uma mesma elite no poder, que remonta aos primórdios da colonização no Brasil. Neste sentido, De Oliveira (2001) relata que o Paraná possui a peculiaridade de manter uma continuidade na concentração de poder nas mãos das mesmas linhagens familiares por séculos. Segundo levantamento feito pelo autor, dos 56 prefeitos de Curitiba, até 2001, 23 possuem hereditariedade genética ou familiar com grandes nomes da elite política local, 14 possuem a mesma condição, mas relacionados à linhagens que remontam a períodos anteriores ao século XX e apenas 19 possuíam capital político recente, sem tradição familiar histórica. Entendemos então tal fato como uma evidência que, aliada ao discurso de Bento Munhoz da Rocha Neto, salienta uma continuidade do projeto expansionista e civilizador do império português no imaginário político-cultural paranaense, entendendo os desdobramentos históricos do estado como consequências deste ideário.

É em torno desses fatos que começa a ser pensada a identidade paranaense, e curitibana de uma forma mais específica. Com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838, diversos intelectuais articulados em torno desta instituição, passaram a construir a cultura brasileira

em âmbito acadêmico. Foi aí que Romário Martins encontrou o aporte necessário para o desenvolvimento de seu livro “História do Paraná”, editado pela primeira vez em 1899. Para compreender o direcionamento escolhido pelo autor, é importante ressaltar que o IHGB enfatizava em suas produções a centralidade do conceito de etnia (SANTOS, 2016), contribuindo assim com a suplantação do debate racial e das contradições geradas pela hierarquização social proveniente de ideais racialistas, prezando pela concepção liberal de igualdade, em detrimento da mitigação da discriminação.

A partir daí que Romário Martins e uma miríade de acadêmicos e artistas paranaenses estabelecerão o Movimento Paranista, que a partir de seu cunho intelectual e político, forjará o imaginário que servirá de base para a identidade do Paraná (NUNES MENDONÇA, 2015). Este movimento estaria fortemente influenciado por ideais positivistas e anticlericais, o que explica seu forte apelo à ciência e ao progresso (PEREIRA, 1998). São inúmeros seus desdobramentos, contudo nos ateremos a sua perspectiva geográfica, sobretudo no que toca ao uso do espaço urbano como local de reprodução de seu imaginário.

Durante as primeiras décadas do século XX, nos primórdios do paranismo, Curitiba procurava se modernizar. Apoiada no capital proveniente da indústria da erva-mate, a cidade passava por mudanças profundas em sua paisagem, que cada vez mais passou a influenciar um câmbio nas relações sociais ali postas, sobretudo ao criar um ambiente urbano mais propício ao desenvolvimento de uma vida pública, aumentando assim sua separação com o âmbito privado (VIACAVA, 2001). Nesse contexto, o paranismo, através de sua dimensão artística, tentará

[...] criar um terreno comum para os habitantes de seu território,[...] pela dimensão estética [...] criarão um terreno comum de identificação que será capaz de gerar uma identidade cultural para um estado que sequer tinha suas fronteiras bem definidas (PEREIRA, 1998, p. 156).

Neste sentido é reveladora a influência que o paranismo recebe do futurismo italiano, que a partir do Manifesto Futurista, publicado por Filippo Marinetti em 1909 e das deturpações feitas pelo totalitarismo de Mussolini, pretenderão criar as bases tradicionais para a consolidação do Estado, utilizando a arte para tanto. Outra dimensão desse movimento que influencia diretamente os ideais paranistas são “*o elogio à modernidade e a seus elementos representativos como a multidão, o centro urbano e a velocidade (IBIDEM, p. 178)*. Daí que se originaram diversas peças artísticas, desde quadros até peças literárias e arquitetônicas, que receberão o nome de Estilo Paranista, com fortes influências da Art Déco (IBIDEM).

O caráter simbólico das artes, bem como de manifestações culturais organizadas no espaço urbano sob essa égide se valerão

[...] em particular da força estética com a utilização de símbolos e imagens[...]” que transmitissem “[...] seus valores de uma forma eficaz, até mesmo porque as imagens, além de seu potencial de criação de uma nova realidade, ainda são de mais fácil leitura e atingem com maior objetividade o imaginário popular (IBIDEM, p. 160).

Contudo, é importante destacar que, ainda que preze pela formação de uma identidade paranaense, os paranistas em momento nenhum a descolam da brasileira, dotando seu imaginário de um caráter regionalista, frente ao todo nacional. Grande evidência disso são as comemorações do centenário da independência onde, partindo de sua tendência ao uso do espaço urbano através de grandes mobilizações culturais, foram empreendidos diversos eventos, bem como a inauguração de vários monumentos que faziam uma ode a história do Brasil e do Paraná (IBIDEM).

Por outro lado, a dimensão discursiva que serviu de base para estes empreendimentos, busca da mesma maneira enaltecer os feitos de grandes nomes da história do Paraná, pagando tributos à influência positivista, e criar um ponto comum de origem para os povos que aí confluíram: indígenas, portugueses e imigrantes europeus. Os negros são sistematicamente excluídos, através da negação da escravidão em larga escala, fato que podemos encontrar nas obras de destacados nomes do movimento. Tal análise despenderia uma pesquisa muito mais profunda e com outros objetivos, alheios ao da presente monografia. Contudo, destacaremos aqui algumas passagens que servem como base para compreendermos melhor as implicações de tais afirmações para um movimento com um viés interventor na organização da paisagem urbana.

Romário Martins, grande expoente e tido como o fundador do Movimento Paranista, em passagem de seu livro História do Paraná, editado pela primeira vez em 1899, após longos parágrafos refutando os ideais arianistas, afirma sobre a presença do negro na sociedade paranaense:

O negro africano integrado na sociedade branca não é exclusivo no Brasil. [...] Esse fato não deprimiu a nenhum povo europeu e o negro foi absorvido pela população branca em séculos de contato. O mesmo se dará no Brasil.

É verdade que por várias gerações o descendente de negro ainda apresenta vestígios de inferioridade sociológica e psicológica, conseqüências de várias causas: o ambiente, o gênero da vida, a incultura, etc. Alguns dos nossos dissídios e desorientações correm por conta de proximidades étnicas com a estirpe de Can, mas também é inegável que sua mestiçagem já apresentou no Brasil altos tipos humanos quanto ao fulgor da inteligência e a transcendência da cultura (MARTINS, 1995, p. 395).

Ficam claros alguns pontos já tratados no primeiro capítulo: a naturalização de uma pretensa inferioridade, a visão positiva com relação a absorção dos negros através da mestiçagem e uma evocação do imaginário bíblico, que parece muito mais justificar a condição marginal dos negros na

sociedade paranaense, do que afirmar de fato sua presença e importância em sua constituição.

Assim como Romário Martins com o passar dos anos outros autores partiram do mesmo pressuposto, como Ruy Wachowicz, e passaram a destacar o Paraná como uma espécie de caldeirão étnico (MORAES, 1999), mas levando em consideração apenas a imigração europeia do século XIX, ignorando o papel dos indígenas, dos negros e por vezes até mesmo dos portugueses no desenvolvimento anterior à chegada dos demais povos, em uma articulação discursiva extremamente frágil, como já relatado, mas no sentido de estabelecer uma origem comum, mas como sustentáculo para um futuro marcado pela modernização e o progresso,

[...] onde até mesmo um tipo ideal será forjado apesar de toda a heterogeneidade da região, que através da mistura de raças dificultava tal construção. Era preciso transformar todos em paranistas, em homens de amor pelo Paraná, que lutassem pela construção dessa nova terra de ideais nobres e elevados; pela sociedade do trabalho (PEREIRA, 1998, p. 161).

Wilson Martins, em seu polêmico livro “Um Brasil Diferente” de 1989, chega a afirmar que dada a presença rarefeita dos negros e da superação demográfica das populações indígenas e portuguesas pelos europeus, o povo paranaense possuía composição diferente daqueles presentes nas demais regiões brasileiras (MORAES, 1999). Algumas passagens de sua obra são reveladoras, no sentido de apontar para a construção de uma narrativa que privilegia a presença dos migrantes europeus, em detrimento da população que ali se estabeleceu antes de tal empreendimento, daí o diferencial do Paraná em relação aos outros estados da União, o que justificaria a alcunha de um Brasil diferente:

Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste [...] (MARTINS, 1989, p. 128).

Também é interessante observar que se cria uma imagem do Paraná como um estado diverso em sua composição demográfica, apesar de paradoxalmente haver a necessidade de afirmar o caráter branco de sua população, como fica claro nas seguintes passagens:

Das raças imigradas, porque aqui, mais uma vez é o espetáculo da diversidade, da complexidade, o que o Paraná nos oferece: não tem sentido, diante da realidade, falar em predomínio de uma ou outra etnia, a não ser em pequenas regiões, nitidamente delimitadas (IBIDEM, p. 135).

e “Não é, pois, somente a alvura da pele o que impressiona o observador do homem paranaense: é todo o conjunto de traços físicos europeus, que se substituíram aos da definição clássica do

'brasileiro' [...] (IBIDEM, p. 135)''.

Ainda que o Movimento Paranista tenha perdido força desde da década de 1930, frente às ações do primeiro governo de Getúlio Vargas, que prezava por estabelecer uma identidade nacional de maneira mais ampla, valorizando-a mais que regionalismos enraizados (PEREIRA, 1998), fica claro que seus pressupostos reverberaram ao longo do século XX. O pensamento de Wilson Martins pode ser entendido como evidência disso. Destacado intelectual brasileiro, em entrevista concedida em 1997, apesar de reconhecer a necessidade de um novo estudo sobre a composição da população paranaense frente as migrações internas que se deram, sobretudo na década de 1970, ele reforçava as afirmações presentes em sua polêmica obra:

[...] no resto do Brasil, sobretudo no Norte do Brasil, a escravidão foi o fator econômico de produção – em outras palavras, toda a economia repousava na escravidão. Aqui no Paraná não houve isto, porque as indústrias clássicas do Paraná exigiam poucos trabalhadores – a pecuária, a coleta de erva-mate e de madeira. O Paraná só se constituiu realmente como Estado em 1853. Então, houve alguns escravos no litoral, em Paranaguá, por exemplo, em Curitiba, em Castro e em outros lugares do estado, mas a presença de escravos não implica a existência de escravidão como um sistema econômico de produção. Isso não houve realmente, tanto que o tipo físico do paranaense sempre foi o de pessoas loiras de pele branca. Não se trata de ser racista; trata-se de olhar a realidade e ver o que está acontecendo nas ruas [...] meu livro só vale até a data em que foi publicado, pois, depois disso, o próprio Paraná passou por modificações extremamente importantes e extensivas – toda essa história do Norte Novo e também do Oeste paranaense; o fenômeno das migrações internas, com nordestinos e nortistas vindo para o Norte do Paraná atraídos pelo café e gaúchos que vieram para o Oeste paranaense e lá se instalaram. Então, não se trata de atualizar o meu livro, porque seria deformá-lo. Ele deve ser lido hoje como uma obra histórica apropriada para aquele tempo em que foi escrito. Mas o que o Paraná está esperando é que alguém escreva agora um novo livro sobre o estado, abordando esses aspectos novos que ocorreram desde então (MARTINS, 1997).

De uma maneira geral, pudemos mostrar algumas características que permeiam o imaginário cultural e político da identidade paranaense difundida desde uma perspectiva institucional. Vale ressaltar que possam haver diferentes discursos atuando na produção e reprodução de sociabilidades alheias, e até abertamente contrárias, a esses grupos e imaginários a qual fizemos referência neste subcapítulo, fato que abordaremos no capítulo seguinte. O fato é que, propondo uma análise da paisagem de Curitiba, mais especificamente da região central, onde se deu o início da ocupação da cidade, fica evidente que o espaço urbano é estruturado majoritariamente a partir de um discurso que parte da elite política e intelectual que sustenta esses pressupostos que elencamos.

Podemos então ressaltar alguns atributos inerentes a essa identidade paranaense: a tentativa de criar um consenso a partir do território, estabelecendo para isso um discurso que despolitiza algumas questões, como a escravidão e a inserção de imigrantes europeus com vias a branquear a população, a construção de um imaginário que, ainda que se sustente em uma visão romantizada da figura do indígena, atribui ao Paraná a imagem de um estado diverso, ainda que faça referência

majoritariamente a etnias europeias.

Neste sentido também, a partir do Movimento Paranista, preza-se pela organização do espaço urbano, de modo a propiciar uma aproximação da população com tais ideais através de monumentos e grandes eventos culturais, além do culto à modernidade e ao progresso. Todas essas práticas se dão, vale ressaltar, a partir de uma elite política secularmente enraizada no estado. Essas características se tornam reveladoras quando lançada luz sobre os desdobramentos da condução da administração pública de Curitiba nos últimos quarenta anos.

2.6 A Emergência da Cidade Modelo e Seus Impactos Sociais

Curitiba vem desde a década de 1970 sendo manejada de forma que se torne exemplo de um planejamento urbano que preza pela perfeição. Dado o contexto político da época, a cidade foi planejada para ser a expressão do “milagre brasileiro”, levado a cabo pelo regime militar. Seu modelo é mundialmente premiado e copiado em diferentes níveis (MOURA, 2001), sobretudo na questão do transporte coletivo. Analisaremos aqui como o município foi pensando a partir da lógica do planejamento estratégico, um modelo que organiza o espaço urbano de modo a inseri-lo no cenário competitivo global orientado pelo *city marketing* (VAINER, 2013), dados importantes para compreendermos a constante reprodução de seu discurso identitário na contemporaneidade.

Sua metropolização ocorreu intensamente durante a década de 1970, período em que se deu um grande êxodo rural-urbano, bem como a industrialização da cidade, apoiada em modelos de economia de aglomeração. Até o início de 2000 era uma das regiões metropolitanas com as maiores taxas de crescimento populacional do país. A partir daí o valor da terra e da moradia nas regiões centrais contribuíram com a expulsão dos mais pobres para as periferias e para os municípios vizinhos, que devido a uma legislação mais frouxa com relação a ocupação das áreas de mananciais possibilitaram uma ocupação muito mais fácil (MOURA, 2001).

Outro fator que impulsionou a criação de municípios dormitório na região metropolitana foi a conformação do transporte coletivo, que fazia a ligação do polo industrial com os extremos da cidade. Além disso, a dinâmica do desenvolvimento urbano reforçada pela necessidade de reprodução do mercado imobiliário também acaba atuando na readequação dos espaços outrora desvalorizados, empurrando os pobres cada vez mais para as cidades vizinhas e instituindo uma ocupação seletiva do território curitibano (IBIDEM).

O discurso que fundamentou esse planejamento era profundamente calcado em estratégias de marketing, através de intervenções urbanas que favoreciam principalmente o mercado

imobiliário. Estruturado em torno da atuação de “técnicos competentes” que, supostamente, sabem exatamente o que a cidade precisa, essa forma de planejamento acaba por afastar a participação popular do plano decisório, ocupado unicamente pela elite política e empresarial. Esse modelo consolida a acomodação dos interesses dominantes (IBIDEM), levados a cabo por aquela elite política a muito consolidada no estado. Fato este que reforça a análise de Florestan Fernandes sobre o caráter da elite nacional.

O plano simbólico desse discurso também merece considerações, uma vez que é na imagem que o discurso mercadológico do planejamento estratégico se apoia, além das implicações resultantes da influência da identidade curitibana de caráter exclusivo na composição dessa simbologia, pois como afirma Moura (IBIDEM, p. 214): “*A construção dos modelos advém de um poder simbólico posicionado e sob interesses, cuja abordagem seletiva da realidade impede que se ativem as forças diversas da sociedade*”, estando a paisagem da cidade assim articulada com o imaginário social. Essa dinâmica fica clara quando nos damos conta da quantidade de pontos turísticos com temática étnica, como parques e bosques, que fazem referência apenas aos imigrantes europeus, uma espécie de pasteurização cultural que, apoiada num imaginário já proposto anteriormente, apenas contribui para o estabelecimento de uma “ordem branca da cultura” (SÁNCHEZ, 2001).

Esse processo se dá a partir da progressiva importância que o espaço urbano ganha frente a câmbios operados no centro do capitalismo a partir da década de 1970 e já destacados anteriormente. Progressivamente as metrópoles são inseridas numa grande rede urbana global (VELTZ, 2009), onde disputam investimentos privados, bem como a atração de turistas. O mercado do turismo se apoia num espaço urbano que cada vez mais se organiza como uma espécie de simulacro, onde os cidadãos são tidos como atores/espectadores de uma cidade de caráter hedonista e muitas vezes fundamentadas na construção de uma paisagem temática (AMENDOLA, 2000). Ao passo que a competitividade que marca o contexto contribui para que esse mercado sirva também como pressuposto para a reprodução dessa lógica.

Para a legitimação dessa dinâmica é necessário que se crie um consenso. Frente a essa necessidade, apela-se para o sentimento de pertencimento da população, articulado a partir de uma identidade comum que não apenas relegue o âmbito decisório à administração “pública”, mas que gere um engajamento dos cidadãos em torno desse projeto, em nome do bem maior. Essa dimensão é responsável por, nos marcos do planejamento estratégico, criar a cidade pátria (VAINER, 2000).

Ademais, de acordo com os pressupostos da democracia racial a qual o imaginário nacional está imerso, podemos facilmente afirmar que esse patriotismo urbano a ele se alia, contribuindo assim para a manutenção da ordem vigente. Marcas desse silenciamento podem ser observados na

apropriação do espaço público, regulado cada vez mais para o consumo e levado a cabo pela exclusão de elementos socialmente indesejáveis das paisagens emblemáticas da cidade (DE OLIVEIRA, 2014).

É a partir dessas questões então que construção da identidade curitibana, diretamente vinculada com o planejamento urbano estratégico, acaba por alimentar um sentimento de pertencimento cívico da população, esvaziando o debate público quanto aos rumos da cidade, colocando seus habitantes apenas como figurantes na manutenção desse cenário, construído pelas elites empresariais a partir de um ideário homogenizador, supostamente racional e neutro, despolitizando o plano das relações sociais e contribuindo para a não resolução dos conflitos aí estabelecidos (MOURA, 2001; SÁNCHEZ, 2001; VAINER, 2013).

TERCEIRO CAPÍTULO

Percorrendo a Linha Preta

CAPÍTULO 3 – PERCORRENDO A LINHA PRETA

A questão das relações étnico-raciais em Curitiba podem ser abordadas a partir de diferentes aspectos. Contudo, partindo das questões postas no capítulo anterior, aqui iremos nos ater ao centro da cidade, mais especificamente no que diz respeito ao imaginário de diferentes identidades que reverberam na paisagem urbana. Entendemos que, no contexto urbano contemporâneo, a identidade é uma construção advinda das experiências, pelo contexto histórico, pela memória, pelas relações estabelecidas entre as instituições e aparatos de poder com os anseios e fantasias pessoais (CASTELLS, 2010).

Estabelecemos então uma diferenciação entre dois tipos diferentes de identidades que irão marcar a presença de atributos ligados à influência de culturas não-europeias na paisagem de Curitiba a partir do quadro proposto por Castells (2010): as *identidades de resistência*, criadas por indivíduos excluídos como forma de defesa contra as instituições e ideologias dominantes e as *identidades legitimadoras*, forjadas pelas instituições com vistas a estabelecer uma sociedade civil pré-determinada, tendo como fim a dominação.

É a partir dessa conceitualização que realizamos um trabalho de campo através da Linha Preta, trajeto turístico alternativo proposto desde o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), da Universidade Federal do Paraná e que visa trazer à tona evidências da presença dos negros na história da cidade inscritos na paisagem. Tal projeto pode ser caracterizado como base para uma identidade de resistência, uma vez que visa fomentar o debate sobre o apagamento de determinados grupos sociais no discurso identitário que orienta o desenvolvimento de uma cidade marcada pela inserção no mercado do turismo.

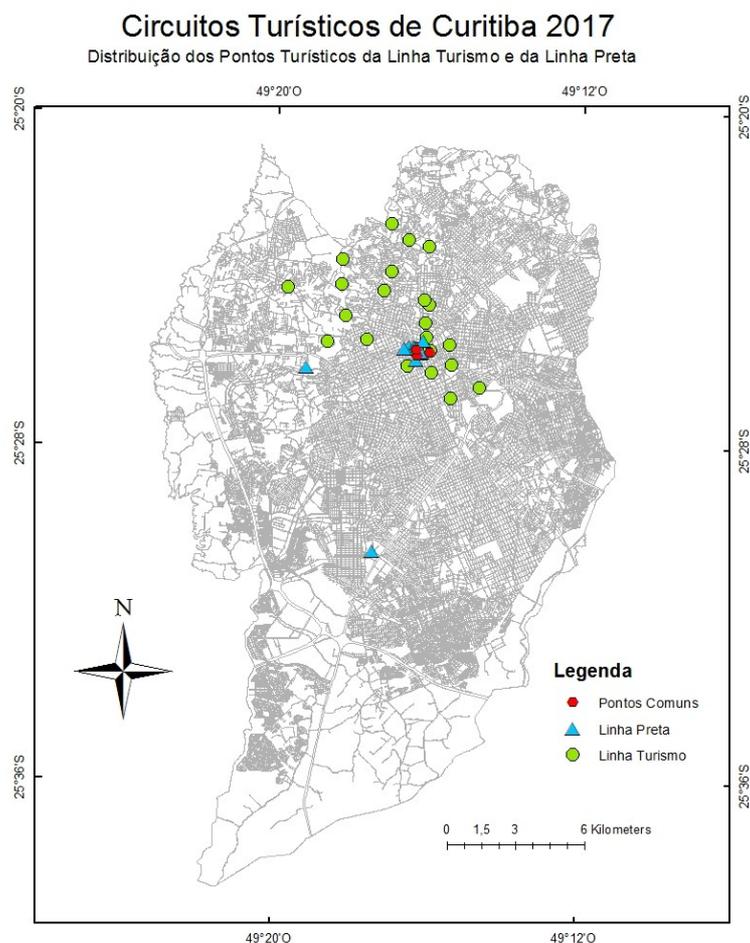
Estabelecemos então como contraponto à essa iniciativa o circuito turístico convencional, como base para a consolidação de uma identidade legitimadora, organizada a partir das instituições públicas, extremamente comprometidas com a criação de um imaginário comum para a população no caso de Curitiba. Esse roteiro terá aqui como base a Linha Turismo, uma linha de ônibus oferecida pela Prefeitura de Curitiba e que passa pelos principais pontos turísticos da cidade. As divergências existentes entre estes dois roteiros são facilmente constatadas no mapa que produzimos (Mapa 1).

Empreendemos então, entre os dias 18 e 22 de maio de 2017, um trabalho de campo para visitar o circuito proposto pelo NEAB, de modo a buscar evidências de que de fato há um apagamento seletivo da presença dos negros na paisagem da cidade. No primeiro dia (18) apenas realizamos a viagem de ida, de duração aproximada de 12 horas. Dias 19 e 20 percorremos a Linha Preta, em seu trajeto circunscrito ao centro da cidade. No dia 21 visitamos o Memorial Africano,

que por conta de seu distanciamento do centro demandou mais tempo. No dia 22 nos empenhamos em uma árdua pesquisa no acervo da Biblioteca Pública do Paraná e, por fim, no dia seguinte regressamos à Foz do Iguaçu.

Dada a dimensão da pesquisa frente a quantidade de dias, e recursos, empregados no trabalho de campo, nosso contato com os monumentos e locais não pôde ser mais aprofundado, de modo que nossa visita se resumiu a uma rápida observação e a coleta da maior quantidade possível de informações. Houve algumas visitas que não estavam planejadas e que escapam à proposta da Linha Preta, mas que possuíam extrema relevância para o desenvolvimento deste trabalho. A seguir teceremos algumas considerações sobre tais locais, a partir da proposta do NEAB, congregando informações colhidas na pesquisa bibliográfica, bem como de nossas impressões em campo.

Mapa 1 – Mapa de Curitiba com comparação entre os pontos turísticos da Linha Preta e da Linha Turismo



Fonte: SILVA (2017)

3.1 Ruínas de São Francisco

As ruínas se encontram no centro histórico de Curitiba, pouco acima do Largo da Ordem. Dizem respeito a uma construção inacabada (Fotografia 1), empreendida por portugueses devotos de São Francisco de Paula no início do século XIX. Nesta obra foi utilizada mão de obra escrava, uma vez que diversos cativos eram preparados em oficinas especializadas para posteriormente prestarem esse tipo de serviço (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2016). A discussão desenvolvida no capítulo anterior atesta essa possibilidade, uma vez que muitas vezes, dada a escassez de trabalhadores brancos na construção civil, muitos negros assumiram o posto de mestre de obras, sobretudo no âmbito dos serviços públicos.

De uma maneira geral não encontramos nenhum tipo de informação mais detalhada sobre as ruínas no local. A Praça João Cândido, que foi estabelecida no entorno das ruínas parece estar aquém do circuito turístico e da imagem de cidade planejada e bem desenvolvida que Curitiba tenta associar a si. O espaço da praça está bem degradado, com coretos e bancos quebrados, muito lixo e servindo de abrigo para a população de rua.

Fotografia 1 – Vista Frontal das Ruínas de São Francisco.



Fonte: SILVA (2017)

3.2 Museu Paranaense

O Museu Paranaense não consta na lista da Linha Preta, porém, dada a sua proximidade das Ruínas de São Francisco, julgamos ser de extrema importância uma visita a seu acervo. O museu foi estabelecido em 1876 por iniciativa privada e denominado Museo de Curitiba. Em 1882 sua administração foi assumida pelo governo provincial e desde então tem sido utilizado para contar a história da ocupação do território paranaense. É interessante observar que Romário Martins, um dos fundadores e grande defensor do Movimento Paranista, foi diretor do museu entre 1902 e 1928.

Em um primeiro momento, o que mais impressiona é a vastidão do acervo do museu. Diversos artefatos que remontam a história do estado, desde a Pré-História, até os dias atuais. Contudo, observamos também que o museu parece galar os caminhos daquela história pautada nos princípios positivistas que procuram criar uma narrativa calcada na noção de progresso (DA COSTA GOMES, 2003), de modo que os desdobramentos históricos do Paraná são postos de maneira a evidenciar uma constante evolução de caráter positivo.

De uma maneira geral, a narrativa posta pela organização dos ambientes do museu tendem a não escapar daquele imaginário que já tratamos nos dois capítulos anteriores: o processo civilizatório ocidental avança rumo ao progresso levado a cabo pelo homem branco, ao indígena fica restrito o papel de inocente habitante do novo mundo, a qual é dada a oportunidade de se inserir nessa dinâmica, enquanto que o negro é praticamente invisibilizado.

Contamos ao todo cinco referências à escravidão e à presença dos negros na história do Paraná: uma medalha comemorativa dos 100 anos da abolição da escravatura (Fotografia 2); um grande painel onde se observa uma linha do tempo da história do estado e onde consta o início da presença africana a partir de meados do século XVIII (Fotografia 3); alguns artefatos utilizados para prender os escravizados (Fotografia 4); uma pintura que retrata o confronto com o navio inglês Cormorant na Baía de Paranaguá; e uma outra pintura, de Jean-Julien Deltil sobre uma obra de Rugendas, e que mostra uma cena composta por diferentes paisagens típicas do Brasil daquele período, onde podemos observar diversos negros, trabalhando em atividades que competiam aos então escravizados.

Com exceção da linha do tempo, nenhum dos demais objetos evocam uma participação profunda dos negros na história paranaense, diferente dos indígenas que, ainda que extremamente romantizado, possuem uma grande seção, onde observa-se uma grande quantidade de informações sobre os grupos que ali habitavam. Até mesmo os imigrantes europeus possuem um setor dedicado às suas histórias, muito relacionadas como o próprio processo de industrialização do Paraná. Neste sentido ainda, o museu possui até mesmo uma expressiva quantidade de medalhas militares

pertencentes aos exércitos alemães e italianos da Segunda Guerra Mundial.

Fotografia 2 – Moeda Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. Acervo do Museu Paranaense.



Fonte: SILVA (2017)

Fotografia 3 – Painel com linha do tempo da história do Paraná. Acervo do Museu Paranaense.



Fonte: SILVA (2017)

Fotografia 4 – Instrumentos utilizados no confinamento e castigo dos cativos. Acervo do Museu Paranaense.



Fonte: SILVA (2017)

3.3 Igreja do Rosário

A Igreja do Rosário está situada entre as Ruínas de São Francisco e o Largo da Ordem. Foi patrocinada, projetada e construída por irmandades negras de Curitiba em 1737, frente o impedimento dos negros no acesso à igreja matriz. As irmandades negras eram organizações que, apesar de gestadas em meio aos cativos, possuíam grande dos senhores, uma vez que prezavam pela inserção social dos escravos através da religião, ou seja, do processo de evangelização. Contudo, podemos entendê-las como forma de resistência, uma vez que a absorção nunca era completa, contribuindo assim com a complexificação da hibridização cultural que é marca patente da cultura brasileira (MARTINEZ et al., 2017).

Pode ter sido o segundo templo religioso construído na cidade, servindo entre 1875 e 1893 como matriz, enquanto a catedral atual era construída. Conta apenas com uma placa que data das comemorações do terceiro centenário da cidade e indica sua história de maneira bem breve, sem

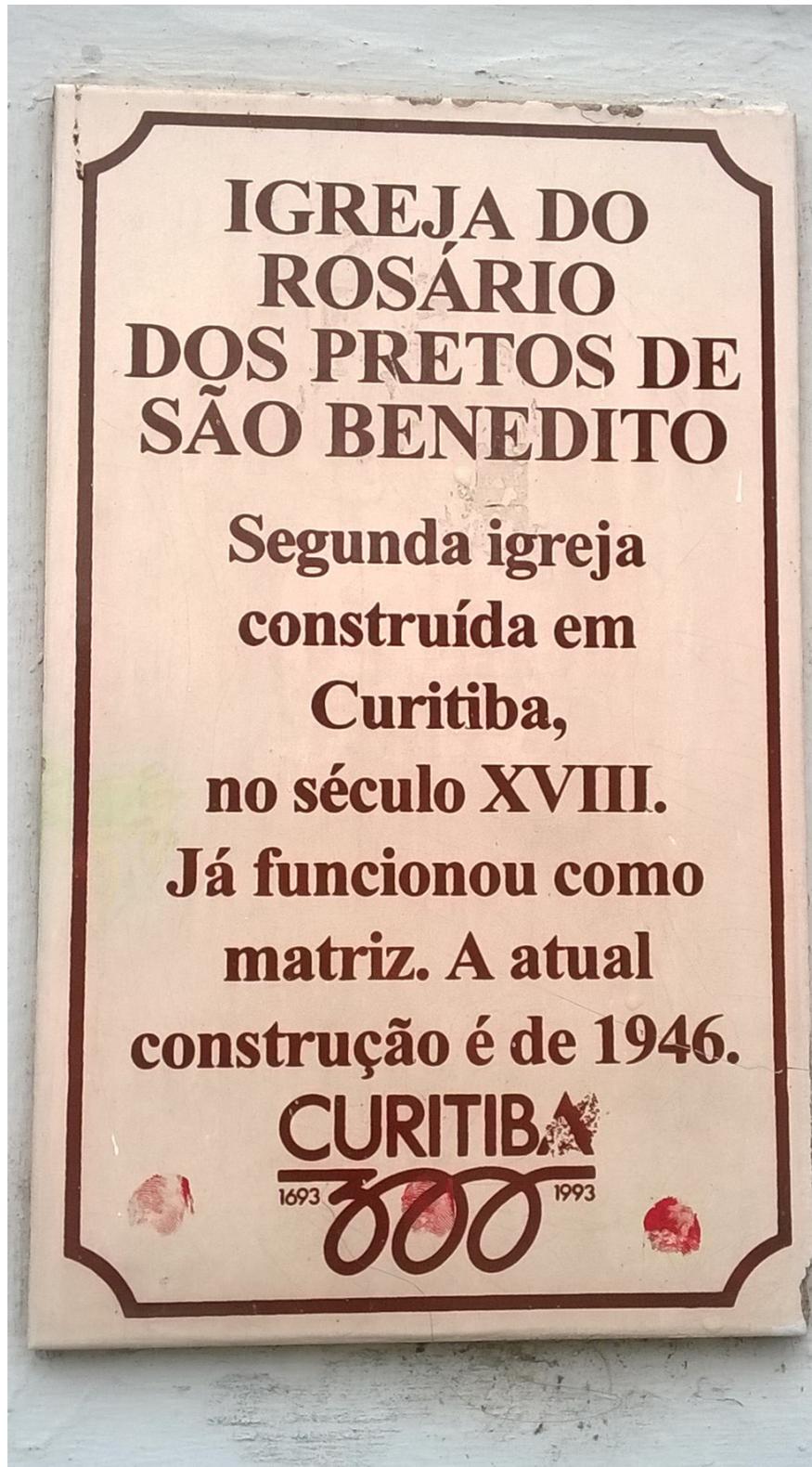
evidenciar os processos sociais que levaram a sua construção.

Fotografia 5 – Vista frontal da Igreja do Rosário.



Fonte: SILVA (2017)

Fotografia 6 – Detalhe da fachada da Igreja do Rosário.



Fonte: SILVA (2017)

3.4 Largo da Ordem e o Bebedouro

O Largo da Ordem figura como um dos últimos redutos da arquitetura colonial portuguesa em Curitiba. Composto pelo conjunto da Igreja da Ordem, da Casa Romário Martins Serve, do Bebedouro e de outras edificações em estilo colonial, o largo serve também como evidência do encontro das técnicas trazidas pelos africanos, que usavam o adobe e a taipa de mão, que associadas às pedras possibilitaram a construção de grandes edifícios, como as igrejas por exemplo (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2016). O Largo é um importante reduto cultural da cidade, onde percebemos a presença de muitos artistas de rua, bem como de muitos bares que oferecem apresentações musicais. A própria Casa Romário Martins serve de espaço para mostra culturais, mas estava fechada no dia de nossa visita ao local.

Fotografia 7 – Vista geral do Largo da Ordem.



Fonte: SILVA (2017)

No que diz respeito ao bebedouro que está no meio do largo, encontramos divergências em nossa pesquisa. No texto propositivo da Linha Preta consta que a construção do bebedouro data do século XVIII e que ele era utilizado pelos tropeiros em sua passagem pela cidade. Contudo, Valério Hoerner Júnior (1943) afirma que o bebedouro foi instalado ali apenas em 1932, uma vez que no Largo da Ordem se situava o cruzamento das linhas de bonde de tração animal. Ele teria sido

transferido a partir do Largo Aníbal Guimarães Carneiro, onde as carroças foram substituídas por veículos automotores. Segundo o autor, essa mudança foi motivada primeiramente pela incompatibilidade que o bebedouro teria com uma paisagem que passava por um processo expressivo de modernização.

Fotografia 8 – Placa na fachada da Casa Romário Martins, no Largo da Ordem.



Fonte: SILVA (2017)

Fotografia 9 – Vista frontal da Igreja da Ordem.



Fonte: SILVA (2017)

3.5 Memorial de Curitiba

Inaugurado em 1996, o Memorial de Curitiba é um centro cultural que fica nas proximidades do Largo da Ordem. Em seu interior possui um painel do artista Sérgio Ferro, que

mostra elementos constitutivos da cultura brasileira. Apesar de constar no roteiro da Linha Preta, no texto constam inúmeras críticas à obra, acusada de retratar os negros de forma negativamente estereotipada. De fato a pintura não evoca uma interpretação aprofundada da construção da sociedade brasileira. De maneira geral parece retratar o conquistador europeu como fator do progresso, enquanto o indígena figura como alheio a todo o processo de colonização, que acaba por culminar no desenvolvimento de um povo miscigenado, esbelto e feliz.

Fotografia 10 – Parte do painel do artista Sérgio Ferro. É flagrante a sensualização do corpo negro.



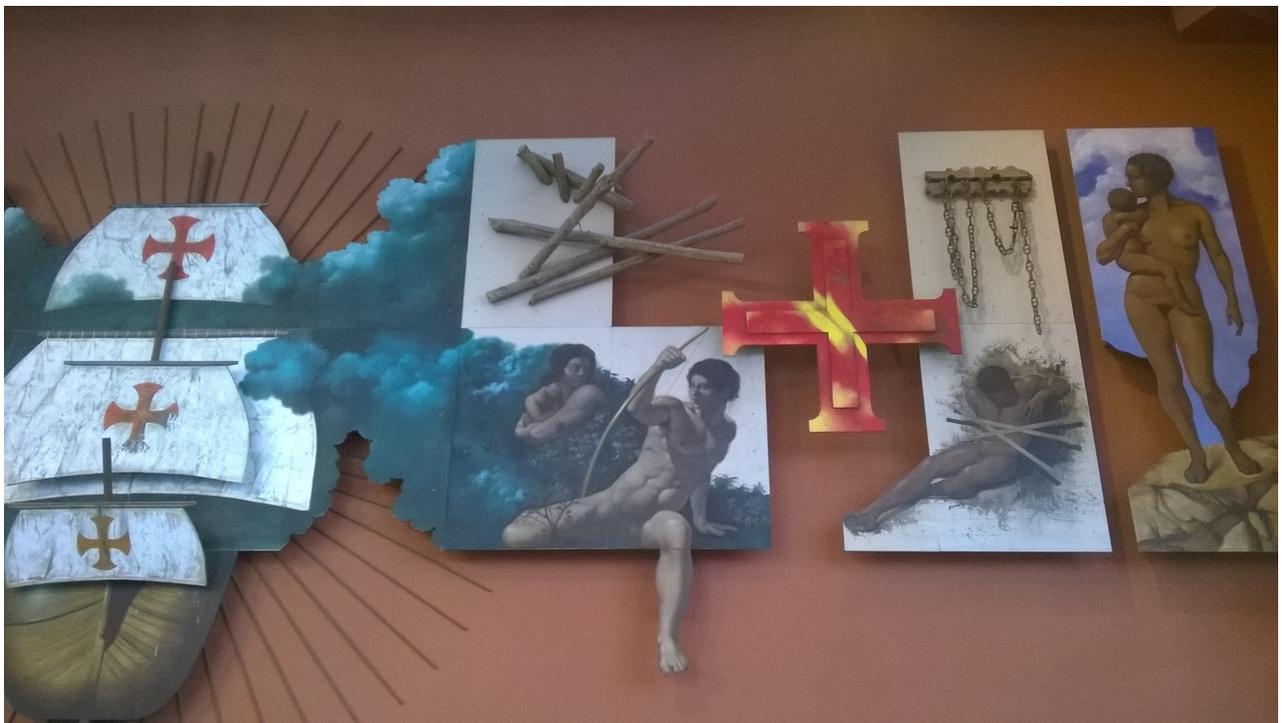
Fonte: SILVA (2017)

Fotografia 11 – Parte do painel de Sérgio Ferro. Negros e indígenas são retratados em cenas de indolência.



Fonte: SILVA (2017)

Fotografia 12 – Parte do painel de Sérgio Ferro.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 13 – Marco da inauguração do Memorial da Cidade.



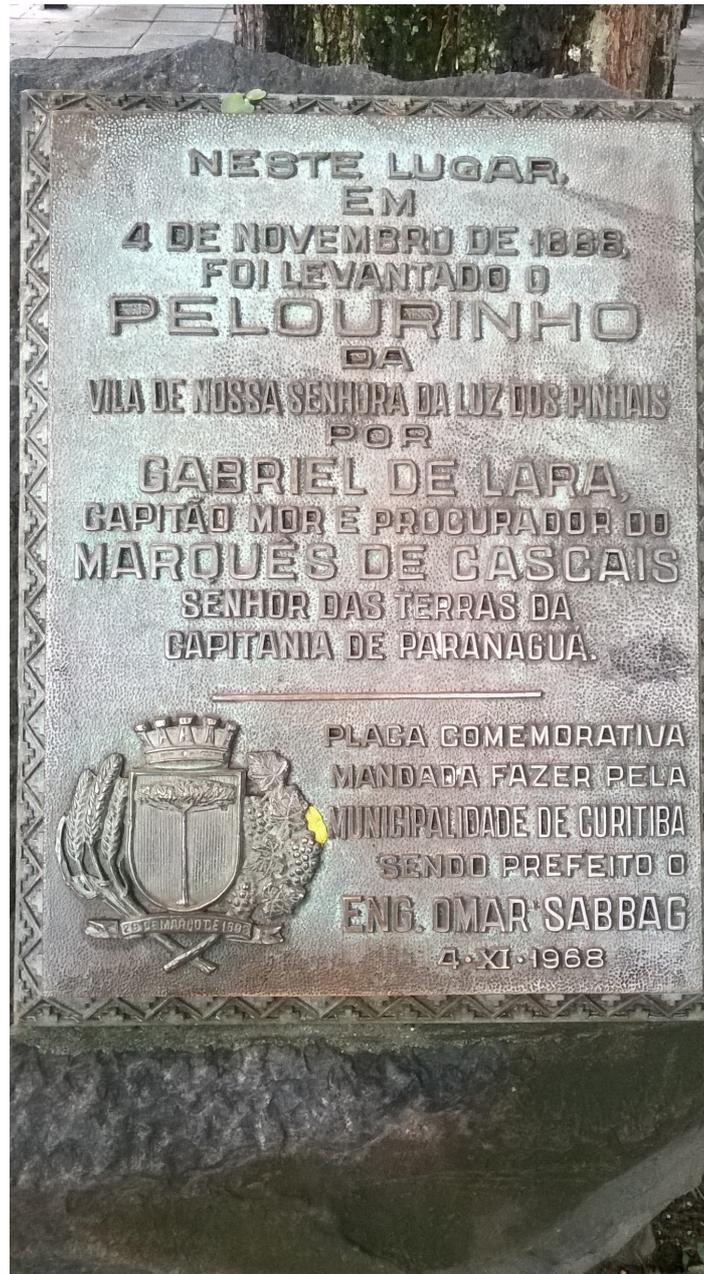
Fonte: SILVA (2017).

3.6 Arcadas do Pelourinho

Como já relatado, a fundação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais se deu a partir do estabelecimento do Pelourinho, marco da jurisdição da Coroa Portuguesa, onde hoje é a Praça José Borges de Macedo. Ali eram castigados escravos e, apesar de evocar um período marcado pelas violências sofridas pelos cativos, evidencia também as constantes resistências ali cobradas. Mesmo frente as grandes injustiças que o pelourinho evoca, pensamos que é problemático apagar parte de nossa história, de modo a buscar superar esse momento, que podemos afirmar estar diretamente ligado a uma série de contradições ainda presentes na sociedade brasileira.

No local hoje encontra-se apenas uma estrutura em arcos que serve de abrigo para alguns comércios de flores, conhecida como as Arcadas do Pelourinho. A única referência às atividades que ali eram empreendidas se dá por meio de uma pequena placa que indica onde foi erigido o pelourinho, porém sem maiores considerações. Ironicamente ao lado da praça em questão está o edifício denominado Paço da Liberdade, que já serviu inclusive de sede da prefeitura e hoje abriga um centro cultural administrado pelo SESC.

Fotografia 14 – Detalhe da placa instalada no local onde ficava o pelourinho. Não há referências sobre seus usos.



Fonte: SILVA (2017).

3.7 Água pro Morro

Situada na Praça Generoso Marques, a escultura Água pro Morro do artista local Erbo Stenzel, representa uma mulher negra que seria Anita, sua namorada. A obra foi apresentada como trabalho final do curso de escultura da Academia Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, no ano de 1944. Em 1995, após ser fundida em bronze, foi colocada pela prefeitura na praça. No local não

há maiores informações sobre a história do monumento.

Fotografia 15 – Escultura Água pro Morro de Erbo Stenzel.



Fonte: SILVA (2017).

3.8 Chafariz da Praça Zacarias

O nome da praça faz referência ao primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias Góes e Vasconcelos, nomeado em 1853. Ele foi o responsável pelo primeiro sistema de água encanada de Curitiba, projetado em 1871 por André Rebouças. Filho de representantes da classe média baiana do início do século XIX, Rebouças foi um proeminente engenheiro negro, que participou ativamente em diversas iniciativas que visavam a modernização do Brasil no período. Atuante no planejamento de diversas obras públicas, também se engajou na luta abolicionista (MIRANDA, 2013). O chafariz da praça é uma homenagem ao sistema hídrico planejado por Rebouças. Contudo, não há nenhuma indicação sobre a obra. Segundo consta no texto que propõe a Linha Preta, a praça também já foi um local histórico para manifestações culturais de matriz africana na cidade.

Fotografia 16 – Chafariz da Praça Zacarias. Homenagem ao sistema hidráulico projetado por André Rebouças.



Fonte: SILVA (2017).

3.9 Praça Tiradentes

A Praça Tiradentes é um importante reduto da cultura negra em Curitiba. Ali são conduzidas

diversas manifestações de religiões de matriz africana, bem como encontros ligados a movimentos sociais. Na praça existe um conjunto de Gameleiras, árvores que fazem parte do imaginário religioso iorubá como sendo morada de um importante orixá. Na palestra do Museu Paranaense inclusive foi anunciada uma pequena feira de artigos africanos que ocorreria na Praça Tiradentes, com vias a levantar fundos para a viagem de um conhecido integrante do movimento negro local. Também foi relatado que as atividades religiosas que ali são empreendidas não ocorrem de maneira isenta de estranhamentos com parte da comunidade local.

Fotografia 17 – Vista geral da Praça Tiradentes. Observa-se ao centro uma das Gameleiras.



Fonte: SILVA (2017).

3.10 Praça Santos Andrade

Ponto emblemático da cidade, a Praça Santos Andrade abriga dois importantes edifícios ligados à história de Curitiba, o Campus Prédio Histórico da UFPR e o Teatro Guaíra, além de uma homenagem à colônia afro-brasileira local. Tal monumento consiste em uma placa estabelecida no centenário da abolição, por iniciativa da câmara municipal, onde consta o nome de 68 negros que representam “os vários segmentos da etnia negra”, sem mais referências. Em relação as demais homenagens, como o Bosque Alemão, o Memorial Ucrâniano, a Praça do Japão, o Portal Italiano,

bem como uma miríade de referências étnicas postas na paisagem da cidade, esta placa figura como uma referência extremamente inexpressiva.

Fotografia 18 – Placa em homenagem à Colônia Afro-Brasileira instalada na Praça Santos Andrade.



Fonte: SILVA (2017).

3.11 Praça 19 de Dezembro

Nesta praça encontramos um conjunto composto por um painel, um espelho d'água, um obelisco e a escultura de um homem nu de 18 metros de altura, obra assinada pelo artista Erbo Stenzel, vencedor do concurso de projetos para a construção do monumento a ser inaugurado no centenário da emancipação política paranaense. A ideia original, a partir de sugestões do então governador Bento Munhoz da Rocha Netto, consistiria em um grupo de figuras representando as demais unidades da Federação, com o Paraná dando um passo à frente (CAMARGO, 2007).

Filho de imigrantes austríacos e alemães, Stenzel foi um artista curitibano nascido em 1911. Sua obra possui influências do “[...] *realismo ligadas às polaridades ideológicas e com ares art-déco [...]*” além de “[...] *ligações com o realismo socialista, cuja adaptação brasileira mantém relações com o muralismo mexicano e, por outro lado, as formulações realistas derivadas do nacional-socialismo e do fascismo italiano (IBIDEM, p.191)*”, atributos que convergem com as aspirações do Movimento Paranista já evidenciadas no capítulo anterior.

A inauguração do monumento ocorreu em 1953 e contou com a presença do governador, Bento Netto, e também do presidente, Getúlio Vargas. Apenas o obelisco estava pronto nesta data, os demais componentes da praça foram entregues em 1955. A obra, mais especificamente a estátua do homem nu, rendeu diversas polêmicas com a elite local, sobretudo por conta dos traços africanos da face do monumento. Foram inúmeras as manifestações públicas de contrariedade em relação à obra, como é o caso de David Carneiro, destacado expoente da intelectualidade curitibana, em entrevista para Jofre Gineste do jornal Estado do Paraná, publicada em 10 de julho de 1955:

[...] aquilo não representa coisa nenhuma. Não tem expressão. Não significa coisa alguma, e muito menos o adolescente, ou o homem deste Paraná dolicocefalo, loiro e belo. Um simples bloco de granito nos representaria melhor (apud. CAMARGO, 2007, p. 193)

O componente racial das críticas que se deram é flagrante, sobretudo frente ao esforço que as elites locais vinham empreendendo para o apagamento das memórias que remetessem aos negros, associados à escravidão e ao atraso (IBIDEM).

Frente a importância do monumento no imaginário paranaense, ao evocar à emancipação política do estado, acreditamos que sua atual condição não condiz com outros pontos turísticos da cidade. Talvez por conta dessa polêmica que envolve questões de representatividade das elites locais, que não se reconheceram na obra, a praça pode ter sido relegada no processo de seleção dos principais locais de visitação no estabelecimento do circuito turístico local, uma vez que a Linha

Turismo não passa por ali, além de não haver nenhuma referência em sua página no site da prefeitura. O estado de conservação da praça também parece não acompanhar o de outros pontos visitados, como é o caso da Praça Tiradentes, por exemplo.

Fotografia 19 – Escultura conhecido como O Homem Nu, de autoria de Erbo Stenzel. Ao fundo painel que compõe o conjunto de obras da Praça 19 de Dezembro.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 20 – Base do obelisco da Praça 19 de Dezembro. Homenagem ao centenário da emancipação política do Paraná.



Fonte: SILVA (2017).

3.12 Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio

Em julho de 1888 foi fundado o Clube Beneficente Treze de Maio, a partir da iniciativa de alguns membros da comunidade negra local, com a intenção de arrecadar fundos para ajudar os mais necessitados. A instituição que hoje se denomina Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio foi refundada em 1995 e figura como um importante espaço para a realização de atividades ligadas ao movimento negro curitibano. Infelizmente nossa visita ao local se deu no fim da tarde do dia 20 de maio, sábado, no horário em que já se dava o encerramento do expediente, por isso não conseguimos adentrar o espaço e conhecer melhor suas atividades. Contudo, em rápida pesquisa na internet podemos observar uma série de eventos que ali se deram e que fazem referência à consciência negra (Imagem 1).

Fotografia 21 – Entrada da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.



Fonte: SILVA (2017).

Figura 1 – Flyer virtual de divulgação do evento de aniversário da Sociedade Operária 13 de Maio. Nota-se os traços negros do casal retratado nas fotos.



Fonte: Shows e Bailes. Disponível em: <<http://showsebailes.com/baile-de-128-anos-da-sociedade-13-de-maio-de-curitiba/>>. Acesso em 05 de dezembro de 2017.

3.13 Viaduto Cultural Capanema

Até a década de 1950, antes da construção do viaduto, o local abrigava os ensaios da Escola de Samba Colorado, a primeira de Curitiba. A presença expressiva de negros na comunidade dos ferroviários também atesta a importância do local para a preservação da memória da cidade. Há um projeto de ali estabelecer um Centro de Referência da Cultura Negra em Curitiba, que segundo a página da Linha Preta no site da Fundação Cultural de Curitiba, estaria para ser entregue em 2018. Até o momento de nossa visita não havia nenhum sinal de obras no local, que inclusive estava extremamente degradado, servindo de abrigo a moradores de rua e com pouco movimento de pedestres, apesar da proximidade com o Mercado Municipal e o Terminal Rodoviário.

3.14 Museu Ferroviário

Estabelecido onde era o Terminal Ferroviário de Curitiba, o museu não consta na lista de pontos turísticos da Linha Preta. Contudo, dada a sua proximidade com o roteiro do trabalho de campo, julgamos pertinente visitá-lo. Anexo ao Shopping Tal, o museu possui um pequeno acervo que remonta a história da rede ferroviária do estado. Havia um grande painel que destacava figuras ilustres que contribuíram para a introdução das linhas férreas no Brasil, onde constava André Rebouças, porém sem maiores informações sobre seu papel nesse processo.

Fotografia 22 – Vista do Viaduto Capanema. Em primeiro plano nota-se trilhos da antiga linha férrea.



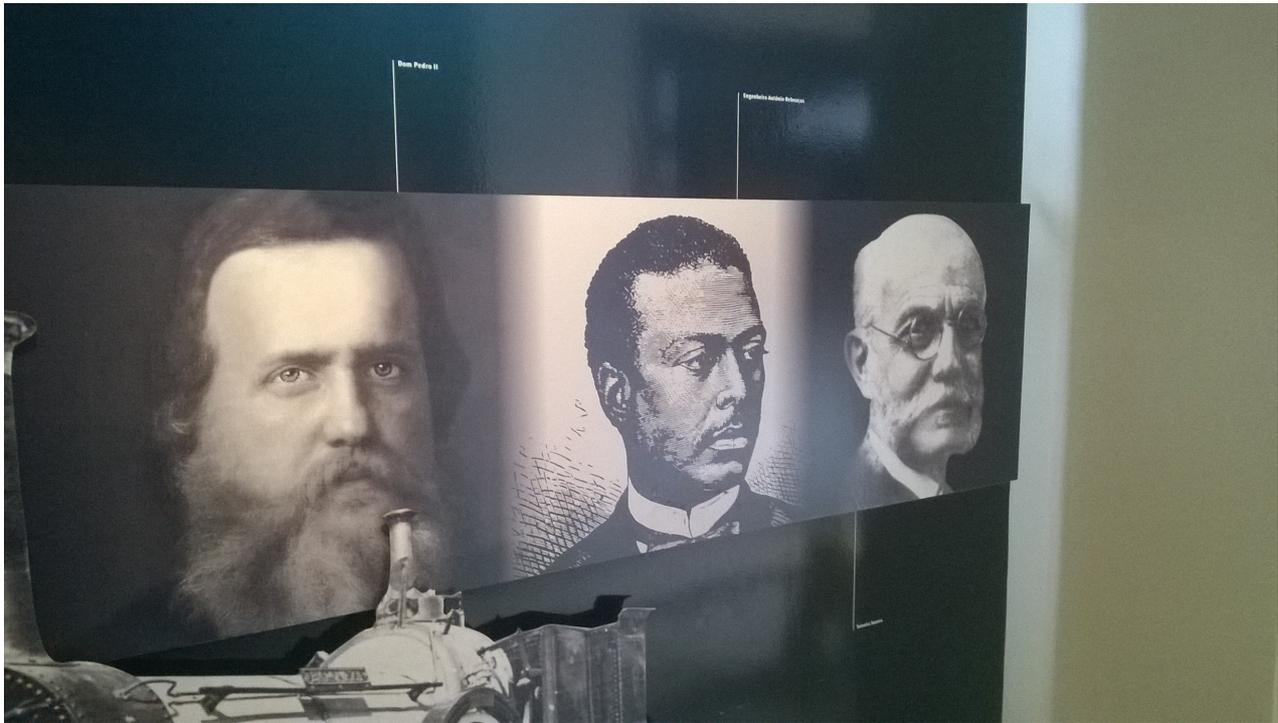
Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 23 – Espaço onde provavelmente será construído o Centro de Referência da Cultura Negra em Curitiba.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 24 – Painel com referência à André Rebouças, como um dos viabilizadores da linha férrea de Curitiba.



Fonte: SILVA (2017).

3.15 Memorial Africano

Inaugurado em maio de 2010, o memorial consiste em um grande portal que serve de entrada para a Praça Zumbi dos Palmares, no bairro do Pinheirinho. Possui a forma de um arco de 100 metros de comprimento, contornado por 54 totens que fazem referência às nações africanas (Fotografia 25). Dispostos em ordem alfabética, cada totem possui um mapa com a localização do país representado, além de contar com um espaço para o registro, através de placas, das visitas de autoridades políticas de cada nação. Há ainda um grande mapa do continente africano em pedra portuguesa na entrada do portal, onde também pode-se observar duas colunas, que representam a educação e a cultura (Fotografia 24). O memorial é resultado de uma parceria entre o Consulado do Senegal para o Paraná e Santa Catarina, a Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR), o SESC, o SENAC e o Grupo Moura Santos, um pequeno conglomerado de empresas que atuam em diferentes setores, como o turismo, importação e exportação e consultorias de planejamento técnico-econômico.

Durante a palestra do cônsul Ozeil dos Santos, que inclusive é presidente do Grupo Moura

Santos, no Museu Paranaense, vários pontos desse projeto foram elucidados. Ao final nos foi oferecido um folder que conta a história do monumento, buscando evidenciar as intencionalidades postas em sua idealização. O que mais chama a atenção é o caráter estratégico que balizou o projeto. Em diversos momentos na fala do Cônsul, bem como no texto do folder, reproduzido nos anexos deste trabalho, é enfatizada a necessidade de estreitar os laços entre o Brasil, mais especificamente a partir de Curitiba, com a África, mas de maneira direcionada a atrair investimentos, bem como transferência de tecnologia. A questão racial inerente às relações socioespaciais brasileiras são tangenciadas de maneira extremamente cuidadosa, como destacado na seção intitulada “*RESGATE HISTÓRICO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA*”:

Oportunidades sociais, ambições geram resistências. As dificuldades e as barreiras devem ser usadas como combustível para superar as forças de resistências da sociedade.

Já avançamos muito e temos um longo caminho pela busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Não nascemos classificando as pessoas pela cor da pele, origem ou religião.

O compromisso do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná e do Consulado Geral do Senegal para os estados do Paraná e Santa Catarina, representados pelo presidente Darci Piana e pelo cônsul Ozeil Moura dos Santos, respectivamente, tem proporcionado uma transformação sem precedentes e em várias esferas: comercial, tecnológica, científica e cultural (CONSULADO GERAL DA REPÚBLICA DO SENEGAL PARA OS EE. PR E SC, s.d.).

Apesar de reafirmar esse compromisso com a integração cultural, o estabelecimento do Memorial parece atender unicamente aos interesses de uma determinada elite político-econômica, que partindo das premissas do planejamento estratégico e do city marketing, tem utilizado o espaço urbano como ferramenta para a reprodução do capital. Para além de um grande marco que visa o fomento das relações entre Brasil e África no plano econômico, não há atividades expressivas desenvolvidas no local, de modo que o portal conserva apenas o status de intervenção cosmética na paisagem urbana.

A Praça Zumbi dos Palmares conta ainda com um complexo esportivo e um painel que remete à trajetória da população negra na história do Brasil. Dadas as condições meteorológicas do dia em que a visitamos, não pudemos constatar se há de fato uma movimentação constante da população dos entornos no local. O estado de conservação da praça é bom, apesar dela não fazer parte do circuito turístico da cidade de uma maneira geral. Em sua palestra o cônsul relatou que a algum tempo vem demandando a inserção do memorial no roteiro da Linha Turismo, porém sem sucesso. Acreditamos que a localização distante do centro não possibilita de fato uma apropriação dos espaços da praça pelo movimento negro, como se dá na Praça Tiradentes por exemplo.

Fotografia 25 – Portal Africano na entrada da Praça Zumbi dos Palmares. No chão há um grande mapa do continente africano feito em pedra portuguesa.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 26 – Arco de totens que representam os países africanos.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 27 – Detalhe dos totens. Cada um possui o nome, a bandeira e um mapa do país correspondente.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 28 – Parte do complexo poliesportivo da Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 29 – Parte do complexo poliesportivo da Praça Zumbi dos Palmares.



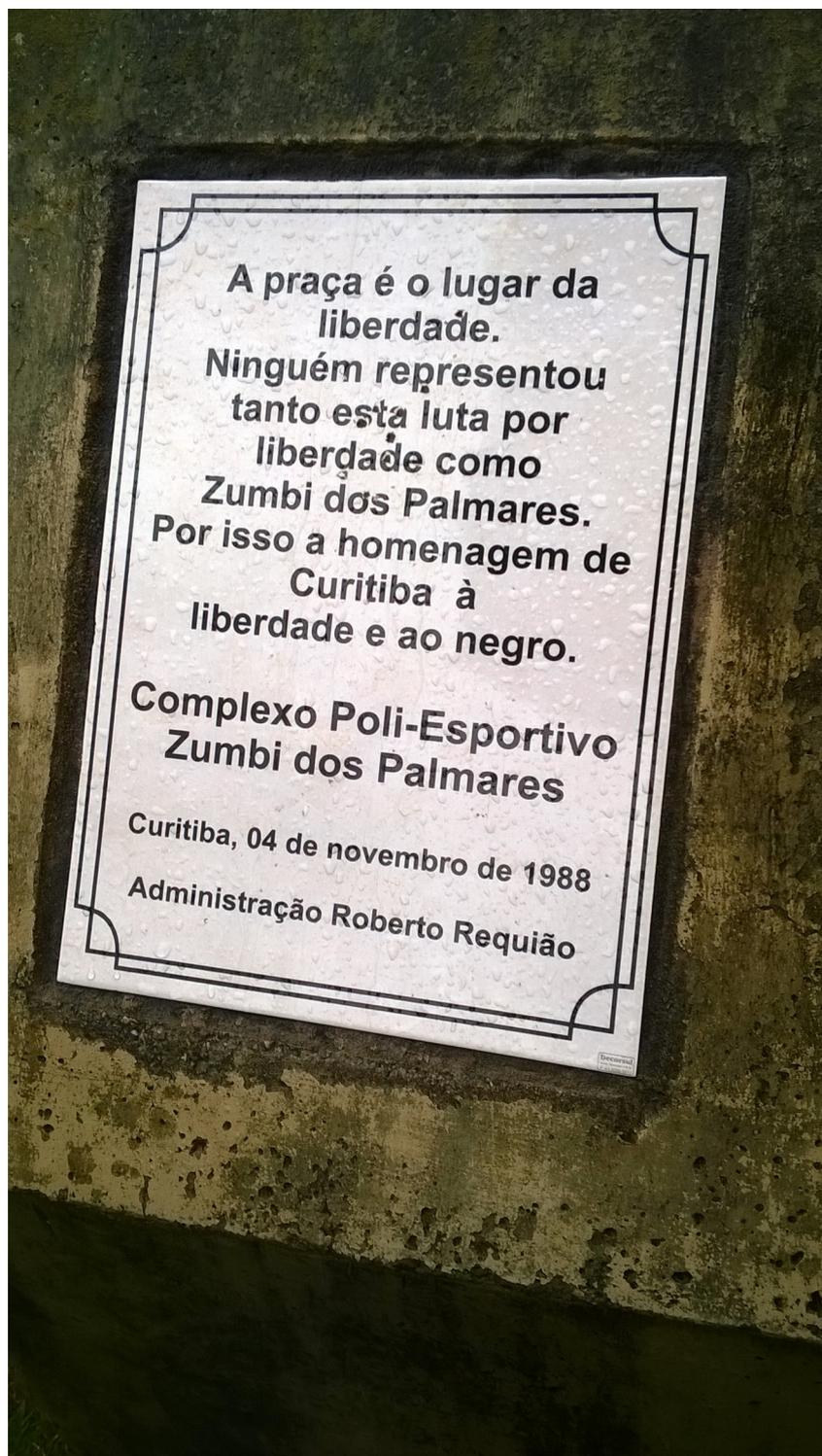
Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 30 – Pannel da Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: SILVA (2017).

Fotografia 31 – Marco de fundação da Praça Zumbi dos Palmares.



Fonte: SILVA (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão racial é um dado de extrema importância para uma análise crítica da sociedade brasileira em diferentes âmbitos. Apesar do discurso que associa nossa sociabilidade a uma pretensa democracia racial, nosso cotidiano ainda está profundamente marcado pelos primados do racismo. Nos primórdios da construção da identidade nacional foram articuladas formas de limitação do status de cidadão a boa parte da população, sobretudo a aquela mais pobre, que carrega na pele as marcas do brutal processo de escravização dos negros.

Tal empreendimento esteve apoiado em ideologias geográficas que, partindo de um imaginário estritamente ligado a uma civilidade europeia, visava organizar o território nacional e garantir a manutenção de uma elite política, mesmo frente a um projeto modernizador nos limites do Império. Mesmo com a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República no ano seguinte, a condição das populações negras, indígenas e pobres no Brasil continua, ano após ano, marcada por impedimentos no reconhecimento de seus direitos, bem como de sua importância na história do país.

Frente a isso, cabe às Ciências, de uma maneira geral, contribuir para uma análise crítica e aprofundada dos desdobramentos desse processo em nossa sociedade, de modo a fomentar o debate que vem ganhando forma, sobretudo nas últimas décadas, em torno do racismo enraizado no imaginário nacional. Neste sentido, buscamos nesta monografia destacar os aspectos socioespaciais dessas implicações. No que tange à Ciência geográfica, constatamos que o tema é ainda tratado de maneira tangencial, dadas as polêmicas que suscita. Contudo, ao buscar esmiuçar as relações sociais a partir do escopo espacial, a geografia não pode se abster do seu papel nesse processo, não apenas jogando luz na maneira como o racismo é parte fundante da nossa construção social, mas buscando evidências de como ele se reproduz espacialmente, a partir de interesses, poderes e formas de entender e projetar a cidade.

A partir dessa compreensão que propomos nesta pesquisa uma análise do caso curitibano. Marcada pelo discurso do planejamento estratégico, Curitiba vem buscando se inserir no mercado mundial como uma cidade fruto de um processo de urbanização extremamente racionalizado, pautado nos preceitos da administração corporativa e que visa atrair investimentos. Para isso, tem cada vez mais organizado seu território de maneira a criar um ambiente propício ao desenvolvimento do mercado do turismo, processo que não se dá alheio às especificidades do lugar, tidos como diferenciais que podem servir como pontos positivos segundo a lógica do capital.

A questão identitária está profundamente ligada a esse processo, uma vez que a cidade esteve no epicentro da construção do imaginário paranaense, conduzido por uma restrita elite

política que remonta ao período colonial. Uma das maiores expressões desse empreendimento foi o Movimento Paranista, fundado no período em que a identidade nacional era forjada, marcado pela tentativa de aproximação das elites brasileiras com a Europa, em detrimento das populações e culturas locais, tidas como expressões do atraso. O Paranismo então prezou pela construção de um discurso fundamentado na aproximação da população local com a cultura europeia, sobretudo após a massiva inserção de imigrantes do velho mundo neste estado.

Os desdobramentos socioespaciais desse imaginário estão expressos em diversos monumentos erigidos na cidade a partir da ação das elites intelectuais e políticas ligadas ao paranismo, dada a importância que o movimento dava à construção de um espaço urbano que funcionasse como uma ode a personagens e eventos tidos como fundamentais na história do estado. Essa característica parece convergir com as premissas do planejamento estratégico, que visa criar uma cidade marcada pelo simbolismo, articulando o espaço urbano de acordo com paisagens temáticas, como é o caso dos parques étnicos, modelo extensamente difundido em Curitiba.

Para além da presença desses parques e monumentos, a própria articulação do roteiro turístico posto a partir da administração pública parece reproduzir essa tendência a evidenciar alguns aspectos da cidade em relação a outros. Enquanto que o trajeto da Linha Turismo passa por pontos emblemáticos, como o Bosque Alemão, não há nenhuma referência em seu itinerário ao Memorial Africano ou à Praça 19 de Dezembro.

Frente a um espaço urbano organizado em torno dos processos históricos e às populações que o formaram, constitui uma grande evidência daquela limitação de reconhecimento de cidadanias a negação seletiva da participação de determinados grupos sociais nessa história. A invisibilização da população negra na história de Curitiba está fundamentada em um imaginário racista que reverbera ainda hoje e atua em duplo sentido: negando a contribuição dos negros na constituição da cidade no âmbito da narrativa histórica oficial, que vai fomentar políticas socioespaciais, bem como na possibilidade de autorreconhecimento do negro como cidadão integrante da sociedade curitibana, como atestado pelos relatos dos presentes na palestra do Dia da África que assistimos no Museu Paranaense.

Contudo, é necessário ressaltar que o imaginário aqui denominado Identidade Paranaense não corresponde à totalidade dos discursos identitários presentes em Curitiba. Há diferentes formas de apreensão e reprodução do espaço urbano, que podem se articular, sobrepor ou chocar. Exemplo disso é a apropriação do espaço público leva a cabo pelo movimento negro e pelas religiões de matriz africana na Praça Tiradentes, importante local histórico da cidade. Tampouco procuramos aferir à população paranaense de maneira geral a alcunha de racistas.

O tom generalista do termo diz respeito a um imaginário fundado a partir das elites políticas,

que por muito tempo conduziram de maneira hegemônica a produção do espaço no território do Paraná, e que ainda hoje influencia em maior ou menor grau as relações socioespaciais. Daí a necessidade de percorrer o trajeto da Linha Preta e opô-la como identidade de resistência, em oposição à identidade legitimadora fundada desde essa elite e reproduzida tanto pela prefeitura, como pelos operadores privados do ramo do turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad posmoderna. Magia y miedo de la metrópolis contemporánea.** Celeste. Barcelona, 2000.

ANDRÉ, André Luis. **Períodos Geopolíticos e Fragmentação das Cidades Latino-Americanas. In: Ensaios: Geopolítica, Cidade e Violência.** Agbook, Foz do Iguaçu, 2016.

_____, André Luís. **Correlações Espaciais: Períodos Geopolíticos, Regionalização, Transfronteirização e Urbanização na América Latina.** In: ANDRÉ, André Luís; FERRO, Silvia Lilian (Orgs.). *Globalização, Regionalização e as Novas Ruralidades.* 2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.

BLAUT, James M. **Geographic models of imperialism.** *Antipode*, v. 17, n. 2-3, p. 118-127, 1985.

BOTEGA DO CARMO, Julio Cesar. **Planejamento da Região Metropolitana de Curitiba como objeto de estudo: análise sobre a produção bibliográfica no período de 1974-2006.** *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 9, n. 1, 2017.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná: 1853-1953.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2007.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. **As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico-metodológicas.** In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Questões urbanas e racismo.* Petrópolis, RJ: DP et alii, 2012.

CAROLLO, Cassiana Lacerda; SETO, Cláudio. **História de Curitiba em quadrinhos.** Prefeitura Municipal, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Paz e terra, 1983.

_____, Manuel. **O Poder da Identidade.** v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001. A era da

informação: Economia, sociedade e cultura, 2010.

CASTRO, Iná Elias de et al. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: GOMES, PC da C.; CORRÊA, Roberto L (Orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CIDADES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Curitiba**. S.d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Acesso em 03 de dezembro de 2017.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. Goiânia: sn, 2010. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO).

_____, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. **Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações**. Revista da ANPEGE, v. 10, n. 13, p. 29-58, 2017.

CUNHA STECA, Lucineia; MARILEIA, DIAS FLORES. **Historia do Paraná**. Do século XVI a década de, 1950.

COMPANS, Rose. **Cidades Sustentáveis X Cidades Globais?** In: ACSELRAD, Henri. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Lamparina, 2009.

CRUMB, Robert. **Gênesis**. Conrad Editora do Brasil, 2009.

DA COSTA GOMES, Paulo Cesar. **Geografia e modernidade**. Bertrand Brasil, 1996.

DE CAMPOS GRAF, Márcia Elisa. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Grafipar, 1981.

DE MELLO PEREIRA, Magnus Roberto. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. 1996.

DE OLIVEIRA, Denilson Araujo. **O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 1, p. 85, 2014. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4838>>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

DE OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná.** Moinho do Verbo Editora, 2001.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Geografia e história do Paraná.** Editôra do Brasil, 1963.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidad y eurocentrismo.** In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. p. 41-53, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: la ontología política de los" derechos al territorio".** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente UFPR, n. 35, p. 89-100, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>>. Acesso em 03 de dezembro de 2017.

FERREIRA, Danilo Cardoso; RATTIS, Alex. **Geografia da diferença: diferenciações socioespaciais e raciais.** Revista GeoAmazônia, v. 4, n. 7, p. 97-105, 2016.

FLORESTAN, FERNANDES. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Global editora, São Paulo, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Linha Preta: Um Passeio Pela História Da População Negra De Curitiba.** Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/noticias/linha-preta-um-passeio-pela-historia-da-populacao-negra-de-curitiba/>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

GARCIA, Nestor Canclini. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: USP, 2013.

GEORGE, Pierre. **Doutrinas, Problema e Método.** In: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. Geografia Ativa. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1973.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1987.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** Novos estudos CEBRAP, v. 43, p. 45-63, 1995.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** Editora 34, 2013.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições;** tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOERNER JUNIOR, Valério. **Curitiba 1900.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1943.

IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo.** Editora Hucitec, 1988.

_____, Octávio. **As Metamorfoses do Escravo.** Editora Hucitec, 2ª edição, 1988.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O Paraná Reinventado: Política e Governo.** Curitiba, 2006.

JACKSON, Peter. **The Idea of ‘Race’ and the Geography of Racism.** In: JACKSON, Peter (Ed.). Race and racism: essays in social geography. Routledge, 2003.

KOBAYASHI, Audrey. **The dialectic of race and the discipline of geography.** Annals of the Association of American Geographers, v. 104, n. 6, p. 1101-1115, 2014.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história.** Gráfit-Gráfica e Editora, 2003.

LEY, David; CYBRIWSKY, Roman. **Urban graffiti as territorial markers**. Annals of the association of American geographers, v. 64, n. 4, p. 491-505, 1974.

MALACHIAS, Antonio Carlos. **Geografia e relações raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006.

MANDUCO, Alessandro. **História e Quinto Império em Antônio Vieira**. Topoi, p. 246-260, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n11/2237-101X-topoi-6-11-00246.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

MERCIER, Guy. **A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache**. GEOgraphia, v. 11, n. 22, p. 7-36, 2009. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/300>> Acesso em 01 de dezembro de 2017.

MARQUES, João Francisco. **A Utopia do Quinto Império em Vieira e nos pregadores da Restauração**. E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, 2004, 2004. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8411/2/artigo10551.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

MARTINEZ, Maurício Mihockiy Fernandez; SCIREA, Douglas Figueira; DE PAIVA VIDAL, Luccas Abraão. **A Irmandade do Rosário em Curitiba—A Obliteração dos Negros na História da Cidade**. Revista Cadernos de Clio, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/cliio/article/view/50303/31929>>. Acesso em 05 de dezembro de 2017.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. TA Queiroz, 1989.

_____, Wilson. 1997. Entrevistador: José Wille. In: WILLE, José. **Memória Paranaense: O crítico literário Wilson Martins fala de sua obra**. Paraná Portal, 2016. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/blogs-memoria-paranaense/memoria-paranaense-o-critico-literario-wilson-martins-fala-de-sua-obra/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

_____, Wilson. **A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e**

Vasconcellos. Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1999.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Travessa dos Editores, Curitiba, 1995.

MIRANDA, Humberto. **Reforma Social do Desenvolvimento: Contribuições de André Rebouças (1838-1898) à Interpretação das Mudanças Estruturais no Brasil.** Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, pp. 177-199, jul.-dez. 2013. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/cede/images/arquivos/HM_Reforma_social.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas.** Annablume, 2005.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marcilene Garcia de. **Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba.** Revista de Sociologia e Política, n. 13, p. 7-16, 1999.

MOURA, Rosa. **Os riscos da cidade-modelo.** In: ACSELRAD, Henri. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Lamparina, 2009.

NUNES MENDONÇA, Joseli Maria. **Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial.** Antíteses, v. 8, n. 16, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1933/193343476012/>>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2005.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial.** Aos Quatro Ventos, 1999.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República.** Aos Quatro Ventos, 1998.

PETER, BURKE. **Hibridismo Cultural.** São Leopoldo. RS. Editora Unisinos, 2003.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil.** Revista econômica do Nordeste, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2015/04/Vol.5-N.2-p.461-481.pdf>>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. *Novos Rumos*, v. 37, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**; tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROBINSON, Vaughan. **Spatial Variability in Attitudes Towards ‘Race’ in the UK**. In: JACKSON, Peter (Ed.). *Race and racism: essays in social geography*. Routledge, 2003.

ROZO, Esteban. **Geografía, territorio y población**. *Universitas Humanística*, n. 57, 2004.

SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil**. Editora Voz do Oeste, 1946.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine**. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Lamparina, 2009.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. *Boletim Paulista de geografia*, n. 54, p. 81-100, 1977.

_____, Milton. **As cidadanias mutiladas**. In: LERNER, Julio, *O preconceito*, p. 133-144. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1996/1997.

_____, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2006.

_____, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Edusp, 2007.

_____, Milton. **Manual de geografia urbana**. Edusp, 2008.

SANTOS, Raiane. **Discursos Identitários na Obra *História do Paraná* de Romário Martins**. In:

XV Encontro Regional de História, UFPR – Curitiba, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana.** *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** Companhia das Letras, 2016.

SOARES, Dionísio. Daniel e o Sonho da Estátua de Nabucodonosor. In: SOARES, Dionísio. **As relações entre o mito das cinco raças e o sonho da estátua de Nabucodonosor.** 2006. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8970/8970_5.PDF>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

STUART, H. A. L. L. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ULTRAMARI, Clóvis. **Significados do urbanismo.** Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 25, p. 166-184, 2009.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Vozes, Petrópolis, p. 75-103, 2000.

VELTZ, Pierre. **Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas.** In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.* Lamparina, 2009.

VIACAVAL, Vanessa Maria Rodrigues. **“Em busca da Curitiba perdida”: Os mecanismos da construção de uma identidade curitibana.** *Política*, v. 16, p. 97, 2001. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/novembro2013/historia_artigos/viacava_a.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Editora UEPG, 2010.

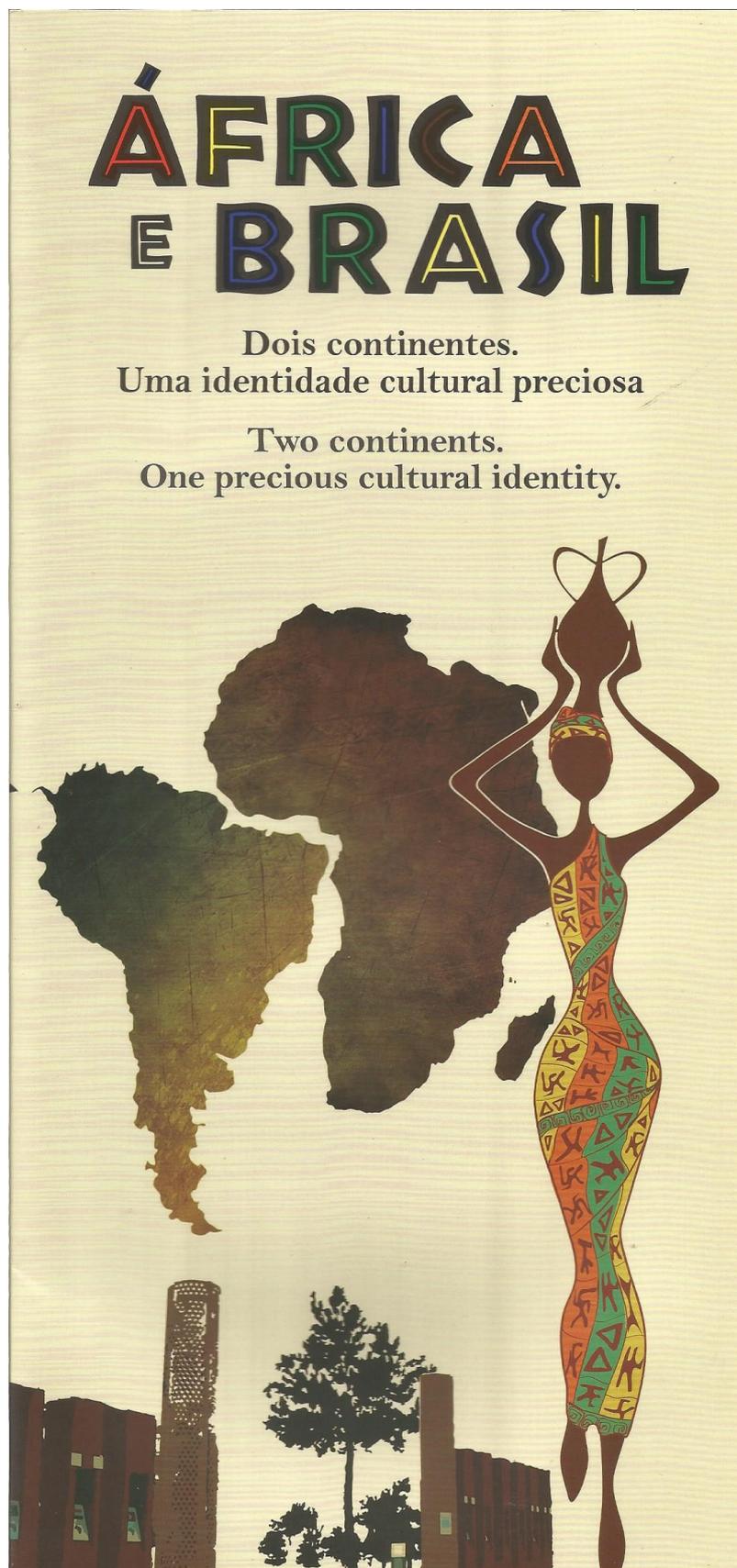
WILSON, Bobby M.; JENKINS, Herman. **Symposium: Black perspectives on geography.** Clark

University, March 9–11, 1972. *Antipode*, v. 4, n. 2, p. 42-43, 1972.

WINDERS, Jamie; SCHEIN, Richard. **Race and diversity: What have we learned?** *The Professional Geographer*, v. 66, n. 2, p. 221-229, 2014.

ANEXOS

ANEXO A – REPRODUÇÃO DO FOLDER DISTRIBUÍDO PELO COSULADO DO SENEGAL
SOBRE O PORTAL AFRICANO



UMA CULTURA MILENAR DE RESPEITO.

A importância e o reconhecimento da influência negra na formação da sociedade brasileira são preciosos. Toda a África é poesia: sua gente, sua terra, sua música e seus costumes refletem a integridade e a lealdade com seus antepassados, assim como a espiritualidade, determinação e alegria desse povo.

Nessa terra de gigantes, seus guerreiros carregam mundo afora essa cultura viva e palpante, mesmo que nas condições mais adversas. Nos olhos dos africanos está tatuada a luta por dignidade e pertencimento.

Nos dias de hoje, o que os negros, pardos e mestiços querem é a visibilidade, a partilha de bens iguais dentro da nossa sociedade, seja pelo acesso à educação de qualidade, seja pelo acesso e disponibilidade de um serviço de saúde que contemple as especificidades raciais.

A cultura brasileira tem nas suas raízes culturais, nos hábitos e costumes, as descendências africanas. Preservar a cultura negra, promover a igualdade social e sua valorização é resguardar as nossas origens e reconhecer a identidade cultural do povo brasileiro. Origens essas muitas vezes esquecidas por interesses que se distanciam de valores, princípios e raízes.

A RESPECTFUL MILLENARIAN CULTURE.

The importance and the recognition of the black influence on the formation of Brazilian society are precious. The whole of Africa is poetry: its people, its land, its music and its costumes, all of that reflect their integrity, their loyalty with their ancestors, as well as the spirituality, determination and happiness they have.

The warriors of this land of giants carry around the globe this living and pulsating culture, even in the most adverse conditions. In their eyes is tattooed their fight for dignity and belonging.

Nowadays, what black, brown and mestizo people want is visibility, equal division of assets within our society, either by access to a good-quality education or by access to a health service that contemplate their racial specificities.

The Brazilian culture has, in its cultural roots, habits and traditions, African descent. To preserve black culture, to promote social equality and its appreciation is to protect our origins and recognize Brazilian people's cultural identity. Such origins frequently are forgotten, due to interests that are distant from values, principles and roots.

OLHAR PARA O FUTURO. UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA.

É imensa e histórica a dívida que nós temos com o continente africano. Povo que deu o seu sangue para construir muito do que temos hoje.

Mais do que acertar contas com o passado, vamos olhar para o futuro e contribuir para os avanços em busca da democracia racial.

De um lado, Brasília-DF: 22/08/1988. Implantação da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Minc (Ministério da Cultura), e a primeira instituição federal voltada à promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira.

De outro, Curitiba-PR: 04/11/1988. Inauguração do Complexo Políesportivo Zumbi dos Palmares, localizado no bairro do Pinheirinho, em Curitiba-PR.

Este espaço é resultado da nobre e incessante luta do Consulado Geral da República do Senegal para os estados do Paraná e Santa Catarina, representado pelo cônsul Ozeil Moura dos Santos, para que a África também tivesse sua influência registrada na capital paranaense.

Dos dois lados, Zumbi dos Palmares: mais do que um herói, um guerreiro da democracia.

Ele fez no seu quilombo, em um Brasil Colônia, o país que todos nós sonhamos: o país no qual conseguiremos exercer a nossa democracia de forma plena.

Ao patriarca da liberdade, essas e outras homenagens são prestadas como gratidão a todos os africanos e aos seus descendentes que ajudaram a construir o Paraná e o Brasil.

A VIEW OF THE FUTURE. A MORE FAIR AND SYMPATHETIC SOCIETY.

It is huge, and historical, the debt we have with the African continent. Their people have given their blood to build much of what we have nowadays.

More than settling accounts with the past, we should look at the future and contribute to the progresses in the pursuit of racial democracy.

On one side, Brasília-DF: 08/22/1988. Implementation of Fundação Cultural Palmares (Palmares Cultural Foundation), linked to Minc (Ministério da Cultura), and the first federal institution for the promotion and preservation of African-Brazilian's art and culture.

On the other, Curitiba-PR: 11/4/1988. Opening of Complexo Poli-esportivo Zumbi dos Palmares (Multi sports Center Zumbi dos Palmares), located in the neighborhood of Pinheirinho, in Curitiba-PR.

This place is a result of the noble and incessant fight of the Consulate General of the Republic of Senegal for the states of Paraná and Santa Catarina, represented by the Consul Ozeil Moura dos Santos, so that Africa also had its influence registered in the capital of Paraná.

On both sides, Zumbi dos Palmares: more than a hero, he was a democracy warrior.

He turned his Quilombo, in a Brazilian Colony, the country we all dream about: the country in which we are able to exercise our democracy to the full.

To the Patriarch of Liberty, these and other tributes are paid, with gratitude to all Africans and their descendants who helped to build Paraná and Brazil.

EDUCAÇÃO E CULTURA SEMPRE EM FOCO.

A inclusão e o desenvolvimento da população negra no estado do Paraná é uma preocupação diária tanto do Consulado Geral do Senegal como do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná.

A capacitação profissional no mundo globalizado é fundamental para uma carreira promissora. O Senac investe no ensino profissionalizante e oferece às empresas do comércio a contrapartida necessária.

O Programa Senac de Gratuidade e o Jovem Aprendiz são oportunidades de qualificação profissional gratuita e acesso ao primeiro emprego.

Programas como o Senac na Empresa são a oportunidade para as empresas realizarem cursos customizados e manterem seus negócios em destaque no mercado e os seus profissionais qualificados.

Profissionalização para a competitividade comercial, atualização teórica e ênfase na prática são diferenciais que resultam no reconhecimento da marca Senac.

Investir em qualidade de vida é essencial para o comércio. Por isso, o Sesc oferece aos trabalhadores do setor e aos seus familiares acesso a serviços que envolvem atividades físicas, educação infantil, contraturno escolar, restaurantes, tratamento odontológico e programas culturais.

Afinal, é investindo na qualidade de vida que o Sesc constrói uma parceria cada dia melhor com o setor comercial e com o cidadão paranaense.

Conheça mais sobre essas instituições: www.pr.senac.br | www.sescpr.com.br

EDUCATION AND CULTURE ALWAYS UNDER FOCUS.

The inclusion and development of the black population in the estate of Paraná is a daily concern of both the Consulate General of Senegal, and the Fecomércio System Sesc Senac Paraná.

Professional training in the globalized world is essential for a promising career.

Senac invests in vocational education, and offers to companies the necessary counterpart.

The *Programa Senac de Gratuidade* (Senac Program of Gratuity) and the *Jovem Aprendiz* (Young Apprentice Program) are opportunities for free professional qualification and access to a first job.

Projects such as Senac na Empresa (Senac in the Company) are the opportunity for companies to develop customized courses to make their business stand out in the market, and to keep their professionals qualified.

Vocational education for commercial competitiveness, theoretical update and emphasis on practice are some of the things that result in the acknowledgment of Senac's brand.

Investing in life quality is essential for commerce. That is why Sesc offers, to the workers of the sector and their relatives, access to services that cover physical activities, childhood education, after school activities, restaurants, dental treatment and cultural programs.

After all, it is investing on life quality that Sesc builds a partnership, that improves day by day, with the commercial sector and with the Paraná citizens.

Learn more about these institutions: www.pr.senac.br | www.sescpr.com.br



MEMORIAL AFRICANO: O MAIOR PORTAL DO MUNDO.

O próximo passo do cônsul geral do Senegal, Ozeil Moura dos Santos, foi a construção de um portal diferenciado na entrada da praça Zumbi dos Palmares.

O portal africano foi idealizado pelo Consulado Geral do Senegal e a prefeitura de Curitiba. Sua concepção foi realizada pelo cônsul Ozeil, apoiada pelo embaixador do Senegal Fodé Seck e desenvolvida pelo arquiteto Canalli.

Após 20 anos de diálogos, negociações e parcerias, foi inaugurado, em 22/05/2010, o maior portal africano do mundo na entrada da referida praça.

AFRICAN'S MEMORIAL: THE WORLD'S BIGGEST PORTAL.

The next step of the General Consul of Senegal, Ozeil Moura dos Santos, was the construction of a differentiated portal, in the entrance of Zumbi dos Palmares' square.

The African portal was idealized by the Consulate General of Senegal and Curitiba's city hall. Its conception was performed by Consul Ozeil, supported by the Ambassador of Senegal Fodé Seck, and developed by the architect Canalli.

After 20 years of dialogs, negotiations and partnerships, in 05/22/2010, the world's biggest African portal was inaugurated, in the entrance of the mentioned square.

Evento de inauguração do portal. Portal inauguration's event.



Vista frontal do portal. Portal front view.

*Da esquerda para direita:
Embaixador do Senegal, arquiteto e
cônsul do Senegal.*

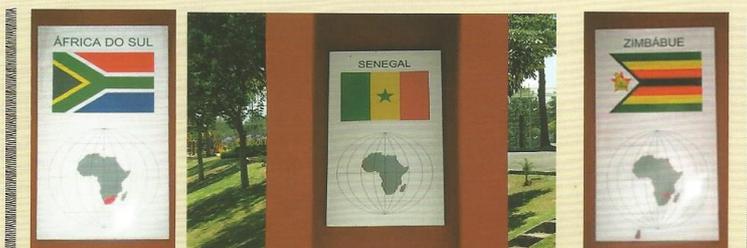
*Left to right:
Senegal's ambassador, architect and
the consul of Senegal.*

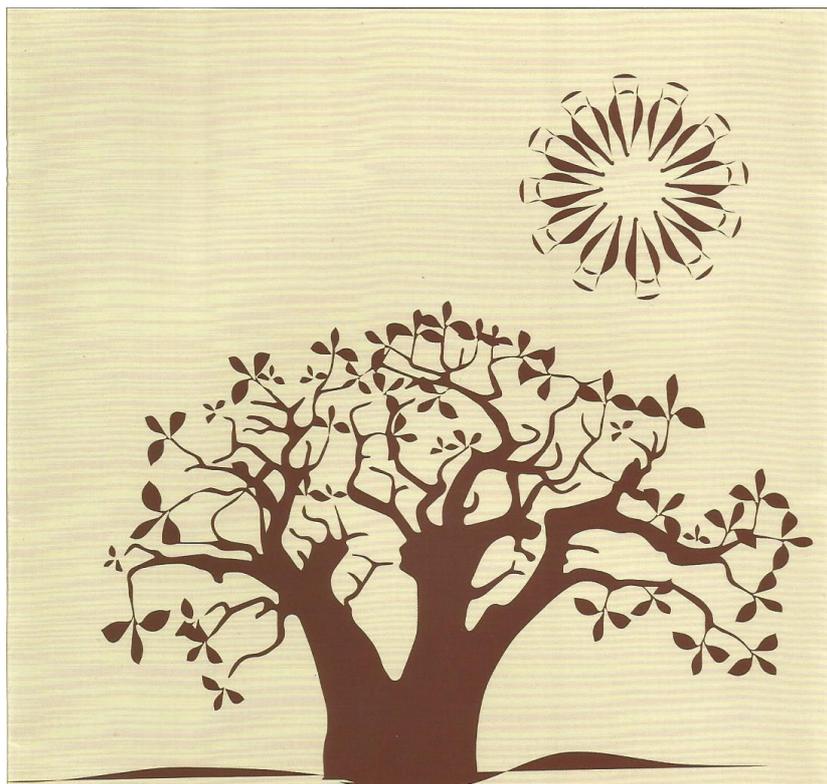
Arrojado, o portal tem a forma de um arco com 100 metros de comprimento e contornado por 54 totens que representam as 54 nações africanas. Expostos em ordem alfabética, cada totem tem o mapa do continente com a localização do país representado.

O mapa do continente africano é o suporte firme de duas colunas com 8 metros de altura, que lado a lado formam o acesso à Praça Zumbi dos Palmares.

Bold, the portal has the shape of an arch, with 100 meters of length, and it is surrounded by 54 totems, which represent 54 African nations. Exposed in alphabetical order, each totem has the continent's map, with the location of the represented country.

The map of the African continent is the solid support of two columns with 8 meters height, which, side by side, give access to the Zumbi dos Palmares' Square.





Baobá: Árvore símbolo do Senegal

Baobá: Senegal's symbol tree.

RESGATE HISTÓRICO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA.

Oportunidades sociais, ambições geram resistências. As dificuldades e as barreiras devem ser usadas como combustível para superar as forças de resistências da sociedade.

Já avançamos muito e temos um longo caminho pela busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Não nascemos classificando as pessoas pela cor da pele, origem ou religião.

O compromisso do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná e do Consulado Geral do Senegal para os estados do Paraná e Santa Catarina, representados pelo presidente Darci Piana e pelo cônsul Ozeil Moura dos Santos, respectivamente, tem proporcionado uma transformação sem precedentes e em várias esferas: comercial, tecnológica, científica e cultural.

Essa transformação é permanente. Depende de você! Depende de nós!

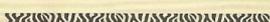
HISTORICAL RECOVERY AND BLACK CULTURE'S APPRECIATION.

Social opportunities and ambitions create resistance. Difficulties and barriers must be used as a fuel to overcome the forces of resistance in society.

We have already progressed a lot, but still have a long journey to go through, seeking for a fair and equal society. We are not born arranging people by the color of their skin, by their origin or religion.

The commitment of the Fecomércio Sesc Senac Paraná System and the Consulate General of Senegal for the estates of Paraná and Santa Catarina, represented by the president Darci Piana, and by the consul Ozeil Moura dos Santos, respectively, have proportioned an unprecedented change in several fields: commercial, technological, scientific and cultural.

This change is permanent. It depends on you! It depends on us!



Uma das colunas foi construída em aço perfurado, com iluminação interna, que representa a educação, com luz projetada de dentro para fora.
 A outra coluna possui os símbolos de cada nação africana, com iluminação externa, que representa a cultura.
 Mais do que um portal, esse memorial é a representação da transformação do mundo em um lugar melhor, mais igualitário.

One of the columns was built in perforated steel, with internal lighting, which represents the education, with light projecting from inside.
 The other column has the symbols of each African nation, with external lighting, which represents the culture.
 More than a portal, this memorial is the representation of the change of the world to a better and more equal place.



Um espaço de convivência entre África, Brasil e Curitiba, além de ser o elo para o fortalecimento da cooperação comercial, cultural, turística, esportiva, científica, e na transferência de tecnologia entre o Paraná, Santa Catarina, o Brasil, e o continente africano. Por ser estado vizinho ao Paraná, Santa Catarina pode facilmente se beneficiar desta cooperação.



*Embaixadores africanos em visita ao maior portal africano do mundo.
 African Ambassadors visiting the biggest African Portal in the world.*

A space for coexistence between Africa, Brazil and Curitiba, besides being the bond for the strengthening of commercial, cultural, touristic, sporting and scientific cooperation, and in the transfer of technology between Paraná, Santa Catarina, Brazil, and the African continent. Since Santa Catarina is a neighboring state to Paraná, it can easily benefit from this cooperation.



*O embaixador do Zimbábue e decano, Thomas Sukutai Bvuma, presenteou o Governador do PR Beto Richa com o simbólico Leão Simba, como gratidão pela construção do portal africano em Curitiba.
 Zimbabwe Ambassador and Dean, Thomas Sukutai Bvuma, presented the Governor of Paraná, Beto Richa, with the symbolic 'Lion Simba', as gratitude for the building of the African Portal in Curitiba.*

CONTINENTE AFRICANO NA ROTA DO BRASIL E DO PARANÁ: UMA RELAÇÃO INTERNACIONAL COM DIÁLOGO PERMANENTE.

Além do acesso à educação e cultura, a parceria do Consulado Geral do Senegal com a Fecomércio PR colocou o continente africano na rota do Brasil e do Paraná.

Em 2011, essa parceria abriu os dois mercados para as negociações comerciais e de transferências de tecnologias com a recepção em Curitiba de 30 embaixadores africanos para uma inédita reunião de negócios.

Essas parcerias comerciais, a abertura de mercado e o estreitamento das relações com os dirigentes e empresários africanos são ideais em comum que oferecem grandes oportunidades de investimentos, tanto para o continente africano como para o Paraná e para o Brasil.

Já em 2012, com a reunião dos embaixadores na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília, se evidencia a continuidade e o estreitamento desses laços comerciais, tecnológicos, científicos e culturais.

Os estados do Paraná e Santa Catarina detêm potencial de produtos e serviços que vem ao encontro dos anseios do continente africano.

A África é muito rica em fontes de energia e recursos minerais. O continente possui um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo. Com o processo de transferência de tecnologia entre Brasil e África, grandes avanços são previstos.

Sem dúvida, se trata de uma integração que impulsionará a economia africana e uma grande oportunidade de investimento para as empresas paranaenses, catarinenses e brasileiras.

Com o modelo de desenvolvimento brasileiro aliado ao dinamismo das entidades empresariais, esses encontros que a Fecomércio PR e o Consulado Geral do Senegal para o PR e SC têm organizado não só articulam o processo de transferência de tecnologia como concretizam excelentes negócios entre os empresários desses dois continentes, com resultados frutíferos.

AFRICAN CONTINENT ON THE ROUTE OF BRAZIL AND PARANÁ: AN INTERNATIONAL RELATIONSHIP WITH PERMANENT DIALOG.

In addition to access to education and culture, the partnership of the Consulate General of Senegal with Fecomércio-PR put the African continent on the route of Brazil and Paraná.

In 2011, this partnership opened two markets for commercial negotiations and of transfer of technologies, with reception in Curitiba for 30 African Ambassadors, for an unprecedented business meeting.

Such commercial partnerships, the market opening and the strengthening of the relationships with African leaders and businessmen are ideals in common that offer big investment opportunities, for the African continent as well as for Paraná and Brazil.

In 2012, with the ambassadors' meeting at the head office of CNC — Confederação Nacional do Comércio (National Confederation of Commerce), in Brasília, it became evident that these commercial, technological, scientific and cultural bonds continued and were strengthen.

The estates of Paraná and Santa Catarina hold potential of products and services that meet the yearnings of the African continent.

Africa is very rich in energy sources and mineral resources. The continent has one of the biggest hydroelectric potentials of the world. With the process of technology transfer between Brazil and Africa, huge advances are expected.

Without a doubt, it is an integration that will boost the African economy, and it is a great opportunity of investment for companies from Paraná, Santa Catarina and Brazil.

With the Brazilian development model, allied to the dynamism of business entities, these meetings that Fecomércio-PR and the Consulate General of Senegal for PR and SC have been organizing not only articulate the transfer process of technologies, but also materialize excellent business between entrepreneurs of both continents, with fruitful results.

Embaixador do Zimbábue, Thomas Sukutai Bvuma entrega estatueta Caçador de Negócios ao cônsul Ozeil e ao presidente Darci Piana.



Embaixador e cônsul do Senegal com empresários africanos em vista ao portal.
Ambassador and consul of Senegal with African businessmen visiting the portal.

African Ambassadors pay tribute to the Consul and to the President, Darci Piana, with the statuette "Caçadores de Negócios".



Discurso do presidente Darci Piana na reunião com embaixadores na CNC em Brasília DF.

President Darci Piana's speech at the meeting with ambassadors at CNC in Brasília DF.



Discurso do presidente Darci Piana e cônsul Ozeil na reunião com embaixadores na CNC em Brasília DF.

President Darci Piana and the consul Ozeil's speech at the meeting with ambassadors at CNC in Brasília DF.



Reunião com empresários da Nigéria.
Meeting with Nigerian's businessmen.



Cônsul do Senegal apresenta embaixador da África do Sul.
The consul of Senegal gifting South Africa's Ambassador.



*Estudantes africanos em visita ao portal e ao anfiteatro.
African students visiting the Portal and the Theatre.*

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES.

Com a construção do portal, a praça Zumbi dos Palmares foi totalmente revitalizada. Com mais de 35mil m², ela conta atualmente com muitos atrativos gratuitos para a comunidade.

O auditório ao ar livre com capacidade para mais de 1.000 pessoas permite a realização de shows e apresentação de grupos folclóricos. Nele temos um painel que conta a história da África.

ZUMBI DO PALMARES' SQUARE REVITALIZATION.

With the construction of the portal, the Zumbi dos Palmares' Square was completely revitalized. With over 35 thousands m², it has, currently, many free activities for the public.

The outdoor auditorium, with capacity for over 1,000 people, enables the performance of concerts and presentations of folkloric groups. In it, we have a panel that tells the history of Africa.

Cancha de futebol de areia - Field for beach soccer



Churrasqueiras - Barbecue grills



*Cancha de futebol de salão e basquete com iluminação
Field of indoor soccer and basket with lightning*



Academia ao ar livre - Outdoor gym



*Cancha de grama sintética
Field in synthetic grass*



**ARTESANATO AFRICANO:
ARTEFATOS ENVOLVENTES
E ÚNICOS.**

Em frente aos totens, foram planejados espaços para a realização de feiras e exposições de peças do artesanato africano. Um local próprio e personalizado para expressar a cultura e riqueza da etnia. Uma oportunidade de caminhar ao redor do continente africano sem sair de Curitiba.



**AFRICAN CRAFTSMANSHIP:
INVOLVING AND UNIQUE
ARTIFACTS.**

In front of the totems, a place for fairs and expositions of African handmade pieces was projected. It is a customized place, intended for the expression of the ethnic group's culture and value. It is an opportunity to walk around the African continent without leaving Curitiba.



**LANÇAMENTO DOS SELOS DO PORTAL AFRICANO E DA ZÂMBIA.
RELEASE OF THE SEALS OF THE AFRICAN PORTAL AND ZAMBIA.**



*Da esquerda para a direita:
Itamar Ribeiro (diretor dos Correios no PR), Tito Zeglin (prefeito em exercício de Curitiba)
Ozeil Moura dos Santos (cônsul do Senegal), Omar Sabbag Filho (representante do governador do PR).
Itamar Ribeiro ('Correio' Director on PR), Tito Zeglin (Mayor-in-office of Curitiba),
Ozeil Moura dos Santos (Consul of Senegal), Omar Sabbag Filho (Representative of the Governor Of Paraná).*



*No ano de 2010, foram lançados os selos do Portal Africano e da Zâmbia. Um marco histórico.
In 2010, the seals of the African Portal and Zambia were released. It was an historical moment.*

*Sessão solene realizada no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do PR em comemoração ao Dia da Consciência Negra e aos 315 anos da imortalidade de Palmares.
Formal Sitting in the 'Plenário da Assembleia Legislativa' in the State of Paraná celebrating the 'Dia da Consciência' and the 315 years of the immortality of "Palmares".*



**Consulado Geral Hon. da República
do Senegal para os EE. PR e SC**

Rua Dr. Corrêa, 280 - Jardim Botânico - Curitiba PR - Brasil
CEP: 80210-350 - Tel.: (55-41) 3264 8800 - 3264 9595
3263 3131 | 3264 5656 | Fax: (55-41) 3264 9797

E-mail: grupomourasantos@uol.com.br
Skype: grupomourasantos
Site: www.grupomourasantos.com



Fecomércio PR:

Rua Visconde do Rio Branco, 931 • 6º andar
80410-001 Curitiba PR
41 3883 4500 • www.fecomerciopr.com.br

Sesc PR:

Rua Visconde do Rio Branco, 931
80410-001 Curitiba PR
41 3304 2000 • www.sescpr.com.br

Senac PR:

Rua André de Barros, 750
80010-080 Curitiba PR
41 3219 4700 • 0800 643 6 346
www.pr.senac.br

